



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LITERÁRIOS**

DIANA RODRIGUES DOS REIS

**VIDAS SECAS, DE GRACILIANO RAMOS, À LUZ DO PÓS-
COLONIALISMO**

**PORTO NACIONAL – TO
2021**

DIANA RODRIGUES DOS REIS

**VIDAS SECAS, DE GRACILIANO RAMOS, À LUZ DO PÓS-
COLONIALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Letras.
Orientadora: Dra. Maria Perla Araújo Moraes

**PORTO NACIONAL – TO
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R375v Reis, Diana Rodrigues dos.

Vidas Secas, de Graciliano Ramos, à luz do pós- colonialismo. / Diana Rodrigues dos Reis. – Porto Nacional, TO, 2021.

111 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2021.

Orientadora : Maria Perla Araújo Moraes

1. Dominador. 2. Dominado. 3. Literatura brasileira. 4. Pós-Coloniais. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VIDAS SECAS, DE GRACILIANO RAMOS, À LUZ DO PÓS-COLONIALISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Letras.
Orientadora: Maria Perla Araújo Moraes

Aprovada em 31/03/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^a Maria Perla Araújo Moraes (Orientadora)

Profa. Dr^a Roseli Bodnar (UFT – Letras)

Profa. Dr^a Eliane Cristina Testa (UFNT)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que não somos únicos, necessitamos de ajuda para levar avante a concretização de ideais sejam simples ou complexos. Assim, agradeço:

Primeiramente a Deus pela existência e a inquietação de me fazer sempre questionar.

Ao meu esposo Nailson por cuidar de todos os detalhes na minha ausência.

A meus pais Irma e Deusdete pelo estímulo, além do carinho e incentivo.

Às minhas irmãs Margarete e Luciene por estarem comigo na realização deste sonho.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Maria Perla Araújo Morais por me orientar e ampliar meu olhar.

Ao coordenador do curso de Pós-Graduação Prof. Dr. Carlos Roberto Ludwig pela dedicação.

Aos professores do Mestrado: Dra Olívia Aparecida Silva, Profa. Dra. Dalve Oliveira Batista Santos, Dra. Rejane de Souza Ferreira, Dr. Carlos Roberto Ludwig, Dra. Neila Nunes de Souza pela transmissão de novos conhecimentos.

Aos professores que participaram da minha banca Dra. Roseli Bodnar e Dra. Eliane C. Testa.

Às minhas amigas Isnanda Cavalcante e Albaneide, pelo incentivo aos estudos.

Às minhas companheiras de quarto Ingrid e Munike pela cumplicidade mútua.

Aos meus colegas e amigos do mestrado por me acompanhar nessa jornada.

Aos motoristas do ônibus que tão bondosamente autorizaram meu desembarque em frente ao hotel, próximo ao campus.

Aos donos e funcionários do hotel pelo atendimento e descontos concedidos.

Aos donos e funcionários do berçário por ter cuidado tão bem da minha bebê enquanto assistia às aulas.

À Mailaine que gentilmente confiou aos meus cuidados seu computador.

E a todos aqueles que diretamente ou indiretamente torcem, oram, estão comigo e fizeram parte da minha formação na realização deste sonho de ser mestra, eternamente grata.

“A menos que modifiquemos nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

Albert Einstein

RESUMO

Essa pesquisa tem como temática, o estudo sobre a obra, *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos, com foco nos aspectos ligados aos estudos pós-coloniais. A fim de observar o Pós-colonialismo nesta obra, esse trabalho terá como base os estudos de Fanon (1968), Bonnici (2012), Said (2011), Bhabha (1998) e Santos (2018). Na obra *Vidas Secas*, há uma reflexão sobre um poder e saber que se mantém desde a nossa colonização, justificando a exploração e calando a voz das identidades não-hegemônicas. O Pós-colonialismo tenta entender como o colonialismo impôs uma episteme, um saber e um poder aos colonizados e como esses mecanismos de dominação permanecem mesmo após a independência dos países. A política de poder, mais precisamente a exploração, a cultura europeia como centralidade menosprezando as demais culturas e a ideia de inferioridade implantada na mentalidade do colonizado são pontos ligados à questão dominador/dominado. *Vidas Secas* evidencia essa permanência das práticas sociais do colonizador nas ex-colônias: Fabiano, protagonista da história, não se aceita, em várias situações é menosprezado pelas autoridades e em silêncio permanece tornando-se alienado. Os personagens possuem características relacionadas à inferiorização, alienação, silenciamento, todas ligadas a aspectos da teoria pós-colonial. Graciliano Ramos denuncia a situação dos brasileiros pobres e nordestinos vistos pelos mais favorecidos como corpos cuja exploração é permitida dentro de um sistema econômico, político e social que identifica as identidades não-hegemônicas unicamente como força de trabalho descartável. A história se passa na década de 1930 em que vemos o Brasil imerso na repressão além disso, no Nordeste, a seca. Esse cenário é explorado pela obra *Vidas Secas* para retratar um país que silencia, menospreza e desconsidera suas populações mais vulneráveis. Centrados na transformação das cidades, ao mesmo tempo em que fortalecem os grandes proprietários rurais, o Brasil advoga por uma modernidade que vê no arcaico e no passado os entraves da prosperidade do país. O arcaico são os restos, as ruínas dos projetos de modernidade brasileira e devem ser abandonados em prol da narrativa do Brasil como país do futuro. Esse pensamento de olhar para o “outro” como o resto, o que não consegue se integrar, é a mesma dinâmica usada pelo colonialismo diante do colonizado. Assim, as elites econômicas e políticas brasileiras se identificam com esse pensamento para fazer a manutenção de seus privilégios e para ocuparem os postos que, antes, eram os dos colonizadores. Apoiados nesse pensamento, farão o controle de suas populações e silenciarão o drama dos problemas sociais proporcionados por essa visão excludente de sociedade. Logo, na obra *Vidas Secas* é possível visualizar aspectos dos estudos pós-coloniais e resquícios de sua permanência na realidade contemporânea.

Palavras-Chave: Dominador. Dominado. Literatura Brasileira. Pós-coloniais. Seca.

ABSTRACT

This research has as its theme, the study on the work, *Vidas Secas* (1938) by Graciliano Ramos, with a focus on aspects related to post-colonial studies. In order to observe Postcolonialism in this work, this work will be based on the studies of Fanon (1968), Bonnici (2012), Said (2011), Bhabha (1998) and Santos (2018). In the work *Vidas Secas*, there is a reflection on a power and knowledge that has been maintained since our colonization, justifying exploration, and silencing the voice of non-hegemonic identities. Postcolonialism tries to understand how colonialism imposed an episteme, knowledge, and power on the colonized and how these mechanisms of domination remain even after the independence of the countries. The policy of being able, more precisely the exploration, European culture as centrality despising other cultures and the idea of inferiority implanted in the mentality of the colonized are points linked to the dominant / dominated issue. *Vidas Secas* shows this permanence of the colonist's social practices in the former colonies: Fabiano, protagonist of history, is not accepted, in various situations he is despised by the authorities and in silence he remains becoming alienated. The characters have characteristics related to interiorization, alienation, silencing, all linked to aspects of post-colonial theory. Graciliano Ramos denounces the situation of poor and northeastern Brazilians seen by the most favored as bodies whose exploitation is permitted within an economic, political, and social system that identifies non-hegemonic identities solely as a disposable workforce. The story takes place in the 1930s when we see Brazil immersed in repression, in addition, in the Northeast, the drought. This scenario is explored by the work *Vidas Secas* to portray a country that silences, despises, and disregards its most vulnerable populations. Focused on the transformation of cities, at the same time that they strengthen large rural landowners, Brazil advocates for a modernity that sees in the archaic and in the past the obstacles to the country's prosperity. The archaic are the remains, the ruins of Brazilian modernity projects and must be abandoned in favor of the narrative of Brazil as a country of the future. This thought of looking at the "other" as the rest, which fails to integrate, is the same dynamic used by colonialism in the face of the colonized. Thus, the Brazilian economic and political elites identify with this thought in order to maintain their privileges and to occupy the positions that, previously, were those of colonizers. Supported by this thought, they will control their populations and silence the drama of social problems brought about by this exclusionary vision of society. Therefore, in the work *Vidas Secas* it is possible to visualize aspects of post-colonial studies and remnants of their permanence in contemporary reality.

Keywords: Dominator. Dominated. Brazilian literature. Postcolonial. Dry.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO	13
2.1 Pós - Colonialismo e a permanência colonial.....	14
2.2 Pós - Colonialismo numa sociedade periférica.....	28
3 PÓS-COLONIALISMO E A LITERATURA BRASILEIRA.....	40
3.1 Recorte da literatura brasileira a partir de uma perspectiva pós-colonial.....	48
3.2 A discussão da identidade nacional no começo do século 20.....	52
4 O PÓS - COLONIALISMO EM VIDAS SECAS.....	65
4.1 Recorte crítico das leituras de Vidas Secas.....	65
4.2 Vidas Secas e o Pós – Colonialismo.....	71
4.3 Fabiano, a forma de trabalho e os agentes de repressão.....	89
4.4 Soldado Amarelo e as instituições para a manutenção do controle social.....	91
4.5 Sinhá Vitória e a representação da mulher em um contexto pós-colonial.....	97
5 CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve o intuito de apresentar uma análise da obra *Vidas Secas*, visualizada no contexto dos estudos pós-coloniais evidenciados na obra. A pesquisa discute a dominação europeia nos países colonizados, a provável consequência dessa dominação e os resquícios deixados e evidenciados no silenciamento do subalterno encontrados, no sentido figurado, nas “Vidas Secas” de muitos brasileiros. Consideramos para o presente estudo que o domínio, a relação entre dominador e dominado são características dos estudos da teoria pós-colonial. Essa relação pode ser observada em várias obras literárias, mas a escolha para essa dissertação foi romance *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos (1892-1953). A presente pesquisa busca enfatizar a permanência das dinâmicas colonialistas na sociedade brasileira não mais como questão histórica, mas como um problema social e econômico. Sua permanência está relacionada ao seu aspecto de dominação e não no fator histórico, está ligado mais à fase conhecida como o declínio do poder europeu sobre os países colonizados. As relações presentes na cultura, etnia, a linguagem e o poder após a independência de antigas colônias são resquícios deixados pelos países europeus no período da efetiva colonização histórica.

Por meio da análise da obra *Vidas Secas* foi possível obter um olhar importante sobre as relações sociais em países que passaram pela colonização, como é o caso do Brasil. Nesta obra encontramos traços nos personagens que nos fazem refletir aspectos ligados ao Pós-colonialismo, como os processos violentos de poder, dominação, negação da cultura e do poder de fala inferiorizando os mais vulneráveis. Essas são características muito presentes na teoria pós-colonial e que são retratados na obra.

A visão de Graciliano Ramos em *Vidas Secas* está relacionada ao fato de o autor buscar, dar voz a sujeitos oprimidos pela sociedade. Apesar de fazer parte da elite, Graciliano Ramos era engajado e ligado a questões vivenciadas em seu tempo.

Vidas Secas retrata a vida de uma família de sertanejos que fugia da seca e buscava condições mais favoráveis de vida. O romance é composto por treze capítulos. A intenção inicial de Graciliano Ramos era que a obra fosse uma coletânea de contos.

Na obra, o narrador apresenta as agruras sofridas pela família, pois esses retirantes se deslocam de tempos em tempos na busca de lugares que lhes deem condições mais adequadas de sobrevivência. Na narração é possível notar a aridez do ambiente e consequentemente seus efeitos na vida daqueles que ali se encontram. Na leitura percebe-se que o narrador nos traz o sofrimento da família em meio às adversidades climáticas. Os retirantes caminham em silêncio

agonizante. Até porque se vê, entre outras circunstâncias, o menino que não aguentava mais andar com fome, e a única coisa que ainda possuíam eram as lembranças de ocasiões vividas em tempos bons. Durante a caminhada raramente falavam.

Fabiano é casado com Sinhá Vitória e pai de dois filhos, é um típico sertanejo que exerce a função de vaqueiro, não frequentou a escola e não enxergava vantagem imediata na educação. Nas circunstâncias de imediatismo nas quais viviam a leitura e o conhecimento não trariam vantagem alguma e não dominavam o registro escrito. A fazenda abandonada que encontrara no meio da fuga da seca tornou-se uma nova opção de sobrevivência. Contudo, o clima muda com a chegada das chuvas e o fazendeiro, o dono das terras abandonadas, reaparece. A princípio expulsa Fabiano da “sua” fazenda, porém nota que faria um bom negócio empregando a família de sertanejos. Contratado com a função de vaqueiro, Fabiano era explorado e maltratado pelo patrão, apesar de notar as injustiças, ele suportava tudo calado.

O protagonista continua sofrendo injustiças não só pelo patrão, mas vindas de diversos setores como no comércio e das autoridades policiais, agentes policiais que deveriam proteger cidadãos contribuem para que situações de exploração continue acontecendo.

No romance observa-se, ainda, a figura da mulher e dos meninos, Sinhá Vitória, é uma típica dona de casa duplamente explorada, ela sofre exploração primeiro por ser mulher e não ter o poder de fala e segundo por ser subalterna.

As agruras não se limitam aos aspectos relacionados às necessidades físicas, mas também ao emocional. Em determinado momento do romance, a cachorra da família adoece e Fabiano resolve matar o animal, nesse momento os filhos são retirados pela mãe para não presenciar a cena que é sempre lembrada por ele. Dessa maneira a narrativa segue até um momento no qual Fabiano resolve partir novamente deixando tudo para trás e fazendo planos melhores para seu futuro e de sua família. O romance fecha um ciclo e subentende-se que este ciclo tem sua continuidade: trata-se de uma permanência perpétua da exploração dos menos favorecidos.

No decorrer da pesquisa surgiu uma abordagem dividida em dois aspectos: primeiro os conceitos e ideias defendidas pelo Pós-colonialismo enfatizando a investigação dos conceitos de identidade, cultura, etnia, relação de linguagem e poder presentes depois das colonizações. O estudo dessa estrutura colonial enfatizará as implicações, devido o Brasil ter sido colonizado por um país semiperiférico. Ser colonizado por Portugal contribuiu para uma reprodução com

maior intensidade nas relações de poder da metrópole ao mesmo tempo, acredita-se que o colonialismo não foi violento. Essas ideias paradoxais, a exploração violenta do ¹autóctone e a crença no colonialismo sem violência, impossibilitam enxergar a realidade como pós-colonial.

O segundo refere-se à alienação e silenciamento dos personagens de *Vidas Secas* e como tais características estão relacionadas às encontradas na dinâmica social da colonização portuguesa. Assim, a relação de poder entre Soldado Amarelo e Fabiano ou de Fabiano e os proprietários da terra e a posição subalterna de Sinhá Vitória são fundamentais para entendermos como o Brasil pensa os seus grupos vulneráveis, reproduzindo dinâmicas de opressor e oprimido, condição do colonialismo.

À vista disso, o escopo desta pesquisa é identificar dentro da obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, a relação que ela tem com o pensamento de sua época e como há traços na obra relacionados a um país que, por ter sido colônia, pensa a população mais vulnerável a partir do modelo de exploração herdado. A herança deixada pelo colonialismo no Brasil faz com que a exploração do vulnerável permaneça enraizada no pensamento e no modo de ver o outro mesmo após a independência. Ela é vista na maneira como o autóctone pensa e reage à exploração. A reflexão que fica é tentar entender se ainda vivemos sob colonialismos dos diversos tipos de império como o português e o norte-americano ou do neoliberalismo que tira o mínimo para a sobrevivência dos pobres.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico. A abordagem se dará a partir de pesquisa qualitativa, a qual possui caráter exploratório, que levará à reflexão do tema abordado buscando aprofundamento dos conceitos necessários para sua devida compreensão. Desta forma, a leitura de livros, artigos, tese de mestrado e sites que se referem ao tema proposto visará apreender como as contribuições desses estudiosos são importantes para a ampliação de conhecimentos ligados à nossa contemporaneidade.

Vidas Secas (1938), romance de Graciliano Ramos, personifica a figura do colonizado e colonizador nos cidadãos comuns da contemporaneidade. Dessa forma o romance subentende que as estruturas coloniais permanecem, uma elite burguesa tem interesse nessa permanência, logo há uma contundente manutenção dessa força.

Em suma, temos uma forte dominação de colonizadores portugueses logo no início do processo exploratório e a persistente permanência em dias atuais. A permanência dessa dominação e consequentemente das estruturas coloniais são vistas numa elite que a mantém

viva, além de existir uma manutenção dessas dinâmicas de desvalorização do autóctone e valorização daqueles que reproduzem a gramática colonialista.

A obra *Vidas Secas*, publicada em 1938, aponta para essa permanência. A década de 1930 vem carregada de resquícios que foram deixados ao longo da história do Brasil. Coronelismo, repressão, Era Vargas, controle absoluto do senhor proprietário de terras, são eventos da década de 1930 que Graciliano Ramos enfatiza na obra. A imigração do nordestino para o centro-sul do país relacionada por muitos à seca de 1932, na realidade pode ser entendida sob um outro olhar, ou seja, há um interesse nessa migração, pois a necessidade de mão de obra no centro-sul, causada pela industrialização e seguindo a lógica do capital, trabalhadores nordestinos iludidos por uma vida melhor partem para essa nova região. Contudo, o que se vê são trabalhadores explorados servindo de mão de obra barata.

A fim de evidenciar a permanência das estruturas coloniais principalmente no pensamento dos cidadãos brasileiros, a pesquisa caminhará tendo em vista três etapas. A primeira delas é identificar o que de fato, os estudos pós-coloniais analisam, em seguida será abordado os pontos e contrapontos do colonialismo português especificamente vistos no Brasil e sua influência na maneira como os cidadãos brasileiros enxergam o outro. A última etapa finalizará a análise abordando características específicas vistas nos personagens da obra *Vidas Secas* e como elas se relacionam à teoria pós-colonial. Os personagens da obra representam cidadãos que agem seguindo uma linha de pensamento europeu. Dessa forma, a pesquisa busca enfatizar a permanência desse poder enraizado no pensamento e nas ações de muitos brasileiros.

1 O termo é entendido como sujeitos que nasceram na região em que habitam. Dessa forma, o termo autóctone é utilizado na dissertação para referir-se a pessoas que sofrem com a imposição de um poder vindo de fora e penetra em seu ambiente desvalorizando toda a questão relacionada a suas crenças e costumes.

2 COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO

Este capítulo tem o intuito de conhecer os estudos quanto ao tema, colonialismo e Pós-colonialismo, pois tal conhecimento dará sustentação à pesquisa que abordará a relação existente entre literatura brasileira e Pós-colonialismo visualizada na obra *Vidas Secas*. Os conceitos de identidade, cultura, etnia serão abordados de maneira que o leitor compreenda a relação existente entre cultura e império, e perceba essa visão implantada no pensamento dos indivíduos contemporâneos.

O aspecto a ser abordado nesta pesquisa será o teórico, que investiga justamente a permanência das estruturas coloniais após a independência e a dominação europeia na ex metrópole e consequentemente nas ações do colonizado. O contato existente entre dominador e dominado será um ponto relevante a ser abordado neste capítulo, bem como todo o jogo de poder existente nessa relação. O elo, ou seja, a relação estabelecida entre eles e a ideia implantada pelo europeu na mentalidade do colonizado de maneira que este relacione somente aspectos negativos de sua cultura. Esses serão pontos a serem considerados para reflexão.

A política de poder exercida pelos europeus diminui o senso de valor dos colonizados o que está centralizado é a cultura europeia, e esses estudos pós-coloniais vêm justamente propor um novo olhar a essa questão.

O que de fato acabou com a independência dos países colonizados não foi o colonialismo no sentido de dominação, opressão, valorização da cultura europeia, mas sim, seu aspecto histórico, uma vez que, a dominação ainda permanece.

Outra questão que será considerada na obra de ficção são, as múltiplas formas de domínio que homem e mulher, cristão e herege, branco e negro sofrem. A percepção de valor dos sujeitos e a sutil dominação também serão pontos a serem analisados. O capítulo caminhará mais precisamente para a questão racial, buscando resquícios na escravidão relacionando-a ao preconceito observando no passado com a raiz que produz contundentemente a desigualdade entre brancos e negros.

Diante desses conceitos ligados a colonialismo e Pós-colonialismo, a obra em questão é analisada retratando a vida de personagens subalternos. O romance personifica a figura do colonizador e colonizado de maneira que o leitor enxergue no silenciamento, na percepção de valor, na postura das autoridades, na desigualdade social, na exploração do trabalho por uma elite detentora de poder, resquícios coloniais permeando a vida do cidadão brasileiro. A construção dos personagens na obra *Vidas Secas* permite enxergar essa dinâmica.

Por fim, a abordagem segue para o colonialismo centralizado no Brasil como país colonizado, suas especificações e diferenças. Para tanto, será citado Portugal, país europeu e colonizador brasileiro, como um país possuidor de características ambíguas na qual a história revela distinção entre ele e os demais países europeus. Portugal, visto como um país semiperiférico, e a visão amena da colonização portuguesa serão aspectos também discutidos.

As ideias defendidas por Freyre (2003) sobre a colonização portuguesa que desembocaram no lusotropicalismo serão apontadas no nesse capítulo, uma vez que o sociólogo defende Portugal como um colonizador pacífico. Esta colonização ‘amena’ fará parte da análise do presente capítulo. Dessa forma, uma discussão será levantada sobre o assunto presente nas ideias do lusotropicalismo e outras especificidades deste colonizador semiperiférico. Acredita-se, que esse mito ajudará a desconsiderar o estudo do colonialismo para o entendimento das ex-metropoles. Sem entender esse passado colonial e pensar que ele é “ameno”, e assim não fazer uma crítica contundente às estruturas sociais, creditando ao presente os problemas do país.

Nesse capítulo também será abordado a razão de se enxergar na obra *Vidas Secas* (1938) aspectos dos estudos pós-coloniais, uma vez que a obra foi escrita há 100 anos, após o Brasil ter deixado de ser colônia. Visivelmente, na época da publicação do livro, não se via a figura física de um colonizador e características explícitas de dominação. Dessa forma, essa teoria analisará a construção do pensamento, do modo de agir, e de uma permanente dominação colonial presente em diversos setores. Tal análise nos levará a concluir que existe ainda em nossa sociedade uma contínua exploração humana, um descaso social aos minoritários, uma influência muito forte implantada no cotidiano das pessoas que as levam a ter uma visão de mundo limitada, a enxergar o outro com marcas estereotipadas e preconceituosa de maneira a inferiorizar e menosprezar.

2.1 Pós-colonialismo e a permanência colonial

Podemos conceituar o Pós-colonialismo em dois aspectos: histórico e teórico. O histórico trata do declínio do poder europeu sobre os países colonizados a partir do século 19 e 20. Quanto ao aspecto teórico, analisado nessa pesquisa, trata-se basicamente dos movimentos sociais e culturais que surgiram com a intenção de investigar os conceitos de identidade, cultura, etnia, relação de linguagem e poder depois das colonizações. A colonização moderna teve seu início na época dos descobrimentos, em 1453, início da Idade Moderna. Nesse período, entre outros acontecimentos, o Brasil estava sendo colonizado no século XVI por Portugal. Tal

fenômeno, estimulado pelo mercantilismo, e, no século XIX, pela Revolução Industrial ocasionou a formação de diversos países dentre os quais o Brasil.

Durante os processos de colonização histórica, o pensamento, a cultura, a arte, a identidade e tudo que caracteriza os povos colonizados é tido como inferior, pelo pensamento da metrópole. Qualquer que seja o envolvimento desses países que não esteja relacionado ao modelo europeu é menosprezado. Tal fato ocasiona questionamentos referentes ao universalismo europeu promovendo, então, reivindicações relativas à aceitação da alteridade e pluralidade. Segundo Edward Said, houve uma grande tentativa europeia em dominar “povos e terras distantes”. (SAID, 2011, p.3)

[...] a Europa detinha um total aproximado de 85% do mundo, na forma de colônias, protetorados, dependências, domínios e *commonwealths*. Nunca existiu em toda a história um conjunto de colônias tão grande, sob domínio tão completo, com um poder tão desigual em relação às metrópoles ocidentais. (SAID, 2011, p.28)

A Europa tinha a intenção de dominar o mundo e implantar sua cultura na vida dos autóctones². Segundo Said (2011, p.3), os textos europeus sobre regiões colonizadas transmitem a noção de que, por não pertencerem ao eixo europeu, “necessitavam” de dominação, afinal “não eram como ‘nós’, por isso deviam ser dominados”. (SAID, 2011, p.3)

O Pós-colonialismo faz uma releitura do período colonial, período no qual dentre outras características os países hegemônicos apresentam uma política de poder exercida sobre territórios de países não hegemônicos em que a mão de obra autóctone sofre com a exploração. O eixo europeu e os Estados Unidos apresentam diferentes maneiras de se pensar o outro e de se fazer cultura. Tal política de poder é exercida nas relações pós-coloniais e são reproduzidas nas demais regiões. O modo pelo qual se enxerga essas relações políticas pode ser vista na filosofia, na arte, no estudo de idiomas, nas diversas formas de saber que se permeiam. O discurso colonial como aparato de poder é:

(...) um aparato que se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para ‘povos sujeitos’ através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer. Ele busca legitimação para suas estratégias através da produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados, mas avaliados antiteticamente. (BHABHA, 1998, p.111)

O discurso colonial tem como objetivo apresentar o colonizado “como uma população de tipos degenerados [...]” (BHABHA, 1998, p.111), dessa maneira se justifica o estabelecimento de “sistemas de administração e instrução.” Bhabha, (1998), ou seja, de acordo com o autor, a representação que o discurso colonial faz da população autóctone é a de que são indivíduos “degenerados”. Logo, o autóctone vê a penetração europeia como uma possibilidade, ou melhor, uma necessidade de ter acesso ao que é melhor e superior. Porém Said (2011) declara que “[...] em quase todos os lugares do mundo não europeu a chegada do homem branco gerou algum tipo de resistência” (SAID, 2011, p.3). Isso implica dizer que a chegada do europeu a princípio não foi bem-vinda causando “resistência”. Contudo, o discurso colonial ocasionou uma sutil dominação, tornando os autóctones sujeitos submissos.

Essa submissão pode ser vista como uma maneira de domínio implícita, ou seja, o autóctone não enxerga em determinadas atitudes do indivíduo na posição de dominador o objetivo final de suas ações, isso é o que Bhabha (1998, p.111) nomeia como “sistemas de administração e instrução”. Tornar-se uma “nação sujeita” pode soar para os minoritários como uma “boa oportunidade”, afinal a nação que absorve um discurso no qual se propaga a noção de uma população como ‘degenerada’ nada mais oportuno do que sujeitar-se.

Segundo Bhabha (1998 p.111), trata-se de um “jogo de poder”. Embasados na diferença de origem racial, questões ligadas à classe, ao gênero, à ideologia e formação social, o sistema colonial, segundo Bhabha, “produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um ‘outro’ e ainda assim inteiramente apreensível e visível”, ou seja, o que Bhabha declara é que esse sistema constitui uma ‘forma de governamentalidade que, ao delimitar uma ‘nação sujeita’, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade.

Houve evidências que a busca por dominação do sujeito tornou-se crucial em seus diferentes aspectos. O “jogo de poder” dito por Bhabha (1998) representa uma ferramenta determinante para a exploração do outro. Tal exploração é mascarada com a ‘necessidade’ de submissão, logo, visualizamos em diversos setores essa submissão camuflada que contribui para fortalecer um poder dominante e dirigente. Segundo Said (2011, p.30), trata-se de uma “formação ideológica, na qual territórios e povos precisam e imploram pela dominação” Said nos faz enxergar que o colonialismo “direto” se extinguiu, contudo, “o imperialismo sobrevive”.

A permanente exploração pode ser encontrada em diversos setores como a desigualdade social. Os sujeitos que vivenciam a dura realidade da desigualdade social sofrem por ter dificuldades para enxergar as possibilidades às quais têm direito. A probabilidade de se ter uma mudança diminui consideravelmente quando o subalterno se vê absorvido pelas necessidades

existenciais básicas de sobrevivência. A busca pelo equilíbrio e consequentemente a diminuição dessa desigualdade torna-se distante e para muitos jamais será atingida.

O direito à educação de qualidade, a um sistema de esgoto e moradia digno são exemplos práticos do cotidiano de muitos que passarão por toda uma geração sem ao menos notar que há possibilidade de mudança. Estes declaram a si mesmo que essa é a sua sorte, nasceram assim e permanecerão assim. Toda essa estagnação acontece porque há um poder que se beneficia com isso, logo, como parte dominada, os minoritários vivenciam os resquícios dessa apropriação.

A literatura apresenta narrativas que possibilitam visualizar tal desigualdade, apresentada na obra *Vidas Secas*, como veremos mais adiante, a discussão da exploração da mão de obra do cidadão sertanejo. O romance em questão evidencia resquícios deixados pelo colonialismo. O colonialismo histórico terminou muito antes da obra nascer, contudo a estrutura de organização social do colonialismo é enxergada pelo narrador de *Vidas Secas* em indivíduos comuns da contemporaneidade. Uma família nordestina de seis membros, incluindo nessa contagem pai, mãe, dois filhos, cachorra e papagaio, no primeiro momento é representada por Graciliano Ramos como pessoas que sofrem as agruras de uma região devastada pela seca. Contudo, o romance não se limita às questões climáticas. Diante das circunstâncias enfrentadas, é possível observar um implícito posicionamento do Estado que atribui todo o problema social enfrentado pelos indivíduos à seca. Dessa forma, a população é abandonada a própria sorte, são deixados à revelia.

Outro aspecto que se observa no romance está relacionado ao processo exploratório causado por uma classe dominante, os autóctones, representados no romance como minoritários, ou melhor, como dominados e consequentemente explorados. A família representa aqueles que nasceram, cresceram e estão vivendo naquele local e/ou ambiente, mas que nunca serão os proprietários da terra pelo processo de exploração a que estão expostos.

O pós-colonialismo pode ser pensado a partir de diversas áreas de conhecimento como os estudos culturais, filosóficos, crítica literária entre outros, partindo desse paradigma, o pós-colonialismo desmascara a narrativa eurocêntrica como ideologia dominante, uma vez que tal ideologia sustentava que somente países europeus eram culturalmente evoluídos e, portanto, os demais deveriam seguir seu padrão. Logo, os colonizados foram marginalizados bem como seus saberes e crenças. A política de poder exercida por países hegemônicos desenvolvida na expansão da Europa a partir do século 16, trouxe aos países não hegemônicos a dominação. Essa aspiração por soberania, sua influência e predomínio existe, segundo Said (2011, p.36),

“em todas as culturas nacionalmente definidas”. Os autóctones deviam seguir um modelo definido pelo colonizador, dessa forma, sua própria percepção de valor e sociedade foi sendo alterada e o domínio europeu é visto inclusive pela forma de conhecimento reforçando a noção de submissão.

[...]o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade”. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais. (SAID, 2011, p.30)

O colonizado foi absorvendo a noção de que tudo que estivesse relacionado à sua origem era de menor valor, dessa forma, se aliena. Os estudos pós-coloniais contribuem para que toda essa visão implantada e absorvida na vida do cidadão colonizado, seja de alguma maneira notada e que haja mudança na história.

Interrogando a questão identitária, Bhabha (1998) argumenta que:

A luta contra a opressão colonial não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua ideia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado. A análise da despersonalização colonial não somente aliena a ideia iluminista do "Homem", mas contesta também a transparência da realidade social como imagem pré-dada do conhecimento humano. Se a ordem do historicismo ocidental é perturbada pelo estado colonial de emergência, mais profundamente perturbada é a representação social e psíquica do sujeito humano. Isso porque a própria natureza da humanidade se aliena na condição colonial e a partir daquela "declividade nua" ela emerge, não como uma afirmação da vontade nem como evocação da liberdade, mas como uma indagação enigmática. (BHABHA, 1998, p.72)

Essa luta pós-colonial muda a direção da história ocidental, dessa maneira, há uma contestação na imagem que se faz dela: uma visão “progressiva e ordenada” se altera e consequentemente perturba a “representação social e psíquica” que se tem do sujeito humano. Atualmente a sociedade mantém uma representação distorcida do indivíduo, logo os estudos pós-coloniais contribuem para que haja uma “transparência da realidade social” (BHABHA, 1998, p.72). Segundo Bhabha (1998, p.72), isso ocorre “porque a própria natureza da humanidade se aliena na condição colonial”, ou seja, o ser humano não percebe que seu dia a dia traz pensamentos e consequentemente atitudes coloniais, logo muitas vezes inconscientemente se aliena.

No livro *Pele negra Máscaras brancas*, Frantz Fanon, filósofo da Martinica, apresenta ao leitor como alienação e percepção de valor é guiada por uma orientação neurótica definida: “O preto, escravo de sua inferioridade, o branco escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica (FANON, 2008, p.66). Acrescenta que:

“Na medida em que concebe a cultura europeia como um meio de se desligar de sua raça é que ele é um alienado”. (FANON, 2008, p.185). Esse desligamento que Fanon (2008) comenta pode ser visto como uma negação do passado.

Em consequência se abre uma discussão ligada a dois aspectos envolvendo brancos e negros em sociedades que passaram pela colonização: a percepção de valor do branco e do negro, embasada na própria história da escravidão, e consequentemente a valorização e superioridade que é dada a uma cultura em detrimento da outra. No ano de 1535 os primeiros escravos africanos chegam no Brasil, neste ano começava a funcionar os engenhos de açúcar em Pernambuco. (GOMES, 2019, p.64). Observa-se claramente que, segundo o autor citado. “o objetivo inicial do comércio de gente era fornecer mão de obra para a indústria do açúcar [...]” (GOMES, 2019, p.245). O transporte de escravos ao Brasil como mercadoria proporcionou uma inclusão negativa da imagem do negro africano. Essa inclusão trouxe aos recém-chegados uma permanente condição de precariedade. Ou seja, se tornaram parte do grupo dos que são vistos permanentemente como excluídos da sociedade.

O autor Schwarcz, 2019, p.31 afirma, “Criamos uma nação profundamente desigual e racista[...]”. A questão exploratória é vista de maneira muito transparente em todo esse processo de mercadoria humana, um lucrativo negócio que se perpetuou e essa condição de exclusão permanece após o fim do Brasil colônia e início da independência.

De maneira contínua essa diferença entre brancos e negros alcança os dias atuais, Gomes (2019, p.123) relata a história de um baiano chamado Francisco Félix de Souza que “mudou-se para a África, [...] e passou a dedicar-se ao mais lucrativo negócio da época: o tráfico de escravos.” (GOMES, 2019, p.123). Segundo Gomes (2019, p.140) Francisco tornou-se tão importante que recebeu uma honraria hereditária, o título de “chachá”, do rei Guezo. Esse ‘reconhecimento’, “dentro da família De Souza”, é repassado de geração a geração. Esse, ‘costume’ da família De Souza é um exemplo de que, mesmo após o fim da abolição, a dinâmica de exclusão da população negra continua. Há uma permanência no pensamento dos indivíduos relacionado ao valor que se dá a pessoa humana. Logo é possível observar o valor que é dado permanentemente à exploração do subalterno, uma contínua exploração.

Diante de toda essa bagagem histórica que nos cerca, é possível detectar que há dois tipos de comportamento que permeiam os indivíduos contemporâneos ao se depararem com os rastros deixados pela cruel história da escravidão: uns reconhecem, outros preferem esquecer. Segundo Gomes (2019), existe atualmente na África lugares chamados de “Portas do Não Retorno” (GOMES, 2019, p.158), ali há dezenas de antigos pontos de embarque de escravos.

Estes pontos são visitados por diversas celebridades internacionais, muitos deles aproveitam a viagem para pedir perdão ao que fizeram aos negros.

Gomes (2019, p.176) relata que entre vários visitantes, “o português Marcelo Rebelo de Sousa preferiu evitar” tal atitude “ao também passar pelo local doze anos mais tarde.” E que o comportamento do português pode ser considerado um indicativo da naturalidade e fuga da realidade que ainda hoje muitos enxergam todo o processo e qualquer lembrança relacionada à exploração. Uma tentativa de apagar da memória e fuga pessoal do confronto entre o fato e a pessoa. Olhar, lembrar e buscar esquecer fatos verídicos e reais é, de certa maneira, manter “vistas grossas” a problemas reais. Vidas Secas identifica essa problemática. Enquanto a família de retirantes sofre diversas agruras, a causa para tal sofrimento é atribuída a problemas ambientais quando na realidade a falta de políticas públicas de enfrentamento à seca e seu contexto de miséria e abandono é de fato uma realidade verídica na vida de pessoas que vivem no contexto da miséria e abandono.

Por outro lado, todos africanos que na época embarcavam mantinham um futuro incerto. O destino de muitos se resumiu na morte e, os que não morriam jamais tiveram oportunidade de retornar às suas origens africanas. “1,8 milhão morreu ainda na travessia do Atlântico.” (GOMES, 2019, p.176). Os africanos adentraram ao nosso país de maneira forçada. Sua permanência no Brasil continuou após a independência, “praticamente todos os brasileiros livres eram donos de escravos” (GOMES, 2019, p.245). Sua presença era notada em diversos setores da economia, exerciam a função de agricultores, pescadores, vaqueiros, capangas, nas cidades trabalhavam como “empregados domésticos, sapateiros, marceneiros, vendedores ambulantes, carregadores de gente e mercadoria, açougueiros, entre muitas outras funções.” (GOMES, 2019, p.262). É possível observar que a abolição não representa o fim da escravidão, pelo contrário ela ainda persistiu até pouco tempo atrás em muitas partes do mundo. (p.280).

Tal realidade inclui o Brasil que apesar de legalmente não admitir a escravidão mantém o regime “sob outros disfarces”. Ainda assim muitos a permitem na prática incluindo o Brasil, onde é recorrente o noticiário sobre pessoas submetidas a condições de trabalho análogas ao cativeiro. Exploradas mediante o pagamento de salários irrisórios (ou nem isso), privados da liberdade de ir e vir, em ambientes sórdidos ou insalubres que, muitas vezes se assemelham ao das senzalas e dos engenhos de cana-de-açúcar do século 17, muitas pessoas vivem e se submetem a essas condições. (GOMES, 2019, p.280). E tais ações persistem em nossos dias em que boa parte da população do mundo possui menos do mínimo para sobreviver: “3,4 bilhões

de seres humanos [...] sobrevivem com uma renda inferior a 3,20 dólares por dia o equivalente a 12 reais, logo insuficiente para assegurar cuidados básicos.” (GOMES, 2019, p.301).

A relação entre branco e negro, cristão e herege, homem e mulher, entre outros, está carregada de múltiplas formas de domínio. Contudo, não necessariamente esse domínio é rígido e explícito, as formas de dominação são variadas. Essas variações são realizadas de maneira muito sutil. O dominador faz o autóctone se enxergar como inferior incomodando a natureza identitária deste, dessa forma o autóctone se depara com uma existência interna denominada por Bhabha (1998, p.35) de “dupla face”, ou seja, duas culturas permeiam seus pensamentos. Este processo é o que o autor citado declara ser “hibridismo”.

A relação entre o dominador e dominado sofre um processo híbrido no qual há a necessidade de misturar para se fazer entender o outro. É a sensação que o imigrante tem entre “habitar em casa” e ao mesmo tempo reconhecer-se em um outro local. Há uma percepção híbrida das coisas a sua volta. (BHABHA, 1998, p.35). Mesmo que o autóctone se relacione com outra cultura, dentro dele sempre haverá resquícios de sua história, é nesse sentido que há uma hibridização. O dominado absorve a cultura do dominador que aproveita para exercer seu controle, e, a fim de sobreviver, o autóctone mantém reprimida sua cultura.

O Pós-colonialismo busca romper a visão de inferioridade em nações que passaram pelo processo de colonização. Para tanto, deixa evidente as relações de poder que estão por trás da produção de conhecimento em sociedades coloniais buscando desconstruir a ideia de inferioridade dos países que anteriormente eram colônias. O processo de colonização trouxe diversos problemas, o colonizado está o tempo todo negando o outro e a si mesmo. “Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: ‘Quem sou eu na realidade?’ (FANON, 1968, p. 212)

Fanon, em seu livro *Condenados da Terra*, referindo-se aos colonizados, repassa a ideia de que a elite europeia no processo de descolonização tem completado domínio do colonizado: “É o colono que fez e continua a fazer o colonizado.” (FANON, 1968, p.26). A partir dessa perspectiva, conseguimos entender que “descolonizar” é também estar atento para o que resta das sociedades e pensamentos coloniais nas nações livres.

Partindo do princípio que os estudos pós-coloniais apontam para uma dominação europeia sobre países não europeus desvalorizando tudo que tem origem autóctone, o leitor de *Vidas Secas* (1938) se depara com uma narrativa escrita por Graciliano Ramos que apresenta determinadas características muito similares ao que estudiosos pós-coloniais indicam como

próprias aos sujeitos envolvidos no espaço pós-colonial. À medida que o colonizador e colonizado se relacionam, há uma nítida valorização do colono e tudo que pertence ao eixo europeu em detrimento da pessoa colonizada, sua cultura, identidade e país de origem.

Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, personifica colonizador e colonizado nas atitudes de cidadãos comuns. O Soldado Amarelo, Fabiano, policial e o trabalhador rural, são exemplos dessa personificação, agem de maneira a mostrar pensamentos coloniais persistentes. Enquanto o Soldado Amarelo enfatiza veementemente sua autoridade, um indicativo de hegemonia, por outro lado o personagem Fabiano em diversas situações, mesmo consciente de que está sofrendo injustiças, se inferioriza. Num típico dia que Fabiano foi à feira da cidade, após as compras sentou-se na calçada “resolvido a conversar” (RAMOS, 1968, p.15). Ali sentado conversava consigo mesmo refletindo na vida. Nesse ínterim, aproxima-se uma autoridade chamado Soldado Amarelo. Com sua farda impunha respeito e Fabiano gaguejando obedecia. (p.15).

É evidente que Fabiano tinha consciência da estrutura de poder que o cercava, ele não simplesmente aceita por não ter noção do poder ao seu redor, pelo contrário, ele enxerga isso, é possível observar também que o personagem Soldado Amarelo não possui um nome próprio, apenas qualidades, essa especificidade é um indicativo do que o romance busca sutilmente descortinar, pois o termo Soldado remete a seu poder como autoridade civil e a cor amarela representa o Estado brasileiro, logo, podemos constatar que o narrador usa um recurso de linguagem para informar ao leitor as possíveis ações e atitudes do Estado brasileiro frente à população. Conforme (Ramos, 1968, p.15)

Nesse ponto um soldado amarelo aproximou-se e bateu familiarmente no ombro de Fabiano: - Como é, camarada? Vamos jogar um trinta-e-um lá dentro? Fabiano atendeu na farda com respeito e gaguejou, procurando as palavras de seu Tomás da bolandeira: - Isto é. Vamos e não vamos. Quer dizer. Enfim, contanto etc. É conforme. Levantou-se e caminhou atrás do amarelo[...]. Fabiano sempre havia obedecido. Tinha muque e substância, mas pensava pouco, desejava pouco e obedecia.

O capítulo dois do romance, com o subtítulo “Fabiano”, narra os anseios, lutas, desejos e sonhos do protagonista. Entre as diversas circunstâncias descritas pelo narrador há a figura de um personagem chamado “Tomas da bolandeira”, esse indivíduo é admirado por Fabiano, o termo “bolandeira” no romance sempre aparece relacionado a Sr. Tomas subentendendo a importância que Fabiano dá a esse maquinário que foi um antigo patrão. Devido às circunstâncias que assolam a região e ao capital também se tornou um andarilho. Contudo é admirado por Fabiano a ponto de ele desejar imitar seu antigo patrão, tentava falar como ele,

que, ao seu ver, falava certo. “Em horas de maluqueira Fabiano desejava imitá-lo: dizia palavras difíceis, truncando tudo, o convencia-se de que melhorava. Tolice. (RAMOS, 1968, p.13).

Apesar do romance elucidar que Sr Tomas havia perdido tudo e assim como Fabiano subentende que vivia numa condição miserável, a ênfase dada na obra relaciona-se à inteligência, ao saber que não perdeu, tal sabedoria inspira e impõe respeito como uma forma de poder que não lhe é tirado, pelo contrário se perpetua na figura de Seu Tomas da bolandeira.

Observa-se que a percepção de valor do personagem é alterada, imitar seu antigo patrão da bolandeira era uma realização pessoal, era sistematicamente a negação de suas próprias origens e consequentemente a aceitação de uma outra que considerava superior à sua, um indicativo de pensamentos pós-coloniais. Sr Tomas da bolandeira personifica o saber e o poder em torno de Fabiano, representa o regime de forças que o explora. Fabiano tinha a necessidade de ser aceito, essa imitação, pode ser visto como uma atração às forças não privilegiadas, ou seja, possuir e ser como o outro causava nele a sensação de aceitação, afinal, se sentia como o papagaio que “era mudo e inútil” (RAMOS, 1968, p.08). A típica família sertaneja havia absorvido a noção de que ter traços das identidades hegemônicas era melhor.

A realidade econômica e social vivenciada por Fabiano e sua família traz sobre eles o senso de inferioridade, logo enxergam o outro superior. A família tem dificuldades de lidar com a diferença e nega sua própria identidade, para eles a linguagem, seus pertences e tudo que vem do outro é melhor e maior. Dessa maneira, Fabiano mentalmente absorve a noção de que “um sujeito como ele não tinha nascido para falar certo.” (RAMOS, 1968, p.13). A desigualdade social é um agravante para essa família que, mesmo que queira fazer diferente, terão muita dificuldade em mudar sua história. Diante disso, é possível concluir que, como veremos adiante, a obra *Vidas Secas* escancara os resquícios coloniais implantados no olhar e no pensamento do nordestino, e da elite como um todo.

A obra nos leva a questionar a maneira pela qual enxergamos o outro e como a absorção de pensamentos coloniais permeiam nossa realidade, logo, a obra nos dá a chance de refletir aspectos do Pós-colonialismo se fazendo muito presente na contemporaneidade.

Dentro da narrativa colonialista, todo aquele que está inserido em qualquer outra cultura que não seja a dos países europeus é considerado inferior. A visão que se tem é de pessoas improdutivas, não civilizadas, logo inúteis. É possível entender o que Said (2011) argumenta sobre a relação entre cultura e império quando diz que a narrativa colonial, o “poder de narrar ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas [...] constitui uma das principais conexões” entre cultura e imperialismo (SAID, 2011, p.4). O desprezo, a desvalorização do

outro e por outro lado a supervalorização de tudo que vem de fora é uma representação notável da relação entre cultura e império.

No que condiz à língua, valoriza-se o padrão culto porque é o que mais se aproxima da sintaxe da Língua Portuguesa de Portugal, ou seja, a linguagem regional, e suas variações não podem ser consideradas como certa, logo, não devem ser aceitas. Tanto a escrita como a fala é focada e padronizada em um único modelo, este torna-se norma de aceitação que, em sua maioria, é a representação da linguagem da elite. Portanto, somos colonizados a pensar que somente aqueles que utilizam tal modelo seria alguém, como Fabiano pensa.

Marcos Bagno (2007) aponta essa imposição linguística e valorização pela norma culta quando ressalta que “[...]a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira ‘língua estrangeira’ para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade de português não padrão.” (BAGNO, 2007, p.18). Diante disso, é possível constatar que pessoas que em seu cotidiano utilizam de uma variedade de português não padrão possivelmente são vistas como não civilizadas, portanto, inúteis.

Na obra *Vidas Secas*, o personagem Fabiano alimenta em seu íntimo o desejo de ser um “eu” hegemônico. Sinhá Vitória, esposa de Fabiano, “desejava possuir uma cama igual à de Sr Tomás da bolandeira.” (RAMOS, 1968, p.13). Esse desejo pode ser visto como a vontade de ser igual, algo que nem Sinhá Vitória e Fabiano são iguais, ela almejava uma vida menos “seca”, seu desejo era viver com o esposo como um verdadeiro casal, de dormir na mesma cama. A “vida seca” de Sinhá Vitória se estendia para além dos setores econômicos, ela enxergava essa amarga secura da vida também nas questões emocionais, nas possibilidades amorosas.

Sendo assim, os dois são pensados como subalternidade, o corpo que pode ser explorado e cuja vida deve ser civilizada dentro da retórica colonial. Tratando do colonizado, em seu livro *Condenados da Terra*, Fanon comenta justamente essa característica:

O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. ²Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher ²deste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente, mas sempre alerta: “³Eles querem tomar o nosso lugar.”: É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono. (FANON, 1968, p.29).

³ Corrigida acentuação. No texto original temos Tôdas, dêste, Êles respectivamente.

Essa vontade de sentar-se no lugar do colono propicia o processo de alienação. Não se vê como um corpo explorado, mas um que deseja se transformar no explorador faz o processo da exploração se perpetuar.

A partir do Pós-colonialismo, conseguimos perceber a alienação do colonizado, ele repassa ao colonizado a ideia de que jamais pode se igualar a ele, sua cultura é superior e melhor, logo, ele, o colonizador, é melhor e maior, portanto, o que resta é aceitação. A alienação segundo Bhabha (1998) pode ser vista como o resultado “daqueles que tem de viver sob a vigilância de um signo de identidade e fantasia que lhe nega a diferença.” Ou seja, o dominado torna-se prisioneiro “psíquico e social” (BHABHA, 1998, p.102), por ter que viver num ambiente que nega a diferença, logo ele perde sua identidade cultural e tem dificuldade de se libertar, de se deslocar. Para esse assunto Fanon, afirma ser a “política do nacionalismo para a política do narcisismo”, ou seja, o reprimido centraliza-se na autoimagem em detrimento da política do nacionalismo.

Segundo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos defende a ideia da permanência das estruturas coloniais em pleno século 21, o que, de fato, acabou não foi o colonialismo em si, como forma de dominação, e sim o denominado colonialismo histórico, ou seja, a ocupação territorial estrangeira, porém o modo de dominação colonial continua.

Pressupondo que colonialismo está intrinsecamente ligado ao termo dominação, podemos concluir que, de fato, as estruturas coloniais permanecem, para tanto, essa permanência após tantos anos só se torna possível pela manutenção dessas forças, pois as estruturas coloniais se fortalecem quando há uma elite que a mantém viva, essa elite hegemônica colabora para que esta dominação não morra, pelo contrário se fortaleça, para isso a manutenção é feita quando tal elite faz calar cruelmente a voz do explorado que tenta se manifestar.

Deivison Mendes Faustino, professor de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e autor do livro “*Franz Fanon – Um Revolucionário Particularmente Negro*” faz dialogar com a trajetória política e teórica de Fanon com nossa realidade brasileira. Segundo Faustino (2018), há uma relação muito próxima entre o que o estudioso Fanon declarou em seu livro *Os Condenados da Terra*, publicado em 1968, com o que vivenciamos hoje aqui no Brasil. O autor declara que a mesma descrição feita por Fanon sobre a colônia pode ser aplicado ao nosso contexto brasileiro atual:

Em *Condenados da Terra*, a descrição de Fanon sobre a colônia é a mesma que podemos utilizar para falar do Rio de Janeiro. Aliás, ler Fanon sem saber de que se

trata de um autor de algumas décadas atrás e dizer que essa descrição é das favelas de Rio, São Paulo, Recife e Rio Grande do Norte, é possível encaixar perfeitamente [no contexto brasileiro atual]. Fanon nos ajudaria muito a olhar para a ocupação militar no Rio de Janeiro e dizer: ‘isso é a expressão contemporânea do colonialismo e é contra isso que precisamos lutar.’ (FAUSTINO, 2018)

Ou seja, apesar de muitos países terem atualmente conquistados a independência, “muitas atitudes imperiais concomitantes à conquista colonial ainda persistem.” (SAID, 2011, p.38) Um dos exemplos mais recentes foi a morte da socióloga e política brasileira Marielle Francisca da Silva, conhecida como Marielle Franco, ela defendia o feminismo, os direitos humanos e denunciou diversos casos de abuso de autoridade. Foi assassinada a tiros e as investigações apontam para um possível envolvimento de milicianos. Temos, neste exemplo, a presença de dois sujeitos em posições opostas: dominador, representado pela milícia, e dominada, Marielle, mulher negra, favelada e lésbica, há também um opressor tentando calar a voz daquele que vai contra suas ideias pré-estabelecidas.

Marielle realizava denúncias que feriam a classe dominante, apresentava injustiças que ocorriam com as classes oprimidas principalmente nas comunidades periféricas. Denunciava o tempo todo os abusos das autoridades, e era uma defensora dos direitos humanos. A deputada Renata Souza, referindo-se ao ocorrido com Marielle Franco, declarou que a tentativa de interromper a sua escalada política se justifica porque ela representou e ainda representa uma ameaça aos poderes aliados às máfias no Rio de Janeiro. (SOUZA, 2019).

De fato, o posicionamento de Marielle Franco era um incômodo para aqueles que não concordavam com seus ideais políticos, a questão, porém, não se limita apenas ao posicionamento da socióloga a favor dos oprimidos, ela representa na atualidade um tipo de colonizado dito como o ‘intelectual’, esse termo ‘intelectual’ foi utilizado por Fanon, estudioso pós-colonial, a fim de conceituar um perfil de colonizado, para ele, trata-se daqueles que: “[...] estudaram em suas respectivas metrópoles o funcionamento dos partidos políticos e fundam organizações semelhantes a fim de mobilizar as massas e fazer pressão sobre a administração colonial.” (FANON, 1968, p.90).

Essa teoria tem semelhanças com o ocorrido com Marielle Franco, já que ela mobilizava as massas, fazia pressão para que problemas de relevância social fossem resolvidos e isso incomodava a elite: os milicianos. As atitudes dela também são parecidas com a descolonização mental citado por (BONNICI 2012 *apud* FANON, 1968) pois apresenta uma mobilização causada pelos intelectuais colonizados. A luta que Bonnici comenta é um processo que o colonizado enfrenta dividido em três fases: assimilação, fase cultural nacionalista e a fase da

luta. A luta, pertencente à terceira fase, é justamente o período no qual o nativo começa a inflamar o povo, ou seja, conscientizá-los. (BONNICI 2012 p.427 apud FANON, 1968) declara que este nativo “Torna-se o despertador do povo”. Marielle Franco tinha justamente esse posicionamento, ela lutava, buscava ‘despertar’ o povo, preocupava-se em contribuir para que ocorresse uma democratização no qual conscientemente os direitos de todos fossem respeitados.

A luta faz parte da descolonização mental, por outro lado, se calar pode indicar a presença de uma apropriação e controle do indivíduo. Nesse sentido a obra *Vidas Secas* enfatiza o cotidiano de subalternos que continuam a sofrer todo um processo colonial, o narrador em terceira pessoa apresenta esse silenciamento em boa parte do romance, o personagem Fabiano pouco fala e quando fala a voz é baixa, e constantemente é silenciada, Fabiano tem dificuldades para desenvolver a linguagem. O narrador em terceira pessoa de Graciliano Ramos pretende enfatizar esse silenciamento.

A manhã sem pássaros, sem folhas e sem vento progredia num silêncio de morte. [...]. Queria enganar-se, gritar, dizer que era forte, e a quentura medonha, as árvores transformadas em garranchos, a imobilidade e o silêncio não valiam nada. (RAMOS, 1968, p.55)

Outro aspecto a ser notado que corrobora para concluir que de fato o narrador em terceira pessoa busca no romance enfocar esse silêncio, a reação do papagaio, ave que reproduz sons e palavras repetidas, o papagaio da família não repetia palavras, antes fazia grunhidos e latia mais do que de fato falava. (RAMOS, 1968, p.21). Esse comportamento do animal realça ainda mais o silenciamento e uso minimalista da linguagem, ou seja, quase não havia comunicação entre os personagens e, quando acontecia era por meio de monossílabos e grunhidos que imitavam ‘sim’ ou ‘não’ ou apontamentos para as coisas à sua volta. (RAMOS, 1968, p.7). Nesse sentido, o papagaio aprendeu mais a imitar os latidos da cachorra Baleia, do que a linguagem humana.

Subentende-se, que na história a linguagem está relacionada à inacessibilidade da família de retirantes: eram analfabetos, viviam precariamente no interior do sertão nordestino, seus horizontes de mundo eram limitados, diante das circunstâncias eles só conseguiam se expressar na linguagem que conheciam. Portanto, seus acessos aos bens de consumo e aos serviços públicos que poderiam ter não lhe eram concedidos. Logo, podemos concluir que o narrador quer se aproximar o máximo possível desse subalterno.

Graciliano Ramos, um escritor engajado e que vivia numa perspectiva além de seu tempo, traz ao leitor de *Vidas Secas* uma reflexão contundente de aspectos muito similares aos estudos pós-coloniais. Diante disso temos, a percepção de valor que os personagens têm de si mesmos visualizadas na vida de Fabiano, a atitude das autoridades em meio às injustiças enfatizando dessa forma sua posição de dominador, como é visto nas ações do Soldado Amarelo, tudo isso dentro de um cenário marcante de desigualdade social e permanente busca de uma elite em manter-se no poder. Para isso, esse poder elitizado utiliza-se da exploração dos subalternos como é o caso do dono da fazenda que explora Fabiano. Logo ao denunciar as opressões presentes no Nordeste brasileiro, temos na obra uma ideia similar com a dos intelectuais pós-coloniais.

2.2 Pós-colonialismo numa sociedade periférica

Partindo do pressuposto que Portugal, segundo Boaventura de Sousa Santos (2003, p.23), é um país que se caracteriza desde o século 17 como semiperiférico, conclui-se que o colonialismo português, comparando aos diversos colonialismos europeus, manteve uma posição marginal.

Para Santos (1985). A questão periférica refere-se ao fato de Portugal se enquadrar como uma ‘entidade social anômala’ Sendo um País híbrido, não completamente definido, Portugal é um país com características ambíguas: “Para dar conta dessa ambiguidade começa a ser corrente caracterizar a sociedade portuguesa como sociedade intermédia, sociedade semiperiférica, embora os parâmetros desta caracterização sejam raramente explicitados.” (SANTOS, 1985, p.869).

Um dos fatores que indicam essa ‘subalternidade’ seria observar que no século 19 Portugal sofreu impasses entre ideias liberais contrapondo-se a um ambiente de resistência monárquica e o Ultimato Inglês que foi um ato que exigiu de Portugal sua retirada dos territórios entre Angola e Moçambique ameaçando então sua hegemonia. Logo, constata-se que a subalternidade traz sobre Portugal uma posição não de destaque, mas intermediária contrapondo-se aos demais países europeus. De acordo com Santos (2003, p.24), é possível constatar que esses fatos podem ter contribuído para que Portugal reproduzisse com intensidade suas relações de poder, sobretudo nas colônias:

[...]Essa condição semiperiférica se reproduziu com base no sistema colonial e reproduz-se, há quinze anos, no modo como Portugal está inserido na União Europeia

(EU) [...] o colonialismo português, sendo conduzido por um país semiperiférico, foi ele próprio semiperiférico ou subalterno; em razão de suas características e duração histórica, a relação colonial protagonizada por Portugal impregnou de modo muito particular e intenso as configurações de poder social, político e cultural não só nas colônias como no seio da própria sociedade portuguesa. (SANTOS, 2003, p.24)

Partindo do pressuposto que Portugal, segundo Boaventura de Sousa Santos (2003, p.23), é um país que se caracteriza desde o século 17 como semiperiférico, conclui-se que o colonialismo português, comparando aos diversos colonialismos europeus, manteve uma posição marginal.

Para Santos, 1985, p.869), a questão periférica que Santos nos apresenta refere-se ao fato de Portugal se enquadrar como uma ‘entidade social anômala’. Sendo um país híbrido, não completamente definido, Portugal é um país com características ambíguas: “Para dar conta dessa ambiguidade começa a ser corrente caracterizar a sociedade portuguesa como sociedade intermédia, sociedade semiperiférica, embora os parâmetros desta caracterização sejam raramente explicitados.”

Um dos fatores que indicam essa ‘subalternidade’ seria observar que no século 19 Portugal sofreu impasses entre ideias liberais contrapondo-se a um ambiente de resistência monárquica e o Ultimato Inglês que foi um ato que exigiu de Portugal sua retirada dos territórios entre Angola e Moçambique ameaçando então sua hegemonia. Constatase que a subalternidade traz sobre Portugal uma posição não de destaque, mas intermediária contrapondo-se aos demais países europeus. De acordo com Santos (2003, p.24), é possível constatar que esses fatos podem ter contribuído para que Portugal reproduzisse com intensidade suas relações de poder, sobretudo nas colônias:

E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra. (RAMOS, 1968, p.11)

O fato de Vidas Secas apresentar questões ligadas à sensação de inferioridade, como é visto no trecho acima, nos remete ao fato de que o romance quer nos fazer perceber como essa supervalorização era popular na década de 1930. Esta seria mais uma evidência de que a obra como um todo aponta para aspectos de cunho ideológico presente neste período.

Freyre, (2003), por sua vez, tem uma ideia oposta a isso. Ele valoriza essa mestiçagem, transmite a ideia de que esta seria uma contribuição para a formação da sociedade brasileira e que a mesma ocorreu de maneira harmoniosa:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça[...]. A toda contribuição que se exigiu dela na formação social do Brasil - a do corpo que foi a primeira a oferecer ao branco, a do trabalho doméstico e mesmo agrícola, a da estabilidade (estado porque ansiava, estando seus homens ainda em guerra com os invasores e ela aos embolús, de trouxa à cabeça e filho pequeno ao peito ou escarranchado às costas) - a cunha correspondeu vantajosamente. (FREYRE, 2003, p.160-185)

Castelo (2011, p.262, *apud* Freyre, 2003) se posiciona quanto a mestiçagem e afirma que o sociólogo:

[...] enaltece o contributo africano e ameríndio na formação da sociedade brasileira; contributo que lhe terá conferido um lugar à parte entre as outras sociedades da América, pois foi a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça, dentro de um ambiente de interpenetração cultural. (CASTELO, 2011, p.262)

A interpenetração cultural, citada por Castelo (2011) dá indícios do que Freyre (2003) tem em mente ao tratar do lusotropicalismo. Num momento no qual a classe dominante enxerga tal miscigenação como negativa, Freyre traz uma postura contrária a isso apresentando ideias de um colonizador pacífico e harmonioso. Na visão de Freyre, o conquistador português ao colonizar traz sobre si, segundo Bosi (1996, p.28), uma “carência de orgulho racial”. Freyre também argumenta que a colonização portuguesa tem predisposição para uma colonização híbrida principalmente pelo fato de que no passado Portugal era antes “um povo indefinido entre Europa e a África”. (FREYRE, 2003, p.33)

O fato de Portugal ter sido um povo indefinido traz sobre si, segundo Freyre (2003, p.34), um caráter ‘impreciso’. Este, por sua vez, apresenta em sua natureza contrastes evidentes, ora calmo e sereno, ora violento e impetuoso. Freyre conceitua essa característica presente no português como uma espécie de ‘bicontinentalidade’ na qual as duas culturas, europeia e africana, tiveram influências.

O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibra ou se hostiliza. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos. (FREYRE, 2003, p.34)

Caracterizando mais precisamente o colonizador português Freyre, suas ideias dão enfoque ao equilíbrio “nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis”, para ele “o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos”. (FREYRE, 2003, p.140). Porém, podemos concluir que essa hibridiz não apresenta equilíbrio.

As teses de Freyre sobre o lusotropicalismo foram a princípio rejeitadas pelo Estado Novo, porém, por volta dos anos 50 no período que Portugal vivia um regime autoritário conhecido como regime salazarista tais ideias foram recebidas mais positivamente. O lusotropicalismo se tornou parte do discurso oficial. O governo português tinha a necessidade de afirmar uma unidade nacional, para tanto, as teses de Freyre faziam sentido ao apresentar argumentos que trariam a impressão de unidade além de “legitimar a presença de Portugal em África e na Ásia” (CASTELO, 2011, p.272).

Nesse ínterim, temos a penetração do lusotropicalismo no meio acadêmico e científico e a doutrinação de diplomatas portugueses trazendo embasamento considerado neste momento como científico. Toda essa movimentação teve o intuito de aprimorar argumentos na defesa de tal legitimação. (CASTELO, 2011). Porém toda essa aceitação do lusotropicalismo escondia o que de fato se passava nas colônias portuguesas:

Em relatórios confidenciais (nomeadamente de Orlando Ribeiro e Jorge Dias), emerge a abissal distância que separava a ⁴ação colonial da teoria lusotropical. De fato ⁵, a colonização portuguesa no século XX, como qualquer outra, assentou em formas mais ou menos explícitas de racismo, gerou conflitos e promoveu a discriminação. (CASTELO, 2011, p.272)

É possível observar que a intenção de se utilizar o lusotropicalismo como argumento para uma colonização pacífica fez parte da estratégia de um governo ditatorial que tinha o intuito de transmitir uma ideia contrária ao que realmente estava acontecendo nos países colonizados. Segundo Castelo (2011), a doutrina de Gilberto Freyre sustenta-se numa argumentação supostamente científica e obtém respaldo social graças fundamentalmente à propaganda salazarista. Não há mistura pacífica de culturas, como defende Gilberto Freyre, mas sim a relação entre cultura dominante e cultura dominada.

⁴ No original acção.

⁵ No original facto.

Atentando-nos às características presente no romance *Vidas Secas*, faz-se necessário identificar alguns pontos relevantes para compreendermos a relação da obra com os estudos pós-coloniais. Essa obra, *Vidas Secas* foi publicada em 1938, cerca de 100 anos após o país ter deixado de ser colônia de Portugal. O país já não era considerado sede do império português, logo a figura de colono e colonizado não era uma realidade no cotidiano das pessoas e consequentemente não havia nada que indicasse que o Brasil estivesse vivendo como um país colônia.

Diante dessa informação, podemos questionar por qual razão o romance nos faz pensar nas relações entre colonizados e colonizadores? Se mantivermos um pensamento ligado ao aspecto, digamos, material e visual realmente não fazem sentido pensar nessa relação, porém, ao observarmos mais profundamente os diversos pontos abordados por Graciliano Ramos na obra, é possível perceber que há enraizado no pensamento e consequentemente no modo de agir dos indivíduos características muito similares ao colonialismo. As ações dos sujeitos denunciam que há uma influência ainda muito forte desse colonialidade presente no cotidiano das pessoas.

Pequenos hábitos e modo de ver o outro escancaram essa visão de mundo e consequentemente indivíduos assumem a posição de colonizados ou colonizadores. De uma maneira muito implícita, o autor nos faz enxergar que uma dominação que aciona ideias coloniais ainda se faz muito presente em diversos setores. A família de retirantes luta incansavelmente pela busca de uma vida mais digna, mas percebe-se que essa busca é impedida por uma série de fatores que os impedem. Aspecto de cunho social é um deles, promovido, sobretudo, pela maneira desigual como a sociedade brasileira está organizada. Porque somos um país que foi colonizado e esse colonialismo, embora seja caracterizado por Freyre como ameno, deixa heranças em nossas estruturas sociais e em nossa identidade, permanece nas desigualdades que encontramos em nossa sociedade.

O romance apresenta seis personagens de uma típica família sertaneja; Fabiano, Sinhá Vitória, menino mais velho, menino mais novo, cadela Baleia e papagaio. O contexto está embasado nos aspectos da vida social e de uma contínua exploração. A exploração que Graciliano Ramos enfatiza é o descaso social e exploração humana. A saga na qual a cachorra Baleia, a mãe Sinhá Vitória, o pai Fabiano e seus dois filhos, que são chamados de ‘mais novo’ e ‘mais velho’, estão inseridos indica a identidade de muitas famílias que hoje sofrem com o descaso social e são explorados por elites econômicas. Fabiano, com problemas financeiros, tenta sobreviver e revela a personalidade de um pai nordestino pertencente à família de baixa renda. O romance apresenta um cidadão trabalhador que batalha, sonha com um mundo diferente e, por não pertencer a uma classe privilegiada, sofre agruras dos donos da terra.

Fabiano é explorado por diversos indivíduos pertencentes a uma classe superior à sua. Essa exploração vem tanto dos economicamente ricos quanto daqueles que demandam certa autoridade. O Soldado Amarelo, como representante da autoridade do Estado; o dono da fazenda que Fabiano trabalha, os comerciantes que a todo tempo usufruem de vantagens nas vendas, são exemplos apresentados na obra de uma exploração de cunho social que permeia toda aquela sociedade. Desse modo, o próprio senso de valor do explorado, neste caso Fabiano, é diminuído: “Coçou o queixo cabeludo, parou, reacendeu o cigarro. Não, provavelmente não seria homem: seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda alheia. (RAMOS, 1968, p.11 e 14), Fabiano, branco de “olhos azuis”, também era explorado, embora tenha o privilégio da cor, afinal era branco, não pertencia ao grupo dos privilegiados, por ser pobre. Diante disso, observa-se que o branco pobre também é afetado pelo colonialismo, Fabiano é visto como um ser menor que o branco elitizado.

Segundo Marx (2005, p.40), “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes,” ou seja, a história revela uma luta permanente entre as classes, nesse sentido, o protagonista Fabiano, por se manter por “uma vida inteira” trabalhando e servindo ao outro que enriquece à custa de sua dedicação como empregado de forma alienadas. (RAMOS, 1968, p.14)

Segundo Marx (2013, p.320) a alienação está relacionada ao valor econômico que se faz das coisas em detrimento das pessoas, para Marx ao trabalhar e produzir:

[...] uma determinada quantidade de trabalho social foi gasta na produção da força de trabalho, porém seu valor de uso consiste apenas na exteriorização posterior dessa força. Por essa razão, a alienação da força e sua exteriorização efetiva, isto é, sua existência como valor de uso, são separadas por um intervalo de tempo. (MARX, 2013, p.321)

O “trabalho social” gasto pelo trabalhador para a efetiva produção beneficia o empregador em detrimento do empregado que só faz jus ao pagamento no fim do processo. Segundo Marx (2013) “[...] o trabalhador adianta ao capitalista” (MARX, 2013, p.321) dessa maneira obtém-se vantagens e lucros. O personagem Fabiano é a representação daqueles que se tornaram apenas uma força de trabalho se coisificaram beneficiando a alguns privilegiados. Nesse sentido Fabiano representa a alienação no trabalho. Os trabalhadores são explorados por empregadores que visam, a qualquer custo, aumentar seu lucro à custa da exploração do outro, ou seja, para se obter vantagens o empregador diminui os benefícios, não tem interesse em que

este tenha participação nos lucros, o empregado trabalha muitas horas e não recebe, essa situação desumaniza o cidadão, tratando-o como coisa e não como seres humano. Contentar-se com o que lhe é oferecido, enxergar diante de si qualidades somente nos ‘brancos’, faz de Fabiano um alienado. Diante disso se mantém na posição de explorado por toda uma vida.

Embora a leitura de dessa obra nos leve a observar a exploração do subalterno, o foco da pesquisa não é a exploração, mas centraliza-se no colonialismo, que até pode ser responsável pela exploração, uma vez que a exploração trabalhista é uma dinâmica europeia. Logo, por sermos colonizados, tais modelos econômicos foram implantados, copiados e repetidos em nosso meio.

No romance é possível notar a figura de um personagem chamado Soldado Amarelo, autoridade policial, figura que comumente deveria proteger cidadãos injustiçados. Contudo, a imagem que Graciliano Ramos cria dessa autoridade é a de alguém que se beneficia de sua posição de autoridade para realizar uma contínua exploração dos mais vulneráveis. Dessa forma contribui para que situações de injustiça e exploração sejam realizadas inclusive com seu consentimento: “o polícia” convoca Fabiano a jogar, este, não tem opção, afinal o Soldado Amarelo impunha respeito e todos obedeciam (RAMOS, 1968, p.15). Após perder tudo no jogo Fabiano sai inconformado, diante disso o Soldado Amarelo “[...] insultou Fabiano, porque ele tinha deixado a bodega sem se despedir.” (RAMOS, 1968, p.16). O ambiente que se forma entre Soldado Amarelo e Fabiano cria um pretexto para sua injusta prisão:

- Lorota, gaguejou o matuto. Eu tenho culpa de vossemecê esbagaçar os seus possuídos no jogo? Engasgou-se. A autoridade rondou por ali um instante, desejosa de puxar questão. Não achando pretexto, avizinhou-se e plantou o salto da reiúna em cima da alpercata do vaqueiro. - Isso não se faz, moço, protestou Fabiano. Estou quieto. Veja que mole e quente é pé de gente. O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e xingou a mãe dele. Aí o amarelo apitou, e em poucos minutos o destacamento da cidade rodeava o jatobá. - Toca pra frente, berrou o cabo. Fabiano marchou desorientado, entrou na cadeia, ouviu sem compreender uma acusação medonha e não se defendeu. - Está certo, disse o cabo. Faça lombo, paisano. Fabiano caiu de joelhos, repetidamente uma lâmina de facão bateu-lhe no peito, outra nas costas. Em seguida abriram uma porta, deram-lhe um safanão que o arremessou para as trevas do cárcere. (RAMOS, 1968, p.16)

O Soldado Amarelo força Fabiano a reagir para se obter motivos que justifique sua injusta prisão. “[...]desejosa de puxar questão. Não achando pretexto, avizinhou-se e plantou o salto da reiúna em cima da alpercata do vaqueiro.” (RAMOS, 1968, p.16). Quando insistentemente pisa no pé de Fabiano pretende induzir uma reação de desacato. A prisão de Fabiano é causada por um capricho do Soldado Amarelo que deseja enfatizar contundentemente sua posição de superioridade. Apesar de não entender a causa da prisão, o romance nos transmite a

ideia de que o personagem Fabiano se conforma com a situação, mesmo sendo preso injustamente pelo Soldado Amarelo, mas ele tem consciência de que “havia muitas coisas erradas” (RAMOS, 1968, p.17).

Fabiano tem conhecimento de que autoridades como o Soldado Amarelo cometiam erros, para ele toda e qualquer injustiça entra em sua normalidade ao ser sofrida por uma autoridade. Fabiano simplesmente aceita as injustiças que sofre e aconselha outros a aceitarem tal situação, chega ao ponto de aconselhar os demais que sofriam com ele todo o processo de injustiça a, assim como ele, aceitar as injustiças:

Então porque um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações: - "Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita". (RAMOS, 1968, p.17).

O Pós-colonialismo trata justamente dessa característica absorvida pelo colonizado, para Bonnici (2012, p. 145), tratando de aspectos pós-coloniais comenta que “durante o período de dominação europeia [...] mais de três quartos do mundo estavam submetidos a uma complexa rede ideológica de alteridade e inferioridade.”

Segundo Bonnici, (2012). É possível notar que o sujeito colonizado traz interiormente sensação de inferioridade, até porque o colonizado, para Fanon (1968, p.198), é levado a “confessar a inferioridade de sua cultura, [...] reconhecer a irrealidade de sua nação [...] e, finalmente o caráter inorganizado e inacabado de sua própria estrutura biológica”. (FANON, 1968, p.198). Ou seja, segundo Fanon (1968) e Bonnici (2012), a dominação europeia com sua “rede ideológica” força o colonizado a desconstruir qualquer resquício de valor relacionado a si e ao país do autóctone. No romance Fabiano, de certa forma, se conforma com sua real situação, ele não faz parte da elite, logo não é possível que sua sorte seja outra. Ele mesmo “confessa” que não há possibilidade de ser diferente. Essa alienação o acompanha em boa parte do romance.

Tinha obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia. (RAMOS, 1968, p.44)

A obra Vidas Secas foi escrita quando o país já havia se tornado independente, contudo, a análise cuidadosa da obra nos faz reconhecer indícios pós-coloniais. Analisaremos adiante a relação existente entre Vidas Secas e Pós-colonialismo. Entre os diversos indícios pós-coloniais

encontrados é possível notar a contínua exploração social que permeiam o cotidiano dos indivíduos e a sensação de incapacidade na qual o protagonista Fabiano demonstra quando se compara aos brancos “encolhia-se na presença dos brancos [...]” (RAMOS, 1968, p.11).

Os estudos pós-coloniais apontam que países europeus utilizam da “instância subalterna”, da “apropriação” a fim de enfatizar a “diferença cultural” do indivíduo de maneira que esta seja a razão para manter um comportamento de preconceito e discriminação. (BHABHA, 1998, p.96). A visão que Fabiano mantém sobre si comparando-se com o branco são indícios pós-coloniais, afinal no pensamento distorcido de Fabiano ser branco é visivelmente mais vantajoso, da mesma forma, pertencer a uma cultura europeia torna-se mais vantajoso.

Os pensamentos de inferioridade que permeiam as ações de Fabiano aparecem em várias passagens da obra com as autoridades, os comerciantes, a relação entre empregado e empregador durante o trabalho na fazenda, todos enfatizam a alienação absorvida pelo protagonista do romance.

Os estudos pós-coloniais apontam para esses aspectos: inferioridade do autóctone no relacionamento com o dominador. Quando por questões sociais Fabiano aceita a proposta feita pelo dono da fazenda abandonada, ele assume o papel de dominado, deve se manter subordinado e consequentemente explorado por toda uma vida. O dono da fazenda, os comerciantes, as autoridades beneficiam-se da condição social de Fabiano, e essa condição faz com que Ele e sua família sejam vistos como os restos da sociedade, aqueles que nunca terão oportunidade de mudar de vida justamente porque há uma classe privilegiada que é permanentemente beneficiada com a classe inferior.

Todo esse ambiente de dominação nos leva a refletir se de fato tais atitudes têm permanecido no pensamento e no cotidiano de muitos brasileiros pertencentes ao século 21. Observaremos no próximo capítulo essa insistente permanência das estruturas coloniais se fazendo presente no decorrer da história do Brasil e sendo conduzida até o presente século. Veremos que o colonialismo, em seu aspecto de dominação, é um fator que se mantém vivo por ser alimentado por uma elite contemporânea que vê vantagem nessa permanência.

A manutenção dessa força é feita por um poder que pune aquele que não aceita ser conduzido por seus moldes. Foucault (1999, p.74) argumenta que sofremos o mesmo processo, somos educados a sermos trabalhadores domesticados, indivíduos que não reivindicam seus direitos consequentemente alienados. Segundo Foucault (1999), somos “vigiados, treinados e corrigidos” (FOUCAULT, 1999, p.32-33) o tempo todo e por toda uma vida até que isso se torne natural ou pouco notado:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em tomo, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos — de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 32-33).

Os estudos pós-coloniais nos levam a questionar outro aspecto: as vozes. Será que as vozes de todos os indivíduos de uma sociedade são ouvidas? Ou melhor, a chance de falar e a de ser ouvido é concedida a todos? Na teoria sim, todos têm o direito de serem ouvidos. Contudo, como funciona na prática? Segundo Spivak (2014) o poder de fala está relacionado ao termo representação, ou seja, falar por alguém:

Dois sentidos do termo ‘representação’ são agrupados: a representação como ‘falar por’, como ocorre na política, e representação como ‘representação’, como aparece na arte e na filosofia. Como a teoria é também apenas uma ‘ação’, o teórico não representa (falar por) o grupo oprimido. (SPIVAK, 2014, p.39)

O “grupo oprimido” é, segundo Spivak (2014 p.39), silenciado; não há como representar a “realidade adequadamente”, logo o subalterno é silenciado a todo o momento. Representar no sentido de ‘falar por’ silencia a voz do sujeito por indicar que este não tem condição de se auto representar logo são calados pelo representante. Da mesma forma, o termo representar no sentido de dramatizar como é utilizado ‘na arte e na filosofia’ apresenta um discurso com conteúdo falso, logo também ineficaz.

O silenciamento é uma característica marcante na obra. O silêncio dos personagens os acompanha durante o transcorrer de todo o romance.

[...] prosseguiu, mais lenta, mais arrastada, num silêncio grande. (RAMOS, 1968, p.7).
 (...) a fala dura e rouca entrecortava-se de silêncios. (...) RAMOS, 1968, p.32).
 (...)O aboio era triste, uma cantiga monótona e sem palavras que entorpecia o gado. Fabiano estava silencioso, [...]. (RAMOS, 1968, p .35).

Evidentemente que a proposta do autor em enfatizar tal silenciamento é fazer-nos enxergar um ‘grupo oprimido’ no qual o poder de fala foi retirado. O fato de serem subalternos, de estarem entre aqueles considerados resto da sociedade, implica na incapacidade de se auto

representar, logo são silenciados. Além disso, o silêncio enfatizado pelo narrador também pode referir-se a própria impossibilidade de Graciliano Ramos falar e representar esse subalterno, afinal o narrador faz parte à elite, seu entre lugar limita o falar do outro, inclusive de falar sobre suas riquezas culturais por exemplo.

Os países que sofreram a colonização tiveram sua representatividade silenciada. Ao dominador foi dada toda penetração no que concerne à identidade cultural do povo. A partir da voz do dominador toda linguagem é retirada do colonizado e transferida para o colonizador. Fanon (1968, p.184), nos apresenta o colonizado sendo conduzido pelo que ele nomeia como fases. A primeira delas é exatamente o colonizado assimilando a “cultura do ocupante”, ou seja, toda literatura é escrita pelo nativo, porém a “inspiração é europeia”.

O silêncio dos personagens na obra *Vidas Secas* nos remete justamente a essa fase apresentada por Fanon (1968), porque é a confirmação de que o subalterno não tem voz.

Sinhá Vitória fraquejou, uma ternura imensa encheu-lhe o coração. Reanimou-se, tentou libertar-se dos pensamentos tristes e conversar com o marido por monossílabos. Apesar de ter boa ponta de língua, sentia um aperto na garganta e não poderia explicar-se. Mas achava-se desamparada e miúda na solidão, necessitava um apoio, alguém que lhe desse coragem. Indispensável ouvir qualquer som. [...]. Sinhá Vitória precisava falar. Se ficasse calada, seria como picava-o, um pé de mandacaru, secando, morrendo. (RAMOS, 1968, p.55)

Sinhá Vitória queria conversar, falar, gritar, porém esse direito lhe foi tirado. A desigualdade social carregada de todos os impedimentos de cunho econômico impede que os indivíduos subalternos tenham chances de serem ouvidos. Sua voz constantemente é silenciada pela opressão social que sofrem.

Nem todos têm a mesma chance de falar e ser ouvido. O regime democrático propõe esse direito, mas na prática não é assim que acontece. Segundo Spivak (2014), o sujeito subalterno não é ouvido e não tem espaço de fala, a representação deste por meio de um terceiro implica automaticamente reprimir a fala do subalterno. Para a autora trata-se de “uma forma paradoxal de privilegiar o sujeito”. (SPIVAK, 2014, p.40). O termo ‘representação’ para o autor citado pode ser conceituado como ‘falar por’[...] e ‘re-presentação’, como aparece na arte ou na filosofia.” (SPIVAK, 2014, p.39).

Diante dessa concepção Spivak (2014), nos apresenta a ideia de que “ao representá-los, os intelectuais representam a si mesmos como sendo transparentes.” (SPIVAK, 2014, p.41). Podemos constatar o contínuo e permanente silêncio do subalterno. Seu representante fala de si mesmo, há ‘multiplicidade’ na ‘pessoa que fala e age’. (SPIVAK, 2014, p.40). No romance de

Graciliano Ramos, o silêncio dos personagens remete ao fato de sua própria identidade ser rejeitada e o narrador da história optar por denunciar isso.

3 PÓS COLONIALISMO E A LITERATURA BRASILEIRA

O objetivo deste capítulo é refletir sobre alguns períodos literários à luz do Pós-colonialismo e, a partir disso, propor uma análise da obra *Vidas Secas*. Em conjunto refletiremos pontos básicos referente à literatura e o Pós-colonialismo: poder de fala e a visão do dominador na literatura. Nesse exercício atentaremos aos aspectos ideológicos que podem ser encontrados na construção da literatura brasileira atentando-nos ao modelo literário de Portugal.

A Carta de Pero Vaz de Caminha, do Século 16, é um documento que informa sobre a terra *brasilis* e o início da aproximação dos portugueses com os indígenas que aqui habitavam. Ou seja, o Brasil teve sua história inicial escrita numa versão europeia. Tal Carta pretendia fornecer ao rei respostas a duas de suas perguntas: há riquezas a serem exploradas? Há pessoas a serem cristianizadas? A primeira enfatiza o objetivo dos europeus: explorar. “Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro [...] Contudo a terra em si é de muito bons ares [...]. dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!” (CAMINHA, 2019, p.29). Ou seja, não há riquezas a serem exploradas, porém a terra é boa e plantando “dar-se-á nela tudo”. A segunda conclui que, apesar de não terem a princípio encontrado riquezas, havia gente a serem cristianizadas: “[...] avistamos homens [...], pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” (CAMINHA, 2019, p.12) Havia indígenas, homens inocentes que “não têm nem entendem crença alguma”, logo, “segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos” (CAMINHA, 2019, p.26). Por se tratar de homens inocentes, que não tinham vergonha alguma de sua nudez deviam ser catequizados na fé cristã, que lhe daria o tipo ideal de conduta como batismo, sacramentos etc.

Num determinado sentido, percebe-se que tais evidências refletem uma ação da Contrarreforma, ou seja, a ampliação do catolicismo pelo mundo. A Carta de Pero Vaz de Caminha delinea o principal propósito dos colonizadores: instaurar a colonização e exploração humana.

O processo civilizatório como um todo é um controle social que subjuga o outro. Dessa forma, buscamos enfatizar o fato de, muitas vezes, ter presente na literatura um espaço cedido para alguns poucos privilegiados. A centralidade fica embasada numa representação limitada na qual as identidades não-hegemônicas têm dificuldade de aparecer. É recente o espaço para a autorrepresentação e isso implica sempre numa árdua tarefa de desconstruir uma visão de mundo europeizada. Daniel Munduruku, professor e escritor, pertencente a etnia indígena Munduruku é um bom exemplo disso. Ele fala sobre o universo indígena, sua riqueza cultural e seus

saberes. Luta pela desconstrução de estereótipos vistas ao longo do tempo no pensamento e ações dos brasileiros.

Diante de indícios históricos, veremos adiante como se estendeu a exploração hegemônica dos europeus no Brasil antes e após a independência. No Brasil colônia, por exemplo, apesar de termos diversas revoluções como a Revolução Pernambucana, elas foram lideradas pela elite que, lutavam não pelo povo, mas pelo poder, pois sendo donos de escravos, não tinham qualquer interesse na abolição. A disputa por territórios indígenas e a ocupação não pacífica é mais um exemplo do interesse particular de uma classe que ainda persiste, há evidentes disputas dos territórios, matas e riquezas naturais.

Tornar o país como uma grande fazenda chefiada por uma minoria privilegiada foi a condução que se seguiu. Passando pelo Brasil Império e por fim, a República nota-se evidente controle social. Já no início da República a guerra de Canudos foi um marco negativo que ficou registrado na história. A falta de diálogo com o povo e a repressão militar evidenciam autoritarismo. Mesmo diante da industrialização ocorrida entre 1930 e 1970, tendo a migração nordestina sentido centro-sul do país como marco, vemos um interesse exploratório nessa dinâmica social. A principal causa da migração nordestina ao centro-sul não se relaciona somente à seca, mas a um interesse na mão de obra do imigrante nordestino que, iludido pela oportunidade de crescimento, migra. A exploração acontece entre empregador e empregado.

O poder patrimonialista, as capitânias hereditárias que desembocaram no coronelismo, a mão de obra escrava, os recém libertos, todo o incentivo do Estado para dificultar a inserção digna da população liberta e por fim, a realidade campesina do trabalhador rural são realidades históricas que relacionada às características encontradas na obra *Vidas Secas*, escritas em 1938 serão abordados no capítulo.

O capítulo será finalizado com a questão da identidade nacional no começo do século 20 a partir da discussão da estética chamada Modernismo, um movimento que buscou envolver-se na valorização do nacional, porém sua contribuição para os estudos pós-coloniais é parcial, porque o poder de fala é concedido a uma classe hegemônica, apesar de o Modernismo trazer, em suas obras, um combate ao eurocentrismo na arte, sua visão identitária é limitada.

Todo esse levantamento contribuirá para que o leitor perceba a obra *Vidas Secas* escrita por Graciliano Ramos como uma obra literária que, escrita na estética modernista, deve ser vista sob o olhar pós-colonial. Esse ângulo proporcionará um olhar mais completo e não limitado de toda a visão que Graciliano Ramos, autor engajado, tinha ao escrever o romance.

A Literatura nos dá a oportunidade de dizer mais sobre o mundo e sua realidade afinal, autores e críticos utilizam desse espaço para apoderar-se das palavras e dela transmitir suas falas e as falas de outros. De acordo com alguns críticos, o início da Literatura Brasileira se deu em 1500 com a chegada dos portugueses ao Brasil. Os documentos históricos foram as primeiras manifestações escritas em território brasileiro. A partir de então, a produção literária inicia embasada nas impressões e no olhar dos europeus portugueses sobre a terra e as pessoas que aqui habitavam.

Pressupondo que a língua oficial de um país apresenta a sua representatividade, o nativo a utiliza para construção de sua identidade. Entretanto, o fato de termos registros, impressões embasadas no olhar de um europeu desde o início da nossa história, mostra-nos que, a partir da linguagem, nossa realidade foi retratada sob a ótica colonial. Tendo em vista que, ao representar nosso país, o europeu se utiliza de sua própria linguagem, é evidente que o ponto de vista do colonizador em detrimento do colonizado é o que prevalece nos documentos históricos. É esse legado que as identidades hegemônicas registram na escrita da literatura. Por isso, uma literatura escrita a partir desse legado silencia de maneira permanente os nativos. A não utilização da língua nativa silencia a voz do colonizado.

A figura do colonizador não é vista na contemporaneidade, porém temos uma implantação de ideias europeias alicerçada em nosso modo de vida social. O pensamento, o modo de ver o outro e o valor que se dá às coisas em detrimento das pessoas apontam para uma permanente presença colonial. Partindo desse paradigma, a obra *Vidas Secas* evidencia no silenciamento tais características. O texto apresenta como protagonistas os silenciados, denunciando essa condição e, ao mesmo tempo, demonstrando sua impotência de retratar de forma ficcional essa classe.

O diálogo e consequentemente o vocabulário da família de retirantes é quase nulo, logo é possível notar que o narrador em 3ª. pessoa busca enfatizar de maneira contundente o silêncio em que os personagens agem, mas também a sua impossibilidade de retratar aquela espoliação: “[...] Silêncio completo, nenhum sinal de vida nos arredores.” (RAMOS, 1968, p.42).

A relação entre silenciamento e Pós-colonialismo é notada quando se reclama sobre a voz do subalterno. Fabiano e sua família calam-se porque lhes foi tirado esse poder de se manifestar. Pertencem a um grupo de pessoas esquecidas pela sociedade, que são vistas como uma classe que não teria nada a oferecer a não ser a sua força de trabalho. Ou seja, mesmo que essas pessoas possuam saberes e riquezas de outra natureza que não a valorizada pela elite, são contundentemente vistas como sujeitos que nada tem a oferecer.

Quando o narrador de *Vidas Secas* mostra o silêncio como algo que marca as relações presentes no romance, deixa implícito esse apagamento da humanidade. Analfabeto, Fabiano se inspirava em seu Tomás. “Em horas de maluqueira Fabiano desejava imitá-lo: dizia palavras difíceis, truncando tudo, o convencia-se de que melhorava.” (RAMOS, 1968, p.13). Fabiano absorvia a noção de que, mesmo que quisesse falar, não seria possível exercer esse direito.

O discurso colonial fomenta uma visão estereotipada sobre o subalterno convencendo-o de que não tem nada a acrescentar, diminuindo consideravelmente o senso de valor que este tem de si. Tudo que não seja relacionado ao país europeu é tido como inferior e menosprezado pela hegemonia. Toda essa questão de subalternidade e hegemonia tem sido evidenciada em diversos trechos da obra nas quais o silêncio ou o pouco vocabulário da família é apresentado como uma confirmação de inferioridade:

(...)entrecortava-se de silêncios. (...) (RAMOS, 1968, p.32)
 Fabiano estava silencioso(...) (RAMOS, 1968, p.35)
 (...)andaram bastante, em silêncio. (...) (RAMOS, 1968, p.54)

Toda a questão social que permeia a família também contribui para o silenciamento, a família retratada na obra não tem acesso a bens de consumo, não tem o direito ao mínimo ideal para viver com dignidade que por direito deviam ter, logo não há o que e do que falar.

O romance utiliza o silêncio para enfatizar a opressão sofrida pela família, a dignidade é abafada nas pessoas, constantemente pelo ‘gritante’ silêncio, mas mesmo no silêncio os retirantes dizem muito, porque o narrador faz questão que notemos o calar da voz. Na vida social, é a orientação que se espera de classe subalternas e, por isso, o silêncio é uma denúncia no romance. Mas esse narrador também mostra o silêncio como uma impossibilidade de escrita sobre o “outro”.

Darcy Ribeiro, em seu livro *O Povo Brasileiro*, questionando a respeito de assuntos ligados ao Brasil, nos dá um vislumbre desse aspecto quando, ao se perguntar por que o Brasil ainda não teria dado certo, e afirma:

Meu sentimento era de que nos faltava uma teoria geral, cuja luz nos tornasse explicáveis em seus próprios termos, fundada em nossa experiência histórica. As teorizações oriundas de outros contextos eram todas elas eurocêntricas demais e, por isso mesmo, impotentes para nos fazer inteligíveis. Nosso passado, não tendo sido o alheio, nosso presente não era necessariamente o passado deles, nem nosso futuro um futuro comum. (RIBEIRO, 1995, p.14)

Para Ribeiro (1995), o que tínhamos como experiência histórica nos faltava e não nos pertencia, uma vez que nosso passado foi escrito por aqueles que utilizavam outro contexto: a visão eurocêntrica, logo impotente para nos definir.

Nesse resgate de nossa história cultural, não há possibilidade de haver um relato inquestionável no qual haja estreita garantia de legitimidade. Para que isso ocorresse, deveria haver nesses documentos a possibilidade da fala do índio, do negro, da mulher e não apenas a visão eurocêntrica do índio, a visão eurocêntrica do negro ou a visão patriarcalista sobre a mulher. Temos documentos colonizados com a “versão do dominador” (RIBEIRO, 1995, p.30). Como é possível entender esse empoderamento que se fez pelos europeus?

Consideraremos para a presente pesquisa a colonização dos europeus ocorrida no Brasil evidentemente um processo exploratório, ou seja, o Brasil sofreu exploração por parte do colonizador europeu. Quando pensamos em processo civilizatório, devemos levar em conta que o termo pode ser entendido de acordo com afirmação de Elias (2011), ou seja, declara ser uma imposição de regras, um controle social, ainda afirma que o processo civilizatório pode ser visto como uma maneira de impor regras de conduta. Quando o sujeito desenvolve certa “maneira polida [...] sobretudo quando exercida por um superior, é um meio muito mais forte de controle social” (ELIAS, 2011, p.88).

A imposição de normas e comportamentos torna o sujeito polido, ou seja, policiado. Neste sentido, podemos dizer que o termo civilização pode ser pensado como subjugação do outro. Diante de toda uma colonização portuguesa nada pacífica, podemos considerar e enxergar o processo civilizatório do Brasil como um processo exploratório. Este tinha o interesse de invadir, explorar e consequentemente dominar tudo e todos que por aqui viviam.

O Brasil antes de seu ‘achamento’ pelos portugueses mantinha uma população considerável de indígenas. Apesar de não haver estudos que reavaliem a população indígena original em comparação com a população portuguesa, o número dos indígenas era elevado, logo, não se trata de um ‘achamento’, mas sim de uma ocupação não pacífica, na qual a voz oposta à europeia é contestada, silenciada.

Antes da colonização portuguesa, segundo Ribeiro (1995), o que havia aqui na América que posteriormente se tornaria Brasil eram povos tribais falando línguas do mesmo tronco. (RIBEIRO, 1995, p.29). Os indígenas tinham seu próprio mundo que foi interrompido por “um protagonista novo, o europeu”. A chegada deste ‘novo protagonista’ trouxe ao nativo uma série de percalços nos quais o nativo foi atingido em seus diversos aspectos tais como o ecológico,

econômico, social, mercantil e no “plano étnico-cultural” (RIBEIRO, 1995, p. 29-30) Toda essa mudança que começava a acontecer foi realizada de maneira muito violenta e desumana.

A atuação destrutiva desse novo protagonista pode ser vista de diversas maneiras. Temos presenciado, por exemplo, no aspecto ecológico que a “disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos” (RIBEIRO, 1995, p.30), ainda é muito atual e pertinente àquele detentor da força e poder, a permanência de interesses pessoais supera e ultrapassa o próprio bem-estar coletivo e ambiental que devia se sobrepor a qualquer interferência humana que objetiva particularizar o que é público.

Essa “particularidade” foi acontecendo no Brasil ao longo de sua história percorrendo o Brasil colônia, o Império e, por fim, a República. Durante o Brasil colônia ocorreu uma série de revoltas em diversos estados brasileiros. Na Revolução Pernambucana ocorrida em 1817, por exemplo, apesar de termos um referencial de opressão política, econômica e militar, a participação na revolução, em sua maioria, era composta por grandes comerciantes, donos de terras, militares, juristas, ou seja, foi um movimento que predominou a classe média e alta.

Diante disso, o fim da escravidão não foi uma questão que fez parte da pauta, afinal não havia interesse na abolição. Todo esse interesse particular das elites foi permanecendo ao longo da história do Brasil. O início do período imperial foi marcado pela independência do país, apesar disso, o período imperial permaneceu com a mesma dinâmica: interesse particular de uma classe. Essa “independência” sempre manteve a elite à frente lutando por poder e por seus interesses pessoais em detrimento de direitos de igualdade que beneficiasse a massa.

A constituição da mandioca ocorrida em 1823 foi um bom exemplo de interesse particular da elite. Afinal, o direito ao voto era concedido apenas aos grandes donos de terras. Mesmo após a abolição dos escravos é possível enxergar uma elite falando o que o governo devia fazer. A chegada dos imigrantes em 1850 demonstra contundentemente essa dinâmica. A abolição dos escravos já estava acontecendo, os fazendeiros, por sua vez, não indenizados pelo Estado, e diante da necessidade de mão de obra interessou-se pela imigração. O incentivo para a entrada de imigrantes no país contribuiria em grande parte para a permanência desse poder exploratório. Outro detalhe a ser notado é o preconceito existente na época, a crença de que os europeus eram melhores por serem brancos fortalecia o interesse pela permanência no país.

Atentando a esses eventos históricos, é possível identificar uma contínua permanência do poder na mão de poucos. Com o passar dos anos e a chegada da República, poucas alterações ligadas a mudanças na forma de poderio foram feitas. O Brasil República não era um país que mantinha diálogo com o povo, pelo contrário usava de autoritarismo a fim de impor suas ideias.

A revolta de Canudos é um bom exemplo desse autoritarismo. Ocorrida em 1896-1897, a guerra de Canudos não está relacionada a não aceitação da República como novo sistema governamental, mas a explícita repressão militar, uma vez que a não aceitação por parte do povo de qualquer proposta era silenciada por repressão.

Logo é possível concluir que o início do Brasil República foi marcado pelo autoritarismo. Essa dinâmica continuou até alcançar nossos dias. Antes da Era Vargas, temos uma República oligárquica supervalorizando os poderes locais, os coronéis. Em troca de benefícios políticos se conseguia votos. Algo que ainda é visto em nossa sociedade contemporânea: políticos oferecendo benefícios em troca do voto. Em consequência a toda essa dinâmica de autoritarismo, poder e exploração, o Brasil pode ser visto como uma grande fazenda nas mãos de um poder elitizado. Esse poder mantém e segue uma linha de pensamento europeu que vê o outro como resto da sociedade se apropria disso para explorar e enriquecer às custas do trabalho do outro. A leitura da obra *Vidas Secas* nos leva a refletir nessas identidades subalternas dentro de práticas econômicas e políticas que se alicerçam no eurocentrismo.

A década de 1930 e 1970 foi marcada por um crescimento desigual nas regiões do Brasil. Com o auge da industrialização, enquanto havia estagnação econômica e constantes secas na região nordestina, no centro-sul do país a prosperidade econômica iludia nordestinos. Logo podemos questionar a verdadeira causa da migração nordestina. As constantes secas seria o único motivo que levou uma quantidade expressiva de nordestino a sair de suas terras? Qual classe social pertenciam àqueles que migraram? Houve incentivo governamental para a migração dessas pessoas? Qual intenção em incentivá-los a migrar para outro lugar? Diante desses questionamentos o que se tem como pensamento é que, diante da seca, a busca por uma vida mais próspera ocasionou no subalterno uma reação: a migração.

Contudo, é importante esclarecer que, na década de 1930, mais especificamente em 1934, a lei de cotas criada pelo governo Getúlio Vargas, decreto nº 24.215 de 9 de maio 1934, passou a controlar a entrada de imigrantes estrangeiros no país, logo, o grande contingente de estrangeiros que entrava diminuiu rapidamente. À vista dessa nova realidade, “e em seu lugar, servindo de incentivo à produção agrícola e industrial, surgirá o nordestino, retirante da seca, como figura a suprir a necessidade de mão de obra nas empreitadas desenvolvidas nos estados de SP e RJ.” (COELHO, 2012, p.14). De fato, é possível notar que àqueles que em sua maioria migraram para o centro-sul do país tinha o perfil de trabalhador braçal, o subalterno. Sua migração ocorreu a fim de “suprir a necessidade de mão de obra” (COELHO, 2012, p.14).

É evidente que a família de retirantes criada por Graciliano Ramos, na obra *Vidas Secas* (1938) denuncia e critica essa prática. O capítulo um do romance inicia com a família se “arrastando” pelo caminho semiárido do sertão em busca de outra oportunidade, estão em mudança. A família é a representação de milhares de nordestinos que na década de 1930 com a industrialização migraram para o centro-sul do Brasil em busca de possibilidades de melhorar suas vidas, no entanto foram iludidos e explorados.

A família de Fabiano está ocupando um espaço pertencente ao colonizado. No imaginário centro-sulista a relação para com os nordestinos e retirantes é, muitas vezes, concebida de forma preconceituosa, reducionista e da perspectiva do colonizador que vê seu colonizado, os retirantes, hoje trabalhadores braçais da construção civil e empregadas domésticas sempre de forma inferiorizada. Recebem menos, não tem acesso à educação, bens de serviços públicos, emprego e renda digna. Tornaram-se escravos pagos com menos de um salário-mínimo. Por não possuir uma identidade hegemônica são passíveis de exploração nos diversos setores de nossa sociedade.

O primeiro capítulo do livro traz o cenário de uma família de retirantes que, cansados e famintos, tinham “caminhado o dia inteiro” (RAMOS, 1968, p.07). A família, caminhando no sol provavelmente escaldante, afinal “fazia horas que procuravam uma sombra”, sofre agruras nos seus mais diversos aspectos dentre eles o social, econômico e ecológico, não possuíam meios de sobrevivência e isso foi causado pelo seu lugar de exploração econômica. A sociedade colonial se estruturou sob a condição da exploração do colonizado, mas a dinâmica de exploração se perpetua. Assim, setores que defendem as proposições do Norte Global (ou as ex-metrópoles) se beneficiam com privilégios, relegando grupos da sociedade a contínua exploração. Isso significa dizer que aqueles que, em seu cotidiano, defendem categoricamente a política de países que se utilizam do capital humano para a manutenção de tais benefícios, internalizam a mesma visão de mundo, logo suas ações são manifestadas de maneira semelhante.

Atitudes de cunho exploratório tornam-se comuns no dia a dia, menosprezando o outro grupo e fazendo uso da mesma prática exploratória presenciamos cotidianamente abuso de poder das mais diversas espécies, tanto físicas quanto psicológica, é possível enumerar centenas delas, como a notícia abaixo.

Segundo notícias do Santaportal em 28 de setembro de 2020, em um restaurante no bairro do Jardins em São Paulo, região considerada nobre, Carlos Iglesias, médico e irmão do empresário Belarmino Iglesias, fundador de restaurantes Rubaiyat, brigou com funcionários de um restaurante por querer ser atendido fora do horário de funcionamento do estabelecimento.

Após confusão, o médico, mantendo-se inconformado com o ocorrido, gravou um vídeo no qual dizia sobre si mesmo: “[...] aqui teve educação, teve educação americana, teve educação europeia [...]”. O médico enfatiza veementemente que ele tem “educação americana” faz jus a uma formação “europeia”. Diante disso, o médico supervaloriza a educação americana e europeia menosprezando aos demais e se mantém numa postura de superioridade rebaixando os outros, atos comuns, vistos com frequência que indicam a permanência de pensamentos e consequentemente ações que apontam à superioridade do praticante e permeiam a vida de alguns privilegiados que se aproveitam para diminuir o outro.

Retomando a obra, Fabiano e sua família estão no lugar dos colonizados porque não são identidades hegemônicas. São vistos como passíveis de exploração por amplos setores de nossa sociedade que defendem as ideias do Norte Global, os modelos de sociedades ditados pelas ex-metrópoles. Invariavelmente, esses modelos sempre veem no “outro” uma identidade que deve ser explorada por sua falta de civilidade, falta de progresso, enfim, por ser selvagem. Fabiano não valorizava a educação formal, dessa forma era visto como um inferior.

3.1 Recorte da literatura brasileira a partir de uma perspectiva pós-colonial

A Carta de Pero Vaz de Caminha foi um texto produzido no Brasil escrita por um português. Logo, o modelo que serviu de referência para a construção da literatura brasileira foi o modelo literário de Portugal. Segundo Dalcastagè (2012), houve um tempo no qual a literatura era vista como afirmação da identidade nacional e até agora:

[...] quando diferentes grupos sociais procuram se apropriar de seus recursos, a literatura brasileira é um território contestado. Isso porque todo espaço é um espaço em disputa, seja ele inscrito no mapa social, ou constituído numa narrativa. (DALCASTAGÈ, 2012, p.13)

Sendo o Brasil um país de que Portugal se apossou, despovoando-o, a voz a ser silenciada foi justamente a voz do indígena, aquela que se encontrava na margem e não no centro. A voz do branco sim, a voz central, o que vem de fora é valorizado em detrimento dos autóctones. Desde o início foi assim, na literatura observamos a mesma dinâmica, literatura “um espaço privilegiado de expressão que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos e não de outros, o que significa que determinadas produções estão excluídas de antemão.” (DALCASTAGÈ, 2012, p.16)

A história da literatura brasileira reproduz o eurocentrismo. As escolas literárias não dão espaço a todos do cenário nacional reduzindo a classificar como literário apenas aquilo que a Europa diz ser literatura. Quinhentismo, Seiscentismo, Setecentismo, Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, Pré-Modernismo, Modernismo e o Pós-Modernismo apresentam um conhecimento hegemônico sobre literatura: “Há a necessidade de se pensar além dos estudos clássicos dos estilos de época, porque localizamos neles a construção do que uma elite econômica entendia por Literatura e por nação.” (MORAIS & LOPES, 2018, p.38)

Apesar de se observar que no estilo que tradicionalmente é relacionado à Literatura produzida no século 20, o Modernismo, há uma discussão do que é nacional, tentando romper com os modelos europeus, ainda assim vislumbramos uma ausência de identidades culturais na literatura. A legitimidade de fala e de valores é dada a uma elite intelectual: “O cânone da literatura brasileira se organiza de maneira excludente, localizando numa classe social a preocupação de se construir uma nação e sua literatura.” (MORAIS; LOPES, 2018, p.28)

Por outro lado, outras vozes estão surgindo como Daniel Munduruku, autor de mais de 50 livros, colecionador de diversos prêmios nacionais e internacionais, membro do povo Munduruku, pertencente ao estado do Pará, Amazonas e Mato Grosso. Esse povo pertence à margem e não a uma elite na literatura:

[...] gosto de pensar que estou ajudando o Brasil a desentortar seu pensamento. Gosto de pensar que estou ajudando o Brasil a olhar para os povos indígenas sem o crivo dos estereótipos, sem a venda da ignorância, porque isso ajudaria todos nós a termos uma ideia mais objetiva do nosso processo histórico. (MUNDURUKU, 2017, p.18)

Em entrevista a Ana Carolina Cernicchiaro da Revista Crítica Cultural – UNISUL em 2017, MUNDURUKU comentou que, a história está carregada de estereótipos, a visão contemporânea que se tem do indígena não representa a realidade indígena apesar de sua ascensão no campo literário. Ele deixa explícito que seu ideal ainda tem sido mudar esses pensamentos que se fazem presentes na literatura de maneira tão densa. Declara que as produções dos artistas indígenas permitem que “As pessoas olhem o mundo a partir de nossos olhos” eliminando a visão europeia. Seu reconhecimento no campo da literatura foi carregado por uma série de dificuldades:

Eu sou do final dos anos 60, fui para a escola no início dos anos 70, portanto, uma escola que tinha como objetivo calar os povos indígenas, tirar-nos da condição que eles consideravam uma condição menor, de inferioridade, nos colocando na escola, nos obrigando a falar o português e nos oferecendo uma profissão. Naquela ocasião, o índio era considerado, como é ainda hoje, infelizmente, um ser preguiçoso, que em

nada contribuía com a sociedade brasileira. Eu fui uma dessas crianças que foi obrigada a ir para a escola, recebendo essa enxurrada de informações e, é claro, os preconceitos e estereótipos que naquela ocasião, e ainda hoje – não posso deixar de repetir isso –, eram muito comuns: o índio atrasado, o índio pobre, largado à própria sorte, o índio em um processo civilizatório, um processo que o deixava em condição de inferioridade. A escola também foi um campo onde recebi essa carga de preconceito e *bullying*, uma carga de isolamento muito grande, isso me levou inclusive a uma negação da minha própria identidade e com isso a perda da cultura de uma certa maneira. (MUNDURUKU, 2017, p.16)

Munduruku (2017) iniciou sua trajetória na literatura quando percebeu que assuntos familiares eram desconhecidos, não havia até o momento produção literária sobre essa realidade:

Eu descobri que as histórias que contava ainda não tinham sido escritas. Eram histórias que eu havia ouvido quando era criança, histórias que moravam dentro de mim, e eu as contava de maneira oral para as crianças. Um dia em que conversava com as crianças, uma me fez uma pergunta que eu não soube responder: “onde encontro essas histórias para ler?” Aquilo foi como uma luz, “caiu à ficha” como se dizia antigamente, hoje se diz “caiu o sistema”. Fiz uma pesquisa e realmente percebi que as histórias que contava não tinham sido escritas, me coloquei como tarefa escrevê-las. É claro que eu não sabia que eu sabia escrever, eu não tinha a mínima noção do que era uma escrita literária. Isso também me ajudou a buscar, a procurar novas possibilidades de escrita e lancei, então, meu primeiro livro em 1996. (MUNDURUKU, 2017, p.17)

A experiência do autor citado nos leva a refletir como a literatura brasileira necessita ser vista sob novo ângulo e olhar. Só conseguirmos observar isso se olharmos para além da história literária que nos foi legada. Enquanto estivermos presos ao modelo e acharmos que a literatura só pode ser pensada dentro dessa dinâmica, não conseguiremos observar como ela é uma instituição excludente. O Pós-colonialismo nos ajuda a questionar o cânone literário, entretanto no Brasil essa possibilidade é, muitas vezes, difícil, principalmente porque aqui há a crença de que nosso colonialismo foi ameno e quase inexistente.

Após a independência dos países colonizados pelos europeus, deu-se a impressão de que o colonialismo ficou no passado e assim sua influência na literatura não seria um impedimento para possíveis criações de cunho ideológico e estético. Uma releitura, porém, partindo do contexto histórico brasileiro revela a tipologia pós-colonial existente em nosso país. A cultura indígena, por exemplo, em detrimento da cultura dos países europeus foi tida como inferior, logo a cultura europeia mantinha a posição hegemônica a qualquer outra em seus diversos aspectos.

A hegemonia da cultura europeia está presente em nosso modo de pensar e na maneira de organizarmos nossa vida social. O modelo europeu e o modelo americano estão muito

evidentes em nossas ações e escolhas. Nossa relação com o trabalho é colonizada. O narrador de *Vidas Secas* evidencia esse fato na relação existente entre patrão/empregado. Essa organização do trabalho a partir da exploração do outro é um legado do modelo de desenvolvimento econômico das metrópoles. Essa permanente exploração se fortalece a cada dia porque as identidades hegemônicas enxergam vantagem nisso, logo seu modo de pensar não é alterado, pelo contrário, tem permanecido.

Os outros brancos eram diferentes. O patrão atual, por exemplo, berrava sem precisão. Quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, o Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida? (RAMOS, 1968, p.13)

Até 1930 não havia um sentido de nacionalidade. O que prevalecia era ausência dos direitos civis e políticos. As revoltas ocorriam, contudo, as reivindicações eram locais. O cidadão brasileiro até então não tinha um sentido de pertencimento. A própria independência do Brasil ocorreu como resultado de uma negociação da elite com Portugal. Diante desses fatos é possível questionar que cidadãos eram esses? Eram indivíduos sem identidade e representatividade. Sofriam as agruras de um país em transformação, contudo não tinham voz.

A voz dessas pessoas era abafada. O que se via e ouvia era a voz dos privilegiados por ter em suas mãos bens, recursos e poder. Fabiano é a representação desses cidadãos. Ele havia absorvido a ideia de que sua opinião não precisava ser notada, afinal não tinha direitos, não era livre. Segundo Silva (2008, p.13) “Como ter pessoas livres se uns podem tudo (porque têm propriedades, bens, recursos poder) e outros nada podem (porque nada têm)?” (SILVA, 2008, p.13). Implicitamente o romance declara a aceitação natural de Fabiano aos comandos do chefe: “quem tinha dúvida?” (RAMOS, 1968, p.13). Toda essa dinâmica de desigualdade ocorrida antes da década de 1930 se manteve. Segundo SILVA (2008, p.15), as transformações ocorridas na década de 1930 que resultaram na industrialização e na modernização das cidades foi apenas um “movimento em que uma parte das elites agrárias derrubou outra parte [...] sem, contudo, mudar a situação no campo.” As importantes transformações ocorridas no país foram comandadas pela elite de maneira conservadora excluindo o campo a fim de “não prejudicar os seus próprios interesses.” (SILVA, 2008, p.15-16).

Observa-se que a permanência de um poder controlador ligado a seus próprios interesses é evidente. As aspirações da sociedade são deixadas de lado. Mesmo diante da industrialização

e modernização que a década de 1930 trouxe podemos enxergar uma sociedade conduzida por uma elite que propõe uma revolução, contudo “uma revolução ‘pelo alto.’ (SILVA, 2008, p.17).

Dentre os diversos assuntos abordados no Modernismo brasileiro, chamada por João Luiz Lafetá, a seca do Nordeste em 1930, é um deles. Os escritores indagam, preocupam-se com os acontecimentos nesse período, focalizando a realidade regional. Temos escritores que descrevem acontecimentos referente à seca e aos flagelos decorrentes. Os autores que trataram sobre o assunto foram: José Lins Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e Jorge Amado.

Mas, mesmo que os escritores se preocupem e tratem da relação problemática do Brasil com a Europa, uma análise centrada apenas na busca do modernismo impossibilita que vejamos o texto dialogando com a colonialidade:

A descolonização da Literatura Brasileira passa por um entendimento de que também podemos ser pós-coloniais se operarmos dentro de sistemas de sentidos que façam emergir as identidades culturais silenciadas pela colonização, ou seja, se encararmos as relações e assimetrias de poder dentro de nossa história cultural. (MORAIS; LOPES, 2018, p.37)

O Pós-colonialismo faz muito sentido nesse contexto de exploração das identidades não-hegemônicas. Somos sujeitos de uma sociedade marcada pelas injustiças sociais e carregada de muitas vozes o tempo todo silenciadas. A análise de Vidas Secas nos leva a refletir que também somos pós-coloniais.

3.2 A discussão da identidade nacional no começo do século 20

O Modernismo no Brasil tem, tradicionalmente, seu marco a partir da Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo. Há mudanças de cunho ideológico e estético na literatura brasileira, principalmente o rompimento com o tradicionalismo.

Na teoria pós-colonial o universalismo europeu é questionado: por que não se aceita as demais culturas? Os estudos pós-coloniais promovem justamente reivindicações ocasionando questionamentos relacionados à aceitação da alteridade e pluralidade. O fato de se ter uma cultura diferente da europeia a ser considerada inferior traz sobre os estudos pós-coloniais uma atenção especial.

O Modernismo tem, portanto, discussões importantes das perspectivas dos estudos pós-coloniais. No Modernismo, os artistas e autores transmitem suas ideias contrárias a respeito do valor que é dado a tudo que vem de fora em detrimento do nacional. Essas ideias, para Lafetá

(2000), se fazem presentes em três momentos chamados de fases, dentro da perspectiva clássica de estudos de literatura brasileira.

A primeira delas tem sua ênfase relacionada mais precisamente na linguagem. De 1922 a 1930, temos a ruptura do velho em detrimento do novo, o foco agora está relacionado mais ao aspecto estético que ao ideológico. Conceituando temos, Lafetá (2000), diz que o projeto estético ligado à linguagem e o projeto ideológico relacionado mais precisamente à visão de mundo. O foco nessa primeira fase relaciona-se à linguagem. Apesar disso, temos uma relação entre ambos, estético e ideológico, “o projeto estético [...] já contém em si o seu projeto ideológico”. (LAFETÁ, 2000, p.9).

A primeira fase, apesar de manter um enfoque maior na linguagem, se dá acompanhada por transformações e modernização ocorridas no país. Logo, temos uma ruptura da linguagem tradicional, há a valorização da linguagem coloquial. O autor em questão ainda afirma, toda essa mudança ocorria em paralelo com o desenvolvimento do país.

Sensível ao processo de modernização e crescimento de nossos quadros culturais, o Modernismo destruiu as barreiras dessa linguagem “oficializada”, acrescentando-lhe a força ampliadora e libertadora do folclore e da literatura popular. Assim, as “componentes recalçadas” de nossa personalidade vêm à tona, rompendo o bloqueio imposto pela ideologia oficial; curiosamente, é a experimentação de linguagem, com suas exigências de novo léxico, novos torneios sintáticos, imagens surpreendentes, temas diferentes, que permite — e obriga essa ruptura. (LAFETÁ, 2000, p.21- 22)

De uma perspectiva pós-colonial, é interessante o debate sobre a língua portuguesa e as línguas indígenas presentes em algumas obras do período, embora ainda quem produza a crítica seja o escritor das elites hegemônicas que represente o subalterno. Trata-se de uma ruptura com o paradigma europeu, que feita por escritores de elites hegemônicas, não conseguem acessar a diversidade do saber, proporcionada por escritores marginais.

A segunda fase do Modernismo foi um momento no qual há uma grande reflexão dos problemas sociais, entre eles, a seca e coronelismo no Nordeste. Nesta fase há questionamentos, análises e críticas à realidade brasileira. Temos o enfoque no aspecto ideológico, a visão de mundo é apresentada com mais força, o amadurecimento concernente aos problemas de cunho social que ocorriam no país tem mais peso neste momento. Percebemos que é a fase que apresenta temas nacionais e regionais relacionadas com os eventos históricos. Lafetá (2000) apresenta características ideológicas que eram vivenciadas neste período:

O senso do fantástico, a deformação do sobrenatural, o canto do cotidiano ou a espontaneidade da inspiração eram elementos que circundavam as formas acadêmicas

de produção artística. Dirigindo-se a eles e dando-lhes lugar na nova estética o Modernismo, de um só passo, rompia com a ideologia que segregava o popular — distorcendo assim nossa realidade — e instalava uma linguagem conforme a modernidade do século. (LAFETÁ, 2000, p.22, 23)

Entre os diversos autores presentes no início do século 20, Graciliano Ramos foi um autor que se utilizou do contexto histórico que envolvia seu tempo para apresentar ao leitor uma visão além de seu tempo. Era engajado politicamente e publicou a obra *Vidas Secas* em 1930, embora a obra não seja escrita por uma identidade não-hegemônica, Graciliano Ramos fazia parte da elite, logo não se encontrava no papel daqueles que, desde que nasceram, sofrem agruras e eram dominados, pelo contrário tinha seus privilégios por ser pertencente a classe dominante.

Se utilizamos apenas a questão do modernismo, especificamente de 1930, corremos o risco de não nos pensarmos como realidade de ex-colônia, sob pena de não vermos os processos históricos, políticos e sociais que implicam nas opressões que são denunciadas na obra.

A década de 1930 foi uma década marcada por acontecimentos importantes no campo político como também no ambiente campestre. O poder político, controlado pelo coronelismo, era contestado por militares (os tenentes), camponeses, pequenos comerciantes e operários que lutavam por reformas e participação na política. Em 1935, o governo de Getúlio Vargas decreta a repressão levando muitos às cadeias inclusive Graciliano Ramos que foi preso em 1936 sendo acusado de subversão. No ambiente campestre, havia o senhor proprietário da terra que exercia controle absoluto sobre ela e tinha a seu dispor homens escravos ou livres que trabalhavam, num esquema de submissão. Todo esse controle do senhor proprietário da terra teve seu início a partir do processo civilizatório no Brasil. (RIBEIRO, 1995, p.272-304)

A antiga sociedade colonial se tornou “bipartida”, rural e urbana. Essa era a característica da sociedade colonial que nascia: “bizarra e precária”, era e atuava como um “rebento ultramarino da civilização europeia, em sua versão portuguesa”. (RIBEIRO, 1995, p.73).

O Estado brasileiro foi construído sob o comando do governo português, há a influência portuguesa na constituição do país. A influência portuguesa se estende inclusive após o fim da monarquia. Faoro (2001), em seu livro *Donos do Poder*, defende a ideia da constituição de um Estado patrimonial, ou seja, o Brasil contemporâneo é o resultado da política adotada por Portugal logo no início da formação portuguesa.

A formação da sociedade portuguesa se fez mediante guerras e conquistas. Neste período o Rei – chefe de guerra – conduzia os soldados obedientes. Logo, vemos desde o início da

história portuguesa a ‘supremacia do rei’, fixando e modelando suas relações políticas. (FA-ORO, 2001, p.1). Nesse contexto o Rei, sendo senhor do reino, dispunha de um instrumento de poder: a terra, “num tempo em que as rendas eram predominantemente derivadas do solo” (FA-ORO, 2001, p.2).

Diante disso, constata-se que o senhor do reino acumulou grandes riquezas. Dessa forma o bem público estava associado aos bens do governante como indivíduo. Desde o início, “A Coroa conseguiu formar, desde os primeiros golpes da reconquista, imenso patrimônio rural.” Não havia distinção entre o tesouro pessoal com o bem público. Todo esse patrimônio foi formado com arrendamento de terras e de produtos, tudo comandado por um poder central.

A história de Portugal nos mostra que este foi um país no qual o Príncipe organiza o Estado. O Estado sendo organizado pelo Príncipe faz dele a ‘empresa’ estatal; público e privado misturam-se de maneira indefinida.

A justiça portuguesa e toda sua estrutura judiciária tinham sua administração feita pelo rei. O reino português contava com “juízes que o auxiliavam”. (MARTINS FILHO, 1999, p.86), afirma também que eram conhecidos como ouvidores e esses juízes eram nomeados pelo rei para exercerem um papel auxiliar nos diversos campos da justiça. Toda essa administração da justiça de Portugal foi importada ao Brasil e aplicada às pessoas na colônia.

Segundo Martins Filho (1999, p.88), Tomé de Sousa trouxe ao Brasil o desembargador Pero Borges para desempenhar a função de Ouvidor-Geral. Nesta época as funções judiciais e as administrativas e policiais eram confundidas, logo vereadores, contadores e chanceleres também exerciam atividades jurisdicionais nas comarcas. Os juízes eleitos pelo povo julgavam causas “cabendo de sua decisão recurso para os ouvidores da comarca” (MARTINS FILHO, 1999, p.88). Diante disso, sendo o corregedor “autoridade superior sobre ouvidores e demais juízes, havia um explícito e interessado “abuso de poder” (MARTINS FILHO, 1999, p. 88).

Graciliano Ramos, autor de *Vidas Secas*, foi preso no período de repressão ocorrida no Brasil. Diante do período conhecido como ditadura, o cárcere de Graciliano Ramos também pode ser considerado um ato concebido por um “sistema monocrático”, para o autor em questão, no qual o abuso de poder era explícito em todo o período, logo o poder ‘importado’ de Portugal permanece.

Tendo em vista os aspectos apresentados da história de Portugal, e este sendo o colonizador do Brasil, conclui-se que os portugueses, ao colonizar as terras brasileiras, trouxeram consigo toda essa carga patrimonialista implantando com sucesso seus ideais. Diante disso, houve uma permanência, uma continuidade entre o Reino de Portugal e o Estado político do

Brasil. “Depois de ter sido, durante quase dois séculos, carne viva para a varejeira lusitana, o Brasil acabou incluindo na sua vida o próprio Estado que, de lá, emigrara, na plenitude da ignomínia lusitana.” (FAORO, 2001, p.464)

Ao nos depararmos com a história do Brasil e sua relação política com Portugal é possível constatar uma permanência patrimonialista mesmo diante de protestos e mudanças ocorridas no transcorrer da história brasileira. Um bom exemplo desse poder patrimonial é visto em 1889 com o fim da monarquia e início da república, a conhecida história da Proclamação da República.

Dom Pedro II sendo um grande monarca que dominou o Brasil por mais de 50 anos não estava livre de alguns inimigos, entre eles podemos destacar os militares, liderado por Marechal Deodoro da Fonseca, os grandes fazendeiros produtores de café, que se virou contra Dom Pedro ao perder seus escravos, e por fim o poder religioso representado pela igreja católica. Todos eles estavam em busca de um novo sistema governamental, contudo esse interesse não estava atrelado necessariamente ao bem-estar populacional, mas a busca por reconhecimento e consequentemente poder.

Os militares estavam desgostosos desde o final da Guerra do Paraguai (GOMES, 2013, p.220). Almejavam um sistema político que os reconhecessem. Os grandes fazendeiros donos de mais de um milhão de escravos sofreram uma considerável perda com a assinatura da Lei Áurea que abolia a escravidão no país. Ou seja, os fazendeiros viram sua mão de obra escrava indo embora e “[...] deveriam ser indenizados pelo Estado. E isso não aconteceu.” (GOMES, 2012, p.207). “Os barões do café do Vale do Paraíba, que dependiam da mão de obra cativam, se sentiram traídos pela coroa. Se dependesse deles, a escravidão continuaria por mais alguns anos.” (GOMES, 2013, p. 207).

Diante desses fatos vemos uma constante busca por poder, o poder de uma elite, representado pelos grandes fazendeiros proprietários de terra e o controle policial, neste caso os militares. O que eles têm em comum é o fato de suas lutas por mudanças ter como prioridade seus próprios interesses pessoais.

O interesse de fazendeiros proprietários de escravos era que a Lei Áurea não tivesse ocorrido, afinal perderam muitos escravos. Eles tinham interesse que a escravidão continuasse “por mais alguns anos”. Os fazendeiros eram os “sustentáculos do trono” (GOMES, 2013, p.207). Esse pensamento da elite nos faz enxergar a verdadeira intenção daqueles que defendiam o fim da monarquia e implantação da república, de certa forma estavam preocupados com seus próprios interesses particulares.

Havia uma flagrante contradição entre a corte de Petrópolis, que se julgava europeia, e a situação social dominada pela mão de obra cativa, na qual mais de 1 milhão de escravos eram considerados propriedade privada, sem direito algum à cidadania. Nesse Brasil de faz de conta, destacava-se uma nobreza constituída, em sua maioria, por fazendeiros donos ou traficantes de escravos. Eram eles os sustentáculos do trono, que em contrapartida, lhes conferia títulos de nobreza não hereditária, tão efêmera quanto a própria experiência monárquica brasileira. (GOMES.2013, p.207)

A apropriação de terras é antiga, vem desde o início quando Portugal se estruturou numa efetiva colonização. A fim de ocupar a terra e explorar o “mundo novo” na segurança de que nenhum outro explorador se apropriasse, afinal havia muitas invasões estrangeiras como os franceses, holandeses e outros que chegavam até aqui, Portugal se apropriou das terras e explorou entre outros produtos o açúcar. Toda essa circunstância enfrentada pelos portugueses foi dando viés à criação do sistema das capitanias hereditárias tendo como princípio a tentativa de estabelecer um padrão de ocupação da terra.

[...] o açúcar, mercadoria vinculada ao movimento comercial, encontra-se, nas duas primeiras décadas do século XVI, em crise de superprodução nos mercados portugueses. A expedição de Martim Afonso de Sousa e o regime das capitanias hereditárias (1534-49) se alimentariam de outro propósito, provavelmente o de fixar populações ociosas e assegurar, com a povoação, a defesa do território. (FAORO, 2001, p.128-129)

A distribuição de terras era o ponto de apoio para a obra política e comercial do Estado. As terras dadas aos capitães pelo sistema de capitanias hereditárias tinham o objetivo primordial de se obter produtividade, portanto aqueles que adquiriam se comprometiam em tornar a terra produtiva. As terras não eram dadas a qualquer pessoa, este deveria juntar as qualidades de fazendeiro que exercesse autoridade política.

O donatário caracteriza-se pela qualidade dupla, de fazendeiro e autoridade sem a fusão de ambas, fusão incompatível com a ordem legal portuguesa, vigente no século XVI. Opõe-se ao feudalismo a própria natureza dos favores concedidos aos donatários, favores de estímulo a uma empresa que o rei engordava para colher benefícios futuros — é o capitalismo politicamente orientado em ação. (FAORO, 2001, p.158)

O Brasil herdou do colonialismo toda essa cultura de autoritarismo e dominação entre os indivíduos. A influência das capitanias hereditárias alcançou o que hoje conhecemos como o coronelismo, uma manifestação clara de cultura hierárquica e de dominação. Segundo Victor Nunes Leal o conceito de coronelismo pode ser visto como “uma forma peculiar de manifestação do poder privado”. (LEAL, 2012, p.44). Diante disso, podemos notar que o coronelismo se

constitui apenas um ajuste necessário a fim de manter permanentemente uma elite que exerce contundentemente o papel de dominação e exploração.

Diante disso é possível observar que, no decorrer da história, sempre houve um poder centralizador que buscou dominar, controlar e governar o novo mundo (FAORO, 2001, p.171).

No início da história da colonização portuguesa, o que tínhamos era um colonizador arbitrário que exercia o domínio, a exploração sem muitos esforços, pois este utilizava da mão de obra escrava para se beneficiar com os negócios e a retirada das riquezas do nosso país, logo a mão de obra escrava era de grande valor.

Desde o primeiro século houve no Brasil o sistema escravocrata, primeiramente com a escravidão indígena e prosseguindo com a escravidão negra. O interesse do senhor proprietário era ligado ao lucro e exportação, tendo como estímulo o aliciamento de mais índios e negros. É evidente que a intenção de Portugal era explorar o Brasil descartando qualquer ideia de desenvolvimento do país.

Segundo Gomes (2019):

O objetivo inicial do comércio de gente era fornecer mão de obra para a indústria do açúcar no Nordeste, a primeira importante atividade econômica colonial, mas rapidamente se propagou por todos os segmentos da sociedade e da economia. (GOMES, 2019, p.245)

O autor ainda acrescenta que:

Até meados do século 19, com exceção dos próprios cativos, quase todos os demais seres humanos estiveram envolvidos, participaram ou lucraram com o tráfico negreiro, incluindo reis e chefes africanos que forneciam escravos para seus parceiros europeus. Na Europa o negócio do tráfico negreiro nunca foi restrito aos países mais ativos na colonização da América, caso de Portugal, da Espanha e Inglaterra. (GOMES, 2019, p. 262)

A corrupção no Brasil é antiga. Nasceu ligada à sua própria história. Faoro (2001, p.230) comenta que a colonização foi feita utilizando inclusive o uso das forças. Com a intenção de garantir a posse da terra, o colonizador opta pelo investimento em milícias e na estrutura militar.

Entre o governo—geral, capitães, autoridades municipais, pertencentes a organização da colônia, encontra-se o senhor proprietário rural que, segundo Faoro (2001), apesar de ter controle territorial menor exercia poder equivalente aos capitães, eram os donos de engenho:

A tradicional visão da sociedade da colônia dos dois primeiros séculos reduz as classes a duas, senão a uma, em seus dois polos extremos: o proprietário rural, com engenhos e fazendas, contraposto à massa dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres.

O proprietário rural, com a economia assentada na sesmaria latifundiária, ganharia *status* aristocrático, em simbiose com a nobreza de linhagem. Mais um passo: o "aristocrata" comandaria a vida política local, controlando e calando muitas vezes a supremacia administrativa reinol. (FAORO, 2001, p.244)

A qualidade de proprietário rural, segundo Leal (2012, p.24), não necessariamente é de um público abastado e próspero. Existiam sim muitos fazendeiros ricos, contudo “a massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela o coronel é rico” (LEAL, 2012, p.46). Ou seja, Leal argumenta que no campo havia uma mistura entre grandes produtores rurais e pequenos produtores, logo, observa-se uma desigualdade permeando todo aquele espaço campestre. A situação econômica do proprietário rural é vista em dois extremos os grandes e consequentemente ricos proprietários rurais e os pequenos e pobres produtores que viviam ao redor.

Devido ao número de pessoas que viviam ao redor do proprietário de terra, esta, por sua vez, passa a ter maior valor, logo, a terra é valorizada (FAORO, 2001, p.291). Por outro lado, o trabalhador rural por ser completamente dependente do grande produtor é desvalorizado:

[...]analfabeto, ou quase sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. (LEAL, 2012, p.47)

O mesmo autor acrescenta que:

[...] no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades. (LEAL, 2012, p.46)

Dados oficiais do censo datada do ano de 1940, comenta que entre empregados, parceiros e pequenos proprietários, um total de 90,12% da população ativa se ocupava na agricultura “cuja situação em muitos lugares é de toda precária. ” (LEAL, 2012, p.30). Logo, não é difícil entender a situação de dependência que tal população vivia. Esses grandes proprietários absorvem seu lucro exercendo em suas terras a dupla função de indústria e fazenda, ou seja, ele “comercializa e redistribui” (FAORO, 2001, p.292).

Com o alargamento da base agrícola, aqueles “homens livres, moradores sem-terra” que estão em torno do proprietário, “sem nenhum contrato escrito” é autorizado

a erguer sua casinha num terreno, habitando-a, sob condição de pagar uma renda mínima, de quatro a oito mil-réis, um ou dois 'guinéus', ou pouco mais, e lhe permite cultivar o que possa fazer pessoalmente, mas a renda aumentará se for auxiliado por alguém. (FAORO, 2001, p.292)

Diante disso, observa-se que há nesse sistema uma permanência do que acontecia no século 16. Os lavradores exercendo a função de rendeiros que plantando numa terra que não lhes pertencia, sem assinar contrato algum, tem a pífia permissão de “erguer sua cabana” se sujeitando a “expulsão sumária” (FAORO, 2001, p.293), ou seja, sua vida estava nas mãos dos grandes proprietários de terra, o senhor de engenho.

Pelo fato de as fazendas estarem distantes “algumas léguas da capital”, e o país ser constituído de “estradas precárias”, este isolamento proporcionava uma dominação ainda maior, o “confinamento às localidades do campo” era o cenário rural do começo do século 19 (FAORO, 2001, p.293).

Os lavradores viviam sob o mesmo domínio exercido no século 16. Nesta época os escravos eram da mesma forma subordinados ao seu senhor: exerciam mão de obra escrava e sua vida estava nas mãos do seu proprietário. Observa-se a questão de permanência desse poder de dominação justamente por se notar que sempre há e haverá alguns que foram, estão e serão beneficiados. Um bom exemplo dessa dominação é a Lei de Terras de 1850. Este foi o ano no qual ocorreu a proibição do tráfico negreiro no Brasil, a Lei de Terras trouxe a extinção da apropriação de terras, ou seja, ao Estado era concedido o direito de distribuí-las somente mediante a compra, logo os menos favorecidos não conseguiam adquirir uma propriedade somente quem dispunha de grandes quantias. “A lei transformou a terra em mercadoria” (RIBEIRO, 2019, p.19).

Após a abolição em 1888 os escravos sofreram grandes restrições, estavam livres, porém não tinha meios para sobreviverem e a apropriação de terra também lhe era negada uma vez que não possuíam recursos, logo, não seria possível a apropriação que era adquirida somente mediante a compra. Eram livres, porém presos a um poder que perpetua ao longo dos anos.

De acordo com o sociólogo Leonardo Fabri em artigo publicado no *Blog Boitempo*, esse poder que aprisionou os libertos foi incentivado pelo Estado, as políticas públicas foram criadas a fim de dificultar a inserção digna dos recém- libertos à sociedade., ele ainda afirma que toda a questão relacionada à desigualdade racial existente hoje no Brasil “ignora as inúmeras políticas públicas postas em ação antes e depois da abolição.” (FABRI, 2020), ou seja, o Estado contribuiu antes e depois da abolição para que a desigualdade racial, digamos, se enraizasse mais profundamente entre os cidadãos.

Segundo o sociólogo, há uma relação entre a questão racial tão presente em nossos dias, e as políticas públicas criadas e aprovadas pelo Estado. De certa forma há uma ‘inclusão’ do negro, contudo essa inclusão foi realizada a fim de se formar uma imagem de precariedade, comenta também que incluir o negro em condições de pobreza é manifestar-se de maneira a naturalizar o problema mantém-se um “pacto com a desigualdade” Fabri (2020 apud Theodoro, 2007/2008, p.02). Para que a desigualdade social se perpetuasse em “nossas práticas coletivas e individuais”.

Fabri (2020), relata em seu *Blog* que ocorreram algumas “iniciativas do Estado”, como: 1) a Lei de Terras de 1850 que na prática, com a proibição da posse de terra os únicos a serem beneficiados foram os grandes proprietários, os brancos; 2) a lei do ventre livre nº2040 de 1871, que concedia aos filhos da escrava liberdade, contudo, essas crianças ficavam sobre o poderio dos senhores até os 8 anos de idade. Após esse período era dada aos senhores duas opções: receber indenização e entregar o menor ao governo ou utilizar-se do serviço deste até os 21 anos., ou seja, “na prática, essa lei serviu para indenizar proprietários de escravos e criar um contingente de crianças negras desassistidas”. Outras iniciativas que conduziram o país à desigualdade estão relacionadas às políticas migratórias. Devido à ideologia do branqueamento o Estado estimulou a entrada de imigrantes europeus ao país.

Os imigrantes europeus eram vistos como meio próprio para aumentar rapidamente a proporção de brancos, possuidores do capital eugênico necessário para o processo de civilização nacional [...]. As políticas públicas voltadas à promoção da imigração europeia, fortemente inspiradas na ideologia do branqueamento (fruto do debate científico que deu ossadura para a eugenia nacional) são fatores primordiais para entendermos a desigualdade entre brancos e negros no Brasil (FABRI, 2020)

A lei nº28/1884 dava oportunidade da compra de terras agriculturáveis de excelente qualidade com condições especiais de pagamento além de acesso a créditos e concessão de hospedagens. Como resultado houve o “fechamento de oportunidades para pretos e ‘mulatos’ que somados aos 300 mil escravizados recém-libertos e 1,5 milhão de negros livres (apenas no estado de São Paulo) ficaram de fora da economia formal e da proteção social.” (FABRI, 2020).

A única diferença, se é possível considerar esse fato como diferença, foi em sua nomenclatura: de ‘senhor e escravo’ para ‘proprietário e dependentes’. A própria lei da abolição carregou consigo muitos mecanismos de abandono, uma vez que os escravos livres não foram protegidos e incluídos, pelo contrário, com a falta de “políticas voltadas a mão-de-obra negra recém liberta” (FABRI, 2020), os estereótipos que permeavam os libertos relacionavam-se ao

“estigma do atraso, da preguiça e da violência”. Podemos concluir que desde o início as oportunidades são concedidas a alguns privilegiados. Há uma nítida permanência desse poder hegemônico se perpetuando na história.

As oportunidades dadas a imigrantes brancos e todo aparato governamental foi sofrendo alterações e mais especificamente na década de 1930 a Era Vargas dá forma a uma nova ideologia no país, a “consciência de brasilidade, mobilizando o patriotismo”. (FABRI, 2020). Contudo, todo esse “pensamento oficial do Estado” ignorava “as disparidades raciais e de classe”. Houve um verdadeiro “apagamento” (FABRI, 2020). Ao mesmo tempo que a Era Vargas enfatizava a brasilidade, tínhamos a cultura indígena e cultura negra lançada na margem. Uma vez que o Estado, para Fabri (2020) mobilizou o patriotismo mantendo uma identidade “de cunho eliminatório”. Nas escolas o idioma oficial de instrução indicado era o português. E os dialetos indígenas? E a cultura afro? Essas foram deixadas de lado. Logo, é possível constatar que tal brasilidade e patriotismo também seguia com o mesmo princípio se perpetuando ao longo da história: a permanência de um poder hegemônico.

[...] a identidade nacional foi encorajada por um nacionalismo de cunho eliminatório, com a criação de inúmeras leis restritivas quanto ao número de estrangeiros que poderiam ter empregos em empresas nacionais e que alçou o português a idioma oficial de instrução escolar. [...] o mesmo ocorreu com a cultura e identidade negra e indígena (esta última relegada à mitologia do romantismo brasileiro do século XIX). [...] Qualquer debate profícuo sobre a diversidade racial e as desigualdades existentes era, assim, prontamente interditado por esse apagamento. Vargas sufocou inúmeras organizações populares, dentre elas a Frente Negra Brasileira que desenvolveu diversas ações para a melhoria das condições de vida da população negra[...]. (FABRI, 2020)

O Estado Novo deu continuidade a toda desigualdade existente no país. Toda a movimentação feita a fim de exaltar a brasilidade na verdade ‘sufocava’ problemas estruturais muito mais sérios e impedia ações que trouxessem melhorias aos que de antemão foram excluídos como era o caso dos negros e indígenas.

Diante desse cenário temos o coronelismo, na qual o senhor do engenho está ligado a todo esse processo. O senhor do engenho, exercendo comumente sua “função”, garante vantagens políticas e econômicas e em sua influência local absorve o lucro sob a exploração dos mais fracos e minoritários. Rapidamente podemos conceituar o coronelismo como um sistema político na qual havia uma rede de relações existentes iniciando no coronel, caminhando até o presidente da República e desenvolvendo reciprocidade entre eles. Ou seja, foi um instrumento patrimonialista implantada pelo Estado para cooptação de votos. Tratava-se, segundo Faoro, de uma “influência local” (FAORO, 2001, p.460).

A figura do coronel, segundo Leal (2012, p.23-24), se caracterizava pela liderança. Logo, a ocupação de destaque concedida a ele é dada não somente ao grande produtor rural, mas a médicos e advogados que, devido à difusão do ensino superior no país, possuíam a qualificação de “comando e dedicação” e eram habilitados “à chefia.” (LEAL, 2012, p.23-24). A prática do coronelismo privilegiava um pequeno grupo de uma cidade que exercia seu poder inclusive por meios ilegais. Não havia uma fiscalização, os grandes proprietários rurais exerciam poderes absolutos. A palavra do coronel não podia ser questionada. A relação entre empregado e patrão era organizada pela dependência daquele. Devido à falta de acesso a serviços básicos a população rural era permanentemente dependente do poder local que estava centralizado na figura do coronel. A população rural era em sua maioria analfabeta, logo, não tinha acesso a informações que não fossem locais. Todos esses fatos favoreceram ao surgimento do coronelismo.

Na obra *Vidas Secas* Graciliano Ramos rememora fatos relacionados à propriedade de terra. Quando o personagem Fabiano em sua trajetória de retirante no processo de fuga encontra uma fazenda abandonada descarrega seus ideais de vida mais digna. Porém assim que a chuva vem o proprietário da fazenda aparece expulsando-o de lá, ou melhor, oferece para ele um lugar que para o proprietário fosse suficiente à família utilizar como ‘moradia’ naquele lugar.

Apossara-se da casa porque não tinha onde cair morto, passara uns dias mastigando raiz de imbu e sementes de mucunã. Viera a trovoadas. E, com ela, o fazendeiro, que o expulsara. Fabiano fizera-se desentendido e oferecera os seus préstimos, resmungando, coçando os cotovelos, sorrindo aflito. O jeito que tinha era ficar. E o patrão aceitara-o, entregara-lhe as marcas de ferro. Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tiraria dali. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. Olhou as quipás, os mandacarus e os xique-xiques. Era mais forte que tudo isso, era como as catingueiras e as baraúnas. Ele, Sinhá Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia estavam agarrados à terra. Chape-chape. As alpercatas batiam no chão rachado. O corpo do vaqueiro derreava-se, as pernas faziam dois arcos, os braços moviam-se desengonçados. Parecia um macaco. Entristeceu. Considerar-se plantado em terra alheia! Engano. A sina dele era correr mundo, andar para cima e para baixo, à toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela seca. Achava-se ali de passagem, era hóspede. Sim senhor, hóspede que demorava demais, tomava amizade à casa, ao curral, ao chiqueiro das cabras, ao juazeiro que os tinha abrigado uma noite. (RAMOS, 1968, p.12)

Há nesse trecho uma forte crítica feita pelo romance ao sistema coronelista. Aquela fazenda não era de Fabiano e nunca seria. Este foi um costume desenvolvido durante muitos anos no Brasil. Os grandes proprietários de terras aproveitavam da mão de obra barata para enriquecer explorando os menos favorecidos. Fabiano é a representação deste grupo. Logo, é

possível concluir que toda estrutura patrimonial ligada ao domínio entre as classes vem prevalecendo no transcorrer do tempo.

Até 1930 o Brasil era visto como um país pertencente ao sistema agrícola. Porém a partir de 1930 inicia um processo de industrialização e conseqüentemente acontece um êxodo rural que traz sobre si outros desafios. Neste período já havia grandes cidades no país.

A década de 1930 é carregada de acontecimentos. Entre 1930 e 1945 muitos fatos acontecem tanto no Brasil como no mundo como um todo. Foi nesse ínterim que Graciliano Ramos publicou a obra *Vidas Secas*. Enquanto o mundo vivencia uma série de eventos, aqui no Brasil acontece a Era Vargas. Em novembro de 1937, Getúlio Vargas faz uma nova constituição e o Brasil entra numa ditadura chamada de Estado Novo.

Por ter um posicionamento ligado à esquerda buscando denunciar a exploração e dar voz aos excluídos Graciliano Ramos foi preso sem acusação formalizada: “Durante o período em que ficou preso Graciliano Ramos não foi indiciado, interrogado ou recebeu qualquer explicação que indicasse o motivo exato de sua prisão”. (DAVI, 2007, p. 32-33). Na reclusão Graciliano escrevia e conseqüentemente nasceu a obra *Memória do Cárcere*.

Desta forma é possível afirmar que o escritor apresenta uma escrita engajada, porém com uma expectativa além de seu tempo. Percebemos que mesmo em meio à repressão não se calou pelo contrário, em toda e qualquer circunstância Graciliano Ramos apresentou sua visão denunciando a exploração, agruras e violência sofridas pelo povo.

4 O PÓS-COLONIALISMO EM VIDAS SECAS

Esse capítulo trata primeiramente de um recorte da crítica e leva em consideração o que até o momento os principais autores que comentam a obra dizem sobre *Vidas Secas*, em seguida nos adentraremos na análise específica da obra à luz dos estudos pós-coloniais diferenciando-a das demais. A ênfase se dará no posicionamento dos subalternos frente ao poder constituído. Esse poder aparece tanto na forma como a sociedade está organizada, como também reproduzido em figuras que podem ser vistas como mantenedoras da organização social excludente. Assim, será interessante pensarmos sobre a forma de trabalho do personagem principal Fabiano e os agentes de repressão que encontrará em sua viagem.

Por outro lado, também será elencada Sinhá Vitória como mulher que sofre duplamente todo esse processo exploratório. A sociedade patriarcal que é reproduzida em solo brasileiro silencia Sinhá Vitória.

Finalizaremos enfatizando a relação existente entre os diversos aspectos da teoria pós-colonial e a obra *Vidas Secas* escrita e publicada por Graciliano Ramos em 1938, década carregada de mudanças políticas ocorridas em nosso país na qual temos fatos históricos que indicam um período de perseguição e silenciamento forçado pela hegemonia e vivenciados por Graciliano Ramos na época denominada como Estado Novo da Era Vargas.

Dentro da obra *Vidas Secas* há um amplo campo de análise literária condizente com os aspectos da teoria pós-colonial. Entre vários pontos relevantes encontrados na obra é possível destacar características presente tanto no aspecto de dominação quanto de submissão.

4.1 Recorte crítico das leituras de *Vidas Secas*

As obras de Graciliano Ramos em meio à crítica literária, assim como outras, tornaram-se objeto de análise. Wander Melo Miranda declara que em seus textos há uma “[...] presença implícita de elementos autobiográficos[...]

(MIRANDA, 1992, p.44), indicando que o autor de certa maneira transpõe às suas escritas algo de si ou que tenha se identificado. Contudo, essa característica de Graciliano Ramos externadas nas obras misturam-se ao ficcional atribuindo “projeções imaginárias” aos seus personagens enfatizando, de certa forma, sua própria personalidade:

[...] Seus personagens não são meros reflexos ‘fingidos’ que representam com maior ou menor nitidez, dependendo do grau de ‘fingimento’, a variada personalidade do autor. Eles são, na verdade, projeções imaginárias dessa mesma personalidade e, como

tais, sujeitos necessariamente à verificação empírica para melhor compreensão do seu funcionamento no texto. (MIRANDA, 1992, p.44)

Para a crítica literária as obras de Graciliano Ramos utilizam-se de personagens imaginários a fim de transpor suas ideias, logo, podemos dizer que ele utiliza elementos lúdicos a fim de transparecer sua visão de mundo. Bosi (1983) contribui com essa ideia apresentando a visão de que Graciliano Ramos “vê o migrante nordestino sob as espécies da necessidade” (BOSI, 1983, p.149), ou seja, a visão do autor sobre o migrante nordestino está relacionada ao social. Essa visão de Graciliano Ramos é aglutinada à história, para Bosi (1983, p.151) Graciliano Ramos “olha de cima” e enxerga o personagem na história brasileira. Mantendo essa visão, o autor transpassa o “esperado e o possível”:

De um lado arma-se uma tática de aproximação com a mente do sertanejo, pois são os desejos de Fabiano que se projetam aqui, mas de outro, o modo condicional (e não o simples futuro do presente) registra a dúvida com que a visão do narrador vai trabalhando o pensamento do vaqueiro. Ressuscitaria, voltaria, ficaria...O perto se faz longe. Proximidade em relação ao tema e distância do foco narrativo em relação à consciência da personagem combinam-se para enformar o realismo crítico de Graciliano Ramos. ‘E a catinga ficaria toda verde’. Esse, o imaginário, que se enraíza lenta e pesadamente no solo do sertão. Seus limites são o esperado e o possível. (BOSI, 1983, p.150)

A visão de Bosi (1983) e Miranda (1992) sobre Graciliano Ramos é a de que em suas obras, ao se deparar com o nordestino, simpatiza com ele e descortinando todo um contexto histórico e regional fala pelo personagem, ou seja, utiliza a literatura a fim de misturar situações históricas de cunho social e ao mesmo tempo utiliza-se do imaginário.

A obra *Vidas Secas* apresenta uma família retirante que não existe, porém é a representação de famílias reais; em São Bernardo, o personagem Paulo Honório, um grande fazendeiro autoritário, representa a classe elitizada que busca controlar e dominar. Podemos dizer que o romance enxerga histórias reais vistas em um mundo real por pessoas e cenários fictícios.

Apesar de ser possível enxergar nos textos de Graciliano Ramos o gênero ficção e autobiografia, por exemplo, torna-se inviável descobrir, de fato, quais textos correspondem à ficção e aos “fatos empíricos” da vida do autor. Na verdade, segundo Miranda (1992, p.44), as produções literárias vão se “descortinando” tornando impossível saber “um retrato definitivo de si e do mundo. [...]Um elemento inesperado pode entrar na ação, incorporar-se levar o autor a lugares que ele não desejaria percorrer.” (MIRANDA, 1992, p.44-45). À vista disso, para o autor, fica inviável definir os textos que correspondem a ficção ou a autobiografia por exemplo,

isso se dá pela razão de se ter um gênero que se incorpora ao outro não se mostrando “em definitivo”, para o autor essa dinâmica ocorreu em *Memória do Cárcere*.

Graciliano Ramos busca a causa para ações dos homens. (BOSI, 1983, p.152). O autor, afirma “[...] olha atentamente para o homem explorado, simpatiza com ele, mas não parece entender na sua fala e nos seus devaneios algo mais do que a voz da inconsciência.” Nessa perspectiva, narrar a necessidade, ainda na teoria de Bosi (1983, p.149) requer uma forma de ciclo a “consciência narradora” e a “matéria narrável”. Aquele, sustém a história, enquanto este, Bosi (1983, p.149), conceitua-se pelo próprio personagem, no contexto de *Vidas Secas*, o sertanejo.

Segundo Miranda (1992, p.45-46), Graciliano Ramos utiliza dois elementos presente em obras como *Infância: letra e linguagem*. Contudo, esses elementos são utilizados de maneira a não ter em vista “a reiteração de modelos anteriores” a linguagem é revelada, o mesmo autor ainda afirma, de “maneira iluminadora”, isso porque para Graciliano Ramos o mais importante é a reconstrução da realidade, logo o “mero registro” não configura importante em suas obras. Podemos dizer que isso se constitui um diferencial. Se utilizarmos a mesma linha de raciocínio para *Vidas Secas* é possível observar o mesmo enfoque. A linguagem, o ambiente, as situações enfrentadas pela família de retirantes trazem à tona uma cruel realidade reconstruída pelo autor.

Nem reprodução linguística, nem reprodução da realidade regional. Para Graciliano, a ‘observação dos fatos que devem contribuir para a formação da obra de arte’ e o estudo das coisas nacionais [...] não supõe que se reduza a literatura ao pinturesco e ao documental como acontece com grande parte dos autores do decênio de 30. (MIRANDA, 1992, p.46).

A ausência de descrição, a “incorporação da paisagem ao ritmo o psicológico da narrativa”, também são características que, Segundo Miranda (1992, p.46), Candido (2006), afirma pertencer a obra *São Bernardo* e que se estende a toda obra de Graciliano Ramos. Logo, temos um autor que foge da descrição, contudo busca incorporar em seus escritos “paisagens ao ritmo psicológico”.

Vidas Secas (1938), publicada na década de 1930 é carregada de estudos e análises. Trata-se de uma obra rica em informações as quais chama a atenção de muitos pesquisadores ligados à literatura, cultura, identidade, sociedade entre outros. Entre os estudos realizados sobre a obra há aqueles ligados ao descaso social e exploração humana, a aridez do sertão nordestino, todos muito discutidos entre os pesquisadores.

Outro aspecto muito notado tem sido a narrativa. Por ser composta por 13 capítulos, o romance chama a atenção por abrir a possibilidade de se ter uma leitura individual de cada capítulo de maneira que ao mesmo tempo que são independentes também são interligados. Ou seja, todos os capítulos contam episódios de uma única família sertaneja, contudo esses episódios não se estendem aos demais capítulos, fecham-se em um único. Inclusive a própria publicação foi feita separadamente, “avulso, como contos” para depois “serem reunidos na forma de um livro” (MIRANDA, 2004, p.43).

A razão de se ter um romance escrito em terceira pessoa, diferente dos romances anteriores, segundo Miranda (2004, p.40), trouxe uma atenção especial da crítica à análise da obra. Saber e compreender mais de perto o que a obra significava e quais questões o romance tinha a intenção de abordar tornou-se o foco. Até pela razão de se ter algo novo nunca visto até então. A obra mostra a possibilidade de que cada capítulo seja contado separadamente. Segundo Kiyomura, (2018, setembro 27). “Vidas Secas denuncia o descaso social e a exploração humana”. Jornal da USP - Ribeirão Preto. O romance é curto e considerado por muitos como novela, contudo assumido pelo próprio autor, Graciliano Ramos, como romance.

O que se vê com muita frequência é a ênfase na mensagem social que o livro propõe. O pesquisador Salla (2018), estudou Graciliano Ramos por 15 anos e guardou um acervo dos escritos. Suas pesquisas resultaram em publicação de diversos artigos, livros e seminários. Segundo o pesquisador:

Vidas Secas materializa muito bem aquilo que, na minha opinião, é o grande legado de Graciliano: a conjunção entre rigor formal, introspecção e problematização de diferentes temas de caráter social, tais como a miséria, a exploração, a humilhação, entre outros ingredientes que compõem um caldeirão de conflitos bem brasileiro, prestes a explodir. KIYOMURA (*apud* Salla, 2018, setembro, 27)

O pesquisador tem seu olhar relacionado ao “caráter social”, inclusive considera que tal problematização apresentada na obra pode ser vista como uma “explosão” dos conflitos de relevância brasileira. Diante desse parecer é possível notar que o pesquisador trata basicamente de enxergar a presente obra literária como um retrato da sociedade brasileira e seus mais profundos problemas sociais. As questões relacionadas a miséria, seca do sertão nordestino são pontos considerados relevantes para análise e pesquisa. Miranda (2004), segue a mesma linha de pensamento ao declarar que a obra Vidas Secas, apesar de se apresentar com uma proposta diferente dos romances escritos sobre a seca, é uma “poética de escassez e negatividade” (MIRANDA, 2004, p.43).

Outro aspecto comentado pelo autor sobre a obra em questão, é o silêncio, ele atribui o silêncio do filho à violência: “A violência do gesto materno reitera o isolamento e a mudez do filho.” (2004, p.47). A proposta dessa pesquisa é ir além. O intuito é olhar para a questão relacionada ao silenciamento de uma maneira mais profunda. Enquanto a crítica literária atribui a “mudez do filho” à violência, a presente pesquisa propõe observar indícios de submissão vista no Pós-colonialismo por um poder dominador que persiste e permanece. Até porque se tem em vista o silêncio de todos os personagens e não apenas das crianças.

Bosi (1983), por sua vez, atribui a Graciliano Ramos a ideia de um autor possuidor de determinismo, procura uma causa para as ações dos homens: “Historiador da angústia, Graciliano também procura compreendê-la como o faria um pensador determinista em busca das causas que presidem as ações dos homens.” Porém o diferencial de Graciliano, ele relaciona-se mais a “desconfiança” do autor sobre o ‘discurso do “civilizado”’; “Se a voz do iletrado é pobre e partida a do letrado é oca, se não perigosa.” (BOSI, 1983, p.152).

É possível concluir que para Bosi e Ramos, de certa forma vê e simpatiza com o sertanejo, em seguida tende a representar o que, a seu ver, o outro não enxerga. Para Bosi (1983) Graciliano Ramos busca compreender as ações do homem. Nesse sentido, Bosi (1983, p.151) indica que Graciliano vê o personagem Fabiano tendo em vista um olhar na “história brasileira”. Esse olhar na história brasileira é associado por, mais precisamente, como o resultado da lógica do capitalismo.

O olhar de Bosi (1983) sobre a obra *Vidas Secas* relaciona-se ao papel do homem pobre exercendo suas funções em meio à lógica do capital. A família de retirantes é enxergada por Bosi (1983, p.151) como uma família que é iludida pelo capitalismo.

À luz do ciclo maior do capital, que atrai o pobre do sertão à cidade, como signos da impotência de quem não percebeu a marcha de sua própria história e a fatalidade que a constitui. Mas o narrador as conhece e pode enunciá-las. (BOSI, 1983, p.151)

Bosi (1983) enxerga na obra *Vidas Secas* uma narrativa que aponta aspectos relacionados à exploração e problemas como um todo ligados ao social e a condição do homem.

Em contrapartida às diversas pesquisas já realizadas sobre o romance, o presente estudo busca enfatizar um outro olhar. Apesar de considerarmos aspectos sociais, culturais, de identidade como problemas relevantes, durante a pesquisa a ênfase é dada a permanência estrutural desses problemas. Enxergamos na obra *Vidas Secas* um romance carregado de informações de cunho social e cultural, contudo, tais informações além de não se limitar à década de 1930 têm um fundo muito mais enraizado.

Tal problema social é alimentado por um poder que se perpetua desde o início da nossa história. Tendo como pano de fundo os problemas enfrentados pelo Brasil desde sua invasão. A obra foi estudada tendo em vista uma contundente permanência colonial após a independência. A visão que se pretende ter e que pode ser vista na análise do romance é como uma obra que carrega problemas estruturais que vem sendo arrastados por toda a história brasileira beneficiando a grupos elitizados em detrimento dos minoritários. A abordagem que Graciliano Ramos utilizou deixa implícito um poder hegemônico que domina o autóctone. Tais características coloniais estão disfarçadas na vida de personagens que representam cidadãos comuns da sociedade.

Na realidade a ideia pós-colonial é enxergada na obra como uma maneira de agir das pessoas. São pensamentos coloniais que embutidos na mente dos sujeitos envolvidos transparece em situações rotineiras do cidadão brasileiro. Por tratar-se de um autor engajado, Graciliano Ramos trouxe ao leitor dessa obra, uma crítica contundente que permeia toda a referencialidade social atual. Logo é possível afirmar que a obra *Vidas Secas* (1938), escrita por Graciliano Ramos, ultrapassa a própria data da publicação do livro. Rica em informações de cunho social o romance nos alcança e mesmo após 82 anos da publicação de *Vidas Secas*, permanece atual e viva.

Outro aspecto muito analisado no romance está relacionado ao comportamento e características dos personagens, a personalidade da cachorra Baleia, a questão social da mulher e outras peculiaridades envolvendo os personagens são pontos estudados e analisados durante os anos após a publicação do livro *Vidas Secas*. A seca de 1932 tem sido relevante para se aprofundar os diversos estudos sobre o tema.

Sendo publicado no período literário chamado Modernismo, *Vidas Secas* é um romance visto sob a ótica Modernista na qual a brasilidade e o nacional tornaram-se importantes assuntos a serem discutidos. Logo, em muitos estudos a comparação e análise do romance com outros similares também se faz presente. Segundo Candido (2006, p.144) *Vidas Secas* é uma obra equilibrada. Tornando-se “melhor com a passagem do tempo” (CANDIDO, 2006, p.144):

Entre o nada primordial anterior ao texto, e o risco de acabar em nada devido à insatisfação posterior, se equilibra a sua obra essencial, uma das poucas em nossa literatura que parece melhor com a passagem do tempo, porque mais válida à medida que a lemos de novo. (CANDIDO, 2006, p.144)

Tal citação nos leva a compreender que *Vidas Secas* abre espaço para novas análises e pesquisas ao longo do tempo nos dando a chance de aprofundar reflexões ainda mais

profundas e significativas. Até por que a crítica literária, em sua maioria, atribui a *Vidas Secas* uma obra rica em informações, que contundentemente foge do esperado para um romance regionalista publicado na mesma época, contudo todas essas observações da crítica literária seguem por um caminho que conduz a enxergarmos *Vidas Secas* simplesmente como uma obra que trata da “visão dramática de um mundo opressivo” (CANDIDO, 2006, p.151). Entretanto, a presente pesquisa apesar de tratar a questão social vista no mundo opressivo, a intenção é aprofundar o assunto e analisar qual a raiz de toda essa carga opressiva tão bem escrita por Graciliano Ramos.

Observa-se que as análises relacionadas à obra *Vidas Secas* (1938), em sua maioria, atribuem as questões abordadas na obra a acontecimentos de cunho social e de opressão encontrados e vistos na história. Contudo, a proposta da pesquisa é enxergar nas situações cotidianas, nas ações de cidadãos comuns da sociedade problemas estruturais muito mais profundos relacionados aos estudos pós-coloniais.

4.2 Vidas Secas e o Pós-Colonialismo

Vidas Secas, obra escrita por Graciliano Ramos, foi publicada em 1938. Trata-se de um livro escrito em treze capítulos. A princípio, segundo Miranda (2004, p.44-45), o título do romance era “O mundo coberto de penas” para depois tornar-se *Vidas Secas*. Os capítulos apresentam uma autonomia das partes, tal característica reflete o que Staiger (1977, p.53) menciona sobre o romance/epopeia quando declara que a compreensão de ‘partes’ está relacionada à autonomia, logo, abre-se no romance a possibilidade de realizar uma leitura dos capítulos como um conto ou uma narrativa fechada em si mesma. Logo, a obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos trata-se de um romance reconhecido como tal inclusive pelo próprio Graciliano Ramos.

A intenção inicial era de que *Vidas Secas* fosse uma coletânea de contos, entretanto há entre os capítulos uma ligação que a torna um perfeito romance:

[...] um romance cujos capítulos podem ser considerados destacadamente como contos, tal a maneira porque nele se desenvolvem e encontram o seu desfecho e uma determinada situação. [...] O livro tem, entretanto, uma unidade e o entrelaçamento de todos esses capítulos forma e tessitura perfeita de um romance. (RAMOS, apud BROCA, 2014)

Tendo em vista que a obra *Vidas Secas* mantém características próprias de um romance, a presente pesquisa realizará suas análises comparando detalhes descritos no romance aos estudos da teoria pós-colonial. Dessa forma, busca entender a permanência e manutenção das estruturas coloniais em nossos dias. A obra utiliza o discurso indireto e direto em sua estrutura com o intuito de apresentar ao leitor a voz que é silenciada precisamente pela opressão que sofre.

A história de uma família de retirantes é contada pelo narrador evidenciando, entre outros aspectos, a exploração. O romance *Vidas Secas* narra a vida de uma típica família de seis membros composta por mãe, pai, dois filhos, cachorro e papagaio. Mãe Sinhá Vitória, pai Fabiano, menino mais novo, menino mais velho, cachorra baleia e papagaio, e seus pormenores relacionados à triste consequência da seca. A história da família passa pelo constante enfrentamento de um processo de fuga forçada pela busca de sobrevivência. No decorrer da obra é possível notar que o autor busca despertar no leitor uma evidente exploração do subalterno.

O termo exploração também é encontrado nas teorias pós-coloniais, pois os estudiosos do Pós-colonialismo, analisam as diferentes formas de se fazer cultura a partir do eixo europeu. Ou seja, como a episteme europeia penetrou em outras culturas produzindo formas de saber que diminuíssem uma em detrimento da outra. Tendo em vista a Europa como um grande império que colonizou diversos países a relação de poder entre autóctone e colonizador tornaram-se ações bem evidentes durante séculos de dominação. Os estudos pós-coloniais enfatizam os resquícios deixados por esse período histórico.

O romance *Vidas Secas* por destacar a exploração, o poder de fala e consequentemente o silenciamento da voz, nos remete a aspectos pós-coloniais. Edward Said, estudioso pós-colonial indica essa permanência colonial sobrevivendo e se manifestando nas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais:

Em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo, como veremos, sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais. (SAID, 2011, p.29)

Da mesma forma o leitor encontra problemas de cunho social e econômico na obra. A obra também enfatiza a fuga tornando este tema uma questão muito evidente na vida desses retirantes. Inicia e termina com mudanças. A busca incessante dos membros da família por mudanças é notada desde o capítulo um. É possível observar a profundidade que tal mudança

representa para a família, a escolha do título: “mudança” no primeiro capítulo, torna-se um grito na busca por algo melhor: a dignidade. (RAMOS, 1968, p.7). Diante dessa escolha enfatiza-se a complexidade que tal nome carrega. “Retardara-se e repreendera os meninos, que se adiantavam, aconselhara-os a poupar forças. A verdade é que não queria afastar-se da fazenda.” (RAMOS, 1968, p.54).

Podemos concluir que o termo “mudança” na obra se relaciona ao incômodo que a família sentia em permanecer vivendo em volta de tantas agruras. A “mudança” também pode indicar uma reação. Uma vez incomodado, mudar pode ser uma alternativa válida, contudo as expectativas desaparecem e o romance finaliza com a mesma busca: mudança. “Arrastara-se até ali na incerteza de que aquilo fosse realmente mudança.” (RAMOS, 1968, p.54).

Esse insucesso foi gerado por um poder elitizado e explorador visto e estudado na teoria pós-colonial. É possível entender que mudança no Pós-colonialismo está associado a um processo de descolonização. Fanon (1968, p.26) nomeia a descolonização como uma "reivindicação mínima do colonizado" (FANON, 1968, p.26). Esse processo caracteriza-se, em linhas gerais, pela busca por transformação. Essa transformação, segundo Fanon (1968, p.26), "existe em estado bruto, impetuoso e coativo", porém existe "na consciência e na vida do colonizado" e "igualmente vivida [...] na consciência dos colonos." (FANON, 1968, p.26). Logo, é perceptível notar que por maior que sejam os esforços para se obter mudanças, em consequência de se ter um dominador que também luta, os impedimentos aumentam como uma pedra no caminho dos menos favorecidos. O que quero dizer é que na busca por transformações, sejam elas quais forem, a parte mais vulnerável a sofrer desvantagens sempre será o subalterno.

Em *Vidas Secas* Fabiano e sua família busca diante dos problemas de cunho social e econômico sair, mudar, contudo o romance termina apresentando ao leitor a mesma dinâmica: tudo volta ao que era antes numa busca sem fim. “[...] combinou a viagem com a mulher [...] Saíram de madrugada [...] tomaram rumo para o sul.” Esse insucesso se deve à "(...)exploração do colonizado pelo colono" (FANON, 1968, p.26) com exceção do colonizado intelectual, toda e qualquer tentativa para sair e mudar será frustrada. Hoje existe uma elite dominadora que impede os minoritários de alcançar algum êxito. Fabiano no romance é a representação dos excluídos da sociedade.

A desigualdade social impede que o desejo por mudanças seja concretizado na vida daquela família de retirantes. Observa-se que “cansados e famintos”, numa “planície avermelhada”, a família que permanece “caminhando o dia inteiro” continua numa busca sem fim por mudanças de cunho social. Diante de tanto sofrimento e agruras, encontram uma

fazenda abandonada. A intenção era “hospedar ali a família”. (RAMOS, 1968, p. 7). Um futuro melhor transcorre em seus pensamentos. Talvez seria uma possibilidade de alcançar a dignidade: “A fazenda renasceria - e ele, Fabiano, seria o vaqueiro, para bem dizer seria dono daquele mundo.” (RAMOS, 1968, p.10). A visão de que essa busca se torne um ciclo sem fim é vista pelos componentes da família. Os mais velhos são seguidos pelos mais novos:

Esses movimentos eram inúteis, mas o vaqueiro, o pai do vaqueiro, o avô e outros antepassados mais antigos haviam-se acostumado a percorrer veredas, afastando o mato com as mãos. E os filhos já começavam a reproduzir o gesto hereditário. (RAMOS, 1968, p.11).

As oportunidades não baterão em suas portas, estarão condenados a essa busca por toda uma vida. Diante disso, temos evidente no romance a desigualdade social, ela existe e está fortemente presente em nosso país.

Até meados de 1950, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, em publicação organizada por Jane Souto de Oliveira, o Brasil era “predominantemente agrícola” (OLIVEIRA, 1993, p.9), contudo, devido a industrialização tal realidade começa a se alterar e há uma “acelerada tendência de urbanização” principalmente no Centro-Sul do país. (OLIVEIRA, 1993, p.10).

Diante desse novo quadro que se formava é possível indagar se com a industrialização a desigualdade social diminui, afinal na Revolução de 1930, segundo Athos Magno Costa e Silva, a primeira busca desta revolução foi acabar com os poderes estaduais e centralizar o poder para o federal dissolvendo os órgãos estaduais e municipais (SILVA, 2008, p.62 -68) o que nos faz entender que o objetivo dessas mudanças era diminuir com o poder local. Contudo a Revolução de 1930 “fez a tarefa pela metade, industrializando o País e deixando para trás, no esquecimento, a retaguarda rural [...] em que a sociedade era quase inexistente.” (SILVA, 2008, p.68). Ou seja, segundo Silva (2008, p. 68), a Revolução de 1930 centralizou-se na industrialização e na “concessão de direitos sociais para os trabalhadores (das cidades, não os do campo) [...]” inclusive “foi chefiada pela grande oligarquia agrária dissidente, com o fazendeiro Getúlio Vargas à frente.”

Ou seja, a industrialização beneficiava os grandes produtores rurais e, segundo Silva (2008, p.66) não realizou transformações de fundo no campo, pelo contrário “[...] já que podia industrializar contando com o capital oriundo do campo, [...] dirigiu a industrialização, impulsionando, assim, a revolução burguesa, ‘pelo alto’ contando com o apoio político dos fazendeiros.” (SILVA, 2008, p.67).

Em consequência não há uma diminuição da desigualdade, pelo contrário, os únicos beneficiados no campo foram as elites agrárias. Logo os camponeses e os assalariados rurais permaneceram sendo controlados pelo “velho grupo oligárquico herdeiros dos antigos proprietários de escravos.” (SILVA, 2008, p. 67). É possível notar que mesmo diante de toda mudança que vinha ocorrendo na década de 30 a desigualdade social permaneceu beneficiando a alguns poucos privilegiados. As oportunidades concedidas aos cidadãos brasileiros alcançam uma minoria, nem todos farão jus.

O romance *Vidas Secas* enfatiza a mesma dinâmica de dominação observada na década de 1930. Fabiano, em sua busca por melhorias, se depara com uma fazenda abandonada. Porém essa fazenda não é dele e nunca será. A chance de que este indivíduo tenha uma fazenda quase não existe. A única coisa que Fabiano “possui” é a força de trabalho, contudo, essa força de trabalho lhe é retirada pela necessidade que Fabiano tem de se manter vivo. Ou seja, no romance o personagem não possui condições mínimas de subsistência, os recursos lhe foram tirados.

A VIDA na fazenda se tornara difícil. Sinhá Vitória benzia- se tremendo, manjava o rosário, mexia os beiços rezando rezas desesperadas. Encolhido no banco do copiar, Fabiano espiava a catinga amarela, onde as folhas secas se pulverizavam, triturada pelos redemoinhos, e os garranchos se torciam, negros, torrados. No céu azul as últimas arribações tinham desaparecido. Pouco a pouco os bichos se finavam, devorados pelo carrapato. E Fabiano resistia, pedindo a Deus um milagre. (RAMOS, 1968, p.54)

No Pós-colonialismo, o indivíduo que não reproduz o sistema de valores europeus não pode ser valorizado ou visto como original. A noção de que a diferença econômica, a desigualdade social, determina o valor que se dá a espécie humana é evidente nesse processo. Os diferentes modos de vida determinam o valor que se dá à espécie humana. Essa divisão, segundo Fanon, nomeada como “espécies diferentes”, “pertencer ou não a tal espécie”, é o que “retalha o mundo”. Logo evidencia-se, para Fanon (1968, p.29), que “a causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico” (FANON, 1968, p.29).

O que vemos atualmente é somente uma margem tentando alcançar um crescimento tanto intelectual quanto social. Uma elite é privilegiada para crescer e prosperar, muitas vezes às custas da exploração. Os explorados são aqueles que, não tendo outra saída, calam-se para ter a chance de ao menos sobreviver. A vista disso constata-se uma alienação por parte dos sujeitos participantes desse processo. Fabiano, protagonista do romance, tinha consciência de que tais circunstâncias eram permanentes, seus antepassados haviam se acostumado “a percorrer veredas” e seus filhos “já começavam a reproduzir os gestos hereditários” (RAMOS, 1968, p.11).

Fabiano é um típico sertanejo que como trabalhador rural analfabeto e sem assistência alguma percorre um caminho no qual não terá chance de prosperar. Isso se dá por pertencer a um grupo economicamente e socialmente desprezado pela sociedade. Fabiano enxerga o patrão como benfeitor, afinal é dele que recebe o mínimo para subsistência não há outras possibilidades. Quando em seus pensamentos lembrava de Seu Tomás da bolandeira reconhecia que “falava bem, estragava os olhos em cima de jornais e livros”, no entanto apesar de observar que “todos obedeciam a ele”, “Seu Tomás se estrepa igualzinho aos outros.” (RAMOS, 1968, p.13), é possível observar que uma mistura de pensamentos permeava Fabiano. Ao mesmo tempo que conscientemente via qualidades na burguesia e, de certa forma invejava-os, por outro lado não via vantagens imediatas na dedicação aos estudos.

Toda essa duplicidade nos pensamentos de Fabiano nos leva a analisar um subalterno que carrega uma hibridização ligada a costumes e crenças, enquanto nas crenças de Fabiano os estudos não são tão importantes, o primordial é trabalhar para sobreviver, na visão e costume hegemônico tal afirmação não se aplica. Essa mistura nos pensamentos de Fabiano é o que Bhabha (1998, p.62) declara ser hibridismo:

[...] a linguagem do senhor se hibridiza - nem uma coisa nem outra. O incalculável sujeito colonizado - semi aquiescente, semi-opositor, jamais confiável - produz um problema irresolúvel de diferença cultural para a própria interpelação da autoridade cultural colonial.” (BHABHA, 1998, p.62)

O mesmo estudioso acrescenta que:

Essa revisão da história da teoria crítica apoia-se [...] na noção de diferença cultural, não de diversidade cultural. A diversidade cultural é um objeto epistemológico - a cultura como objeto do conhecimento empírico - enquanto a diferença cultural é o processo da *enunciação* da cultura como “*conhecível*”, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. (BHABHA, 1998, p.63)

Para Bhabha (1998) os termos ‘diferença cultural’ e ‘diversidade cultural’ têm conceitos distintos, enquanto a diversidade cultural torna a cultura como objeto de conhecimento, a diferença cultural é uma maneira de a linguagem do outro se fazer legítimo naquele ambiente cultural. Como exemplo Bhabha (1998) comenta um versículo bíblico específico que utiliza o termo ‘nascer de novo’. Como explicar tal termo e tornar legítimo o novo nascimento para o sujeito de uma cultura distinta da cristã europeia? (BHABHA, 1998, p.61-63). Será necessário um entre eles que compreenda isso. Fabiano, representando o subalterno, mantém em seus pensamentos uma diversidade cultural e não uma diferença cultural, a linguagem do outro, neste

caso Seu Tomás da Bolandeira, para se fazer legítimo faz-se necessário, mesmo que píffio, certo conhecimento da cultura do outro.

Bhabha (1998) conceitua essa mistura como hibridismo, faz-se necessário penetrar na cultura do outro para entendê-lo e conseqüentemente interpretar o que ele quer dizer. Ao penetrar na cultura hegemônica, Fabiano conscientemente acreditava jamais conseguir alcançar o nível de conhecimento daqueles que, de certa forma, admirava pela razão de que sua falta de domínio na escrita o fazia sentir-se inferior.

A caminhada da família é interrompida ao encontrar uma fazenda abandonada. Neste momento suas esperanças são reacendidas. Nos pensamentos de Fabiano, a fazenda tornou-se uma grande oportunidade:

Ia chover. Bem. A catinga ressuscitaria, a semente do gado voltaria ao curral, ele, Fabiano, seria o vaqueiro daquela fazenda morta. Chocalhos de badalos de ossos animariam a. solidão. Os meninos, gordos, vermelhos, brincariam no chiqueiro das cabras, Sinhá Vitória vestiria saias de ramagens vistosas. As vacas povoariam o curral. E a catinga ficaria toda verde. (RAMOS, 1968, p.9)

Apesar disso, a fazenda tinha um dono, o verdadeiro dono. Este reaparece ao perceber as mudanças climáticas: “Viera a trovoada.” (RAMOS, 1968, p.11). Diante das circunstâncias, Fabiano oferece seus préstimos, “o jeito que tinha era ficar. E o patrão aceitara-o, entregara-lhe as marcas de ferro”. (RAMOS, 1968, p.12). Tornando-se completamente dependente Fabiano, na condição de empregado, continua na fazenda. O dono da fazenda agora é seu patrão, não tem uma alternativa, afinal ao menos teriam ‘moradia’ e ‘emprego’.

O patrão de Fabiano é um fazendeiro desonesto que explorava seus empregados. Para Fabiano tudo está dentro da normalidade, o estranho é ser cortês. (RAMOS, 1968. p.13). Diante das circunstâncias pelas quais vive, o personagem Fabiano não tem consciência de seus direitos e torna-se ilusório pensar que um sujeito como ele lute a fim de fazer a diferença. Conseqüentemente está nas mãos do patrão, produtor rural que explora Fabiano e enriquece às custas do seu trabalho servil. Como trabalhador rural pobre e analfabeto fica à mercê dos únicos que ao seu redor pode conceder “favores”: os grandes produtores rurais. A forma social e econômica na qual Fabiano está inserido é predominantemente rural. Fabiano é um pequeno e pobre trabalhador rural e como tal não faz jus a uma vida digna.

A obra *Vidas Secas* incorpora características da organização social e econômica presente na vida do homem do campo, do pequeno trabalhador e produtor rural, o camponês assalariado, sujeitos que viveram a realidade campestre presente na vida de muitos até a década de 1930, quando o livro foi publicado. Afinal até aquele momento o país vivia um sistema

“predominantemente agrícola” (OLIVEIRA, 1993, p.9). O que nos leva a concluir que boa parte da população do país vivia e permanecia no campo assim como retratado na obra em estudo.

Diante das características predominantes no campo, ou seja, devido ao fato de termos na década de 1930 um sistema predominantemente agrícola, havia o controle absoluto do senhor proprietário de terra. Esse período se caracterizou pelo domínio das oligarquias. Inclusive na Revolução de 1930 que foi “chefiada pela grande oligarquia agrária dissidente, [...] o fazendeiro Getúlio Vargas.” (SILVA, 2008, p. 63). Nas localidades rurais o que se via era um poder exercido pelos chefes conhecidos como ‘coronéis’. Apesar da Revolução de 1930 ter caminhado rumo a industrialização e buscar “acabar com os poderes estaduais e centralizar o poder” (SILVA, 2008, p.62), segundo Athos Magno Costa e Silva (2008, p.65) ela não foi “profunda e completa” a fim de acabar com o poder das velhas classes, pelo contrário “conciliou-se com elas”. (SILVA, 2008, p.65).

A Revolução fez a tarefa pela metade, industrializando o País e deixando para trás, no esquecimento, a retaguarda rural, em que relações capitalistas de produção coexistiam com relações pré-capitalistas de produção, e em que a sociedade era quase inexistente, com decisões sendo baixadas pelos latifundiários autoritários, como acontecia antes de 1930. (SILVA, 2008, p.68-69)

Ao criar o personagem Fabiano com suas lutas e desafios diários de um trabalhador rural, Graciliano Ramos rememorava uma realidade muito viva e presente na década 1930: o trabalhador rural assalariado e o campesinato sendo esquecidos pelos donos do poder.

Tendo em vista que os estudos pós-coloniais em seu aspecto teórico investigam, entre outros conceitos, a relação de linguagem e poder depois das colonizações, é possível observar que a constante política de poder entre países hegemônicos e a mão de obra autóctone ocasiona exploração. Em consequência a isso conclui-se que essa dinâmica exploratória se reproduz na maneira do cidadão pensar e ver o outro. Dessa forma, *Vidas Secas* contundentemente evidencia essa relação entre dominador e dominado na vida de cidadãos comuns da sociedade. A relação entre empregado e patrão, entre indivíduos pertencentes a diferentes realidades sociais, a classes sociais distintas, todas essas relações estão carregadas de pensamentos e consequentemente ações de dominação que inferioriza um em detrimento do outro.

O protagonista Fabiano é apresentado pelo narrador como um personagem inquieto. Ele deseja realizar seus sonhos. O personagem criado por Graciliano Ramos não é um indivíduo com estereótipos de nordestino preguiçoso, pelo contrário no romance ele se mantém em constante movimento:

Mudar-se-iam depois para uma cidade (RAMOS,1968, p.58)
 (...) tinham caminhado o dia inteiro. (...) (RAMOS,1968, p.7)
 Foi buscar a espada de pederneira (...) (RAMOS,1968, p.40)

Podemos dizer que tal inquietude observada está associada contundentemente ao desejo por melhorar sua real e triste condição. Isso é muito visível quando Fabiano e sua família encontra uma fazenda abandonada após chegarem a profunda exaustão física:

Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores. O coração de Fabiano bateu junto do coração de Sinhá Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que os cobriam. Resistiram a fraqueza, afastaram-se envergonhados, sem ânimo de afrontar de novo a luz dura, receosos de perder a esperança que os alentava. [...] E Fabiano queria viver [...] Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito[...] pensou na família, sentiu fome. Caminhando, movia-se como uma coisa, [...] agora, deitado, apertava a barriga e batia os dentes. [...] Ia chover. Bem. A catinga ressuscitaria, a semente do gado voltaria ao curral, ele, Fabiano, seria o vaqueiro daquela fazenda morta. Chocalhos de badalos de ossos animariam a solidão. Os meninos, gordos, vermelhos, brincariam no chiqueiro das cabras, Sinhá Vitória vestiria saias de ramagens vistosas. As vacas povoariam o curral. E a catinga ficaria toda verde. Lembrou-se dos filhos, da mulher e da cachorra, que estavam lá em cima, debaixo de um juazeiro, com sede. Lembrou-se do preá morto. Encheu a cuia, ergueu-se, afastou-se, lento, para não derramar a água salobra. Subiu a ladeira [...] chegou. Pôs a cuia no chão, escorou-a com pedras, matou a sede da família. Em seguida acorçou-se, remexeu o aió, tirou o fuzil, acendeu as raízes de macambira, soprou-as, inchando as bochechas cavadas. Uma labareda tremeu, elevou-se, tingiu-lhe o rosto queimado, a barba ruiva, os olhos azuis. [...] A fazenda renasceria - e ele, Fabiano, seria o vaqueiro, para bem dizer seria dono daquele mundo. [...] As cores da saúde voltariam a cara triste de Sinhá Vitória. Os meninos se espojariam na terra fofa do chiqueiro das cabras. Chocalhos tilintariam pelos arredores. A catinga ficaria verde. (RAMOS, 1968, p.9-10)

É possível indagar qual a razão do personagem permanecer numa busca sem fim, afinal ele luta, faz sua parte, não é preguiçoso, sonha em melhorar de vida, ser tão importante quanto Seu Tomás da bolandeira. Esse sonho não está associado a querer realizá-lo por um caminho mais ou menos tortuoso, pelo contrário, na obra é evidente o trabalho árduo desenvolvido por Fabiano. Contudo, Fabiano percebe que para suprir as necessidades imediatas tanto dele quanto da família devem abrir mão desses sonhos: “Em horas de maluqueira Fabiano desejava imitá-lo: dizia palavras difíceis, truncando tudo, o convencia de que melhorava. Tolice.” (RAMOS, 1968, p. 13). Tinha a força para batalhar e a vontade de aprender também, porém Fabiano vivia como subalterno, convencia-se de que nasceu para viver sem oportunidades. Pertencia ao grupo dos excluídos que era explorado pelos detentores de poder e consequentemente suas oportunidades eram quase nulas.

Fabiano é uma representação do subalterno que não terá seus sonhos realizados, porque há uma forte força que o mantém nesta posição. Alguns poderão questionar se a verdadeira razão para a falta de oportunidade não está atrelada a uma possível acomodação do subalterno, afinal, alguns na mesma condição, conseguiram alcançar oportunidades favoráveis. Contudo, segundo Said (2011, p.13), “O mundo, hoje, não existe como espetáculo sobre o qual possamos alimentar pessimismo ou otimismo, sobre o qual nossos ‘textos’ possam ser interessantes ou maçantes. Todas essas atitudes supõem o exercício de poder e de interesses.” Ou seja, segundo Said (2011, p.13) não é uma questão de sorte, mas de pensar que toda e qualquer ação está relacionada ao “exercício de poder e interesse”.

Não há como alimentar a noção de que o subalterno seja acomodado ou até um mal administrador de seus ganhos, afinal, a vida subalterna não apresenta escolhas, ou melhor, a única escolha que tais pessoas têm à sua frente é viver precariamente ou morrer. Diante das circunstâncias exploratórias que permeiam o caminho delas as adversidades são muitas; as portas que levam à real mudança estão, constantemente, fechadas, por uma elite burguesa que exercita seu “poder e interesse” para ainda mais se enriquecer às custas da exploração e consequentemente empobrecer os minoritários

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE,

Em 1960, a parcela de renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos do país era 34 vezes maior que a renda dos 10% mais pobres. Em 1990, essa proporção passou para 78 vezes! As Estatísticas do Século XX revelam, portanto que, ao longo desse período, a desigualdade social no Brasil cresceu e, como ela a dificuldade e se promover o desenvolvimento e a justiça social numa economia voltada para o mercado interno, em virtude da exclusão social. (NUNES, 2006)

De acordo com os dados divulgados acima, podemos concluir que a desigualdade social não só estava presente como tem permanecido ao longo dos anos e décadas. A literatura espelha essa realidade. *Vidas Secas* enfatiza, entre outros aspectos, a desigualdade social e o oportunismo de setores que contundentemente se beneficia dessa exploração.

A questão exploratória e de oportunismo não se limita apenas a relação entre patrão e empregado; ela se estende para outras categorias entre as quais nota-se a figura do policial. No romance *Vidas Secas*, encontramos um ‘polícia’, autoridade que categoricamente deve exercer a função de proteção aos cidadãos, se aproveitando da posição hegemônica que lhe foi confiada para exercer abuso de poder. “O polícia” convoca Fabiano a jogar. (RAMOS, 1968, p.15). As injustiças apresentadas no romance são as mais diversas, de tal forma que em determinada situação Fabiano é preso pelo Soldado Amarelo. O romance faz uma crítica contundente às

prisões injustas, sem defesa, muitas pessoas sofreram com elas no período de repressão sofrida pelo país na Era Vargas, a ditadura militar. A prisão de Fabiano ocorre sem motivo aparente, ou melhor, sua prisão é provocada pelo Soldado Amarelo que a fim de encontrar algum motivo para decretar voz de prisão, abusa de seu poder de autoridade:

E insultou Fabiano, porque ele tinha deixado a bodega sem se despedir. - Lorota, gaguejou o matuto. Eu tenho culpa de vossemecê esbagaçar os seus possuídos no jogo? Engasgou-se. A autoridade rondou por ali um instante, desejosa de puxar questão. Não achando pretexto, avizinhou-se e plantou o salto da reiúna em cima da alpercata do vaqueiro. - Isso não se faz, moço, protestou Fabiano. Estou quieto. Veja que mole e quente é pé de gente. O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e xingou a mãe dele. Aí o amarelo apitou, e em poucos minutos o destacamento da cidade rodeava o jatobá. - Toca pra frente, berrou o cabo. Fabiano marchou desorientado, entrou na cadeia, ouviu sem compreender uma acusação medonha e não se defendeu. - Está certo, disse o cabo. Faça lombo, paisano. Fabiano caiu de joelhos, repetidamente uma lâmina de facão bateu-lhe no peito, outra nas costas. Em seguida abriram uma porta, deram-lhe um safanão que o arremessou para as trevas do cárcere. A chave tilintou na fechadura, e Fabiano ergueu-se atordoado, cambaleou, sentou-se num canto, rosnando - Hum! hum! (RAMOS, 1968, p.16)

Diante das injustiças Fabiano tem consciência de que “havia muitas coisas erradas, e não podia explicá-las, mas havia.” (RAMOS, 1968, p.17). Apesar de saber que autoridades como Soldado Amarelo cometiam erros, Fabiano simplesmente aceita as injustiças que sofre, e o pior, aconselha outros a aceitarem tal situação: “Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações: “Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita.” (RAMOS, 1968, p.17).

A obra relata não apenas momentos vividos num ambiente de seca extrema, observa-se no romance a ‘vida seca’ da família diante do doído inverno. Neste período a família sofria por morar num local cheio de rachaduras e consequentemente que não era ideal para proteger a família do frio: “[...] o ar que entrava pelas rachaduras das paredes e pelas gretas da janela.” (RAMOS, 1968, p.30). Sofriam pelo medo de perder aquele precário local com a enchente que subia, pois “chovia o dia e a noite inteira” (RAMOS, 1968, p.32) os animais eram mortos pelas enchentes e dia a dia preocupavam-se em ter que fugir com receio da “casa ser invadida” pela água e terem que “subir o morro, viver uns dias como preás.” (RAMOS, 1968, p.31).

O narrador do romance mantém-se apresentando evidências de que a família em diversas circunstâncias sofre agruras. No inverno, na estiagem e na festa da cidade, evento que devia proporcionar mais leveza à vida daqueles subalternos, a família sertaneja também sofria. O

caminho em direção à festa tornava-se penoso, afinal deviam caminhar ‘três léguas que o separavam da cidade’. Chegavam ao evento cansados, com a roupa amassada, logo os momentos de ‘entretenimento’ também eram, digamos, ‘conquistados’ com muito sacrifício por parte daqueles que viviam com o mínimo a fim de ao menos ter a chance de sobreviver.

No romance, há um capítulo destinado a falar especificamente de Sinhá Vitória. Dona de casa, mãe de dois filhos, esposa de Fabiano, uma mulher com diversas qualidades. Assim como o esposo, batalha diariamente por mais oportunidades na vida. Tem sonhos e almeja alcançá-los. Cuida dos filhos, auxilia Fabiano em seu trabalho e, como toda mulher também é sensível e tem seus dias de mau humor: “Sinhá tinha amanhecido nos seus azeites [...] dissera ao marido umas inconveniências a respeito da cama de varas [...] realmente mulher é bicho difícil de entender.” (RAMOS, 1968, p.20). A carga que carregava era grande e pesada, muitas vezes sentia o desejo de desabafar, se queixar da vida. Diante das circunstâncias que vivia não deixa se abater e através das lutas diárias se mantém focada e empenhada em realizar um simples, mas aos seus olhos importante desejo: dormir “numa cama de lastro de couro, como outras pessoas” (RAMOS, 1968, p.20). Sempre insistia com o marido que deviam esforçar-se para adquirir a cama:

Fazia mais de um ano que falava nisso ao marido. Fabiano a princípio concordara com ela, mastigara cálculos, tudo errado. Tanto para o couro, tanto para a armação. Bem. Poderiam adquirir o móvel necessário economizando na roupa e no querosene. Sinhá Vitória respondera que isso era impossível, porque eles vestiam mal, as crianças andavam nuas, e recolhiam-se todos ao anoitecer. Para bem dizer, não se acendiam candeeiros na casa. Tinham discutido, procurando cortar outras despesas. (RAMOS, 1968, p.20)

A vida era tão difícil que mal conseguiam o básico para o sustento, como poderiam alcançar sonhos e objetivos mesmo que pequenos? Toda essa circunstância deixava Sinhá Vitória chateada, porém o que mais a magoava eram palavras rípidas e insensíveis pronunciadas por seu esposo que, sem pensar a magoava. Sinhá Vitória, assim como toda mulher tinha suas sensibilidades femininas e se chateava:

Fabiano condenara os sapatos de verniz que ela usava nas festas, caros e inúteis. Calçada naquilo, trôpega, mexia-se como um papagaio, era ridícula. Sinhá Vitória ofendera-se gravemente com a comparação, [...]. Efetivamente os sapatos apertavam-lhe os dedos, faziam-lhe calos. Equilibrava-se mal, tropeçava, manquejava, trepada nos saltos de meio palmo. Devia ser ridícula, mas a opinião de Fabiano entristecera-a muito. (RAMOS, 1968, p.20-21)

Diferente de Fabiano, Sinhá Vitória era esperta, fazia contas, tinha noção da distância que havia entre seus sonhos e a realidade. Era uma mulher, e como tal mantinha entre outras características, sensibilidade feminina, batalhava dia a dia guardando em seu íntimo sonhos e almejava um dia quem sabe alcançá-los.

No capítulo 5 e 6, o narrador descreve situações envolvendo os dois filhos da família. O menino mais novo e o menino mais velho são crianças com idade similar, porém observa-se que são personagens de perfis diferentes no que condiz a personalidade. O menino mais novo admirava o pai: “Fabiano lhe causava grande admiração.” (RAMOS, 1968, p.24). Passava o dia imitando o pai. Seus sonhos giravam em torno de sua própria realidade sertaneja, não via possibilidades além daquele mundo. “A admiração a Fabiano é que ia ficando maior. [...] um entusiasmo verdadeiro encheu-lhe a alma pequenina [...]. As perneiras, o gibão, o guarda-peito, as esporas e o barbicacho do chapéu maravilhavam-nos” (RAMOS, 1968, p.24). Apegava-se às coisas que estavam a sua volta, como os animais e a natureza: “A égua alazã e o bode misturavam-se, ele e o pai misturavam-se também. Rodeou o chiqueiro, mexendo-se como um urubu, arremedando Fabiano.” (RAMOS, 1968, p. 25). Seus questionamentos internos relacionavam-se e até eram respondidos observando o ambiente à sua volta, nunca ia além, simplesmente observava e algumas vezes os comparava ao pai, à família ou a alguma ação realizada por eles: “[...]ele e o pai misturavam-se também.” (RAMOS, 1968, p. 25).

Quanto ao menino mais velho a descrição que temos no romance é de tratar-se de um menino que ia além, era curioso e o tempo todo questionava pai, mãe sobre o mundo das palavras. “Estranhando a linguagem de Sinhá pediu informações.” (RAMOS, 1968, p.27). Seus interesses em conhecer o mundo era tanto que deixava muitas vezes de brincar para ir em busca de respostas. Sua intenção era sanar seus intenos, questionando sobretudo que lhe chamava a atenção. “Deixara o brinquedo e fora interrogar Sinhá Vitória.” (RAMOS, 1968, p.28). Tudo que se relacionava a pessoas tinha importância para ele. Amava as pessoas em detrimento das coisas. O menino mais velho se importava com lugares nas quais “existiam seres reais, a família do vaqueiro e os bichos da fazenda.” (RAMOS, 1968, p.28). Mostrava-se interessado pelo mundo do conhecimento e tinha prazer em compartilhar o que descobria. (RAMOS, 1968, p.28). Diante de características tão peculiares e diferentes os filhos da família tinham algo comum: ambos buscavam a companhia dos pais, ou para admirar ou para questionar. Os pais eram aqueles que, no pensamento deles, trariam as respostas ao que buscavam.

Apesar de o romance enfatizar categoricamente a precariedade vivida por todos os membros da família subalterna, observa-se diferentes atitudes por parte dos dois filhos da

família: O Menino mais velho e o Menino mais novo. Diante desses personagens, Menino mais novo e Menino mais velho, é possível enxergar dois tipos de subalternos, os alienados, e os intelectuais respectivamente. Os alienados são aqueles que foram absorvidos pelo discurso colonial desvalorizando-se e não vendo novas possibilidades contentam-se com pouco por toda uma vida. Há, entretanto, os que mantêm uma visão mais ampla e, mesmo diante de uma vida de sofrimento, desenvolvem a curiosidade, questionam a tudo e todos, não deixando de apresentar seus protestos e reivindicações.

Quando o menino mais velho “pôs-se a chorar” e se senta no chão, se negando a continuar a caminhar, há uma indicação de protesto, fato considerado relevante no ambiente pós-colonial. O processo de descolonização apresentado por Fanon em seu livro *Condenados da Terra* pode ser visto como um tipo de protesto do colonizado. Esse protesto, ocorrido no ambiente colonial apresentado pelo autor, trata-se de um processo de libertação. Segundo Fanon (1968), “a descolonização é simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homem por outra espécie de homens” (FANON, 1968, p.25). Ou seja, é um indicativo de insatisfação, uma maneira de reivindicar algo. (FANON, 1968, p.26). Diante desse processo de reivindicação, o autor nomeia um colonizado como o “intelectual”, referindo-se àquele que, no processo de descolonização, se destaca dos demais. Sutilmente o menino mais velho aparece no romance com características distintas dos demais: ele é curioso, ativo e, por diversas ocasiões, reivindica seus direitos, além de se interessar pelas palavras: “[...] tinha tido uma ideia de aprender uma palavra, com certeza importante porque figurava na conversa de Sinhá” (RAMOS, 1968, p.28). O narrador discretamente nos leva a em outras possibilidades de apresentar a alteridade: a que resiste, questionando a situação. O menino mais velho tinha um perfil diferente dos demais, indagava, perguntava e tinha prazer em repassar suas descobertas aos outros.

O menino mais velho não se cala como os demais: “[...] pediu informações [...], ‘foi à sala interrogar o pai’ [...] arriscou a perguntar [...]”. (RAMOS, 1968, p.27). O romance nos leva a refletir a ativa personalidade de um dos meninos. Interessante notar que, apesar de se ter dois personagens que, mesmo não sendo protagonistas, são indivíduos participantes no romance, o narrador não atribui nome a eles, apenas aos seus pais. Esse fato se relaciona ao fato de os meninos também carregarem, por serem anônimos, as mesmas agruras da família no futuro.

Diante do personagem Menino mais Velho, visualizamos a representação daqueles dominados que não se contentam com a circunstância na qual se encontram, logo, protestam, reivindicam seus direitos: “[...] ‘o menino saiu indignado com a injustiça’ (RAMOS, 1968, p.27). Estes se enquadram no espaço daqueles que, diante das agruras da vida, não aceitam

viver e ser condicionados a manter toda uma vida como dominados. São pessoas que possuem uma visão mais aguçada, buscam conscientizar os demais. “Ia decorá-la e transmiti-la ao irmão e à cachorra”. (RAMOS, 1968, p.27-28).

No inverno, percebendo que “Estava um frio medonho” (RAMOS, 1968, p.30), toma a iniciativa e “Levantou-se, foi a um canto da cozinha, trouxe de lá uma braçada de lenha. Sinhá Vitória aprovou este ato com um rugido, mas Fabiano condenou a interrupção, achou que o procedimento do filho revelava falta de respeito e estirou o braço para castigá-lo.” (RAMOS, 1968, p.30).

O Menino mais Velho visualizava as necessidades imediatas da família e tinha iniciativas, diferente dos demais. Vemos neste relato que Sinhá Vitória mantinha uma visão mais ampla que o esposo Fabiano, tanto que aprovava os atos do menino, contudo da mesma maneira que os demais, se alienava. Sinhá não defendia o que acreditava ser o correto. Sinhá não tinha direito de manifestar-se ou defender o que acreditava ser o melhor, logo torna-se duplamente reprimida.

O “silêncio grande” (RAMOS, 1968, p.7) que inundava a família não era a representação de aceitação, de que tudo estava bem, pelo contrário é a maneira que o narrador tenta transmitir ao leitor a cruel ideia de que o direito à fala lhes fora negado. Além de ser a contundente demonstração da vida seca pela qual viviam.

Como recurso narrativo, a utilização do discurso direto é muito importante para vemos como leitores a exteriorização dos pensamentos do personagem. Entretanto, não observamos esse recurso para demarcar a presença de Fabiano e, quando aparece, a tonalidade diminui. “- Está certo, grunhiu Fabiano.” (RAMOS, 1968, p.35)

Ao falar de si, a voz é baixa. Ao utilizar o discurso direto, o autor tenta ao máximo nos aproximar desse subalterno. Nitidamente o texto nos oferece a posição política do narrador e sua resistência a tal comportamento. O narrador nos faz refletir justamente sobre o silenciamento da massa rente a um poder que cresce e faz calar a voz do subalterno. O personagem Fabiano, por sua vez, é retratado como aquele ser subalterno que sabe a força desse poder exercido pelas autoridades e todo seu controle em aspectos ligados à sua vida, portanto, seu silenciamento é retratado pelo narrador como uma proteção, torna-se uma questão de sobrevivência. O silêncio demonstra o sistema de poder em que Fabiano está inserido.

O narrador de Vidas Secas apresenta características dos personagens ligados a ideia de que o lugar no qual eles viviam era amaldiçoado, não havia nada de atrativo ali, uma visão de revolta por parte daqueles retirantes que, sofrendo por toda uma vida, chega ao seu limite e

mesmo tendo nascido e até então permaneciam vivendo ali, naquele momento passavam por circunstâncias assoladoras. “[...]Precisava consultar Sinhá Vitoria, combinar a viagem, livrar-se das arribações.... Necessário abandonar aqueles lugares amaldiçoados.” (RAMOS, 1968, p.64). Para a família, aquela terra tornou-se um lugar sem atrativos. Quando declara ‘necessário abandonar aqueles lugares amaldiçoados’ há nesse trecho uma confirmação de que não considerava aquele lugar como parte de sua vida. Agora eram impelidos a procurar algo que considerava melhor.

A família e a sua constante mudança representam milhares de nordestinos que, desde 1930, migraram para o centro-sul do Brasil em busca de possibilidades a fim de melhorar suas vidas. No entanto, foram iludidos, foram explorados pela lógica do capital. Diante disso, passaram a viver de forma marginalizada em favelas, nas ruas enfim, nos bolsões da pobreza.

A partir da década de 1930, a migração nordestina, segundo Coelho (2012, p.14), aumentou: “Há, desde a década de 1930 do século XX, um aumento significativo da migração de nordestinos para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro”. (COELHO, 2012, p.14). Faz-se pertinente notar que, na mesma década, ocorria uma Revolução, a Revolução de 1930. Diante disso é possível indagar a causa desse significativo aumento da migração nordestina. Será que problemas relacionados à seca seriam a única justificativa para esse aumento na migração?

Esse aumento, entre outras causas, pode também ser associada a um interesse político na mão-de-obra do trabalhador nordestino. Isso porque, com a industrialização acontecendo no centro-sul do país, mais precisamente com a Revolução de 1930 e a falta de mão-de-obra, torna-se conveniente a migração de nordestinos. O interesse político pela mão de obra nordestina pode ser associado a dois fatores relacionados à região nordestina: a forte seca ocorrida em 1932 e por tratar-se de uma região do país que por ter dado início a colonização se tornou mais populosa: “[...] está sempre teve uma densidade populacional mais elevada em relação às demais regiões do país.” (COELHO, 2012, p.16). E acrescenta:

Durante o governo Vargas, surge no Brasil o princípio daquilo que podemos chamar de industrialização, no mesmo momento em que cessam as entradas de imigrantes estrangeiros, comuns desde as últimas décadas do século XIX. Porém, a necessidade de mão de obra muda o seu foco, não mais virão moradores de terras longínquas, a atenção é para atrair trabalhadores nacionais. Para suprir a ausência dos imigrantes, virão os migrantes, sem estrangeiros entrando no país o número de nacionais que se movimentam no território é muito maior. E nesses números podemos enquadrar o migrante nordestino afugentado das suas terras pela seca, mas não só por ela. (COELHO, 2012, p.17)

A fuga por algo melhor, vista na história dos nordestinos que, desde 1930, migram para o centro-sul é concebida pelos sulistas de forma preconceituosa. Os nordestinos que se integraram na sociedade centro sulista de nosso país o fizeram exercendo funções que são vistas de forma inferiorizada: trabalhadores braçais da construção civil, empregadas domésticas, biscateiros, estes recebem menos, não tem acesso à educação, bens de serviços públicos, não há emprego e nem uma renda digna.

Apesar de toda essa negatividade incorporada no pensamento do autóctone de que o lugar no qual vive é amaldiçoado, em certo trecho da obra, é possível ao leitor observar Sinhá Vitória pensando em festas de casamento, novenas, vaquejadas... (RAMOS, 1968, p.8) ficando subentendido que ocorreram momentos felizes vivenciados naquele lugar. No momento do livro, no entanto, os retirantes atravessavam um constante sofrimento, ocasionado entre outros aspectos pelo oportunismo de um poder hegemônico dominador, logo a busca por sair dali tornava-se cada dia mais evidente na triste realidade que permeava suas vidas:

Fabiano, uma coisa da fazenda, um traste, seria despedido quando menos esperasse. Ao ser contratado, recebera o cavalo de fábrica, perneiras, gibão, guarda-peito sapatões de couro cru, mas ao sair largaria tudo ao vaqueiro que o substituísse. [...]. Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria homem. (RAMOS, 1968, p. 13-14)

A fim de alcançar uma vida mais digna ou sobreviver, a família teria que sair daquele lugar; sua sobrevivência estava condicionada à mudança: “Necessário abandonar aqueles lugares amaldiçoados. Sinhá Vitória pensava como ele. Porque as desgraças eram muitas.” (RAMOS, 1968, p.53).

Bonnici (2012, p.212) nos apresenta essa visão negacionista vista no romance como sendo a sedução dos nativos. Eles tinham o anseio de sair daquele ‘lugar amaldiçoado’. Bonnici (2012, p.212), em sua análise, apresenta a visão de que o nativo nega suas origens atraído pelo mundo do colono, seus costumes, sua linguagem, suas vantagens:

A língua europeia, estudada em seu padrão culto, não admitia concorrências e, portanto, rejeitava as ‘distorções não canônicas’ oriundas da periferia e da margem. A sedução era tanta, que muitos nativos começaram a mergulhar nessa cultura importada e, negando as suas origens, passaram a escrever na língua padrão europeia e a imitar os clássicos de sua literatura. (BONNICI, 2012, p. 212)

A análise de Bonnici (2012) relacionada às constantes mudanças dos retirantes, o reconhecimento de que o lugar onde estão não lhes proporcionam vantagem alguma induzindo-os a

supervalorizar coisas e pessoas que vem de fora, demonstram categoricamente indícios pós-coloniais no romance.

Fanon (1968, p.26) retrata de maneira realista o fenômeno pós-colonial como um fenômeno violento onde há a “criação de homens novos” (FANON 1968, p.26). Logo, entende-se que, quando o sertanejo considera o lugar de sua origem como “amaldiçoado”, ele perde o senso de valor cultural e demonstra também uma discussão que é vista sob o ponto de vista religioso e não econômico. Parte desse anseio é o reflexo das condições de sofrimento acarretadas pela grande seca ocorrida na região, contudo esta situação é agravada com o desprezo que se faz ao sertanejo pelas classes privilegiadas, que exploram o trabalhador.

Na teoria pós-colonial vemos estudiosos tratando o colonizado como aquele que sofre um processo mental que o faz negar suas origens, valorizando mais a ‘cultura importada’ do que a sua própria. Por outro lado, o dominador se apropria de toda oportunidade para contunentemente explorar o outro. O contexto apresentado na obra *Vidas Secas* traz resquícios desses aspectos. Entre os personagens da obra que podem ser equiparados às classes privilegiadas temos a presença do comerciante ‘Seu Inácio’:

Fabiano tinha ido à feira da cidade comprar mantimentos. Precisava sal, farinha, feijão e rapaduras. Sinhá Vitória pedira além disso uma garrafa de querosene e um corte de chita vermelha. Mas o querosene de seu Inácio estava misturado com água, e a chita da amostra era cara demais. Fabiano percorreu as lojas, escolhendo o pano regateando um tostão em côvado, receoso de ser enganado. Andava irresoluto, uma longa desconfiança dava-lhe gestos oblíquos. A tarde puxou o dinheiro, meio tentado, e logo se arrependeu, certo de que todos os caixeiros furtavam no preço e na medida: amarrou as notas na ponta do lenço, meteu-as na algibeira, dirigiu-se à bodega de seu Inácio, onde guardara os picuás. [...]. Por que seria que seu Inácio botava água em tudo? Perguntou mentalmente. Animou-se e interrogou o bodegueiro: - Por que é que vossemecê bota água em tudo? Seu Inácio fingiu não ouvir. (RAMOS, 1968, p.15)

Seu Inácio é um personagem que lucra em seus produtos que são vendidos e despreza o sertanejo. Todo este quadro que se forma na frente de Fabiano é familiar, fazendo com que percorra as lojas sempre “receoso de ser enganado” (RAMOS, 1968, p.15). Inclusive o personagem relata que estava “[...] certo de que todos os caixeiros furtavam [...]” (RAMOS, 1968, p.15). Seu Inácio, ao ser questionado por misturar água aos produtos, se faz de surdo, não responde, despreza. Na obra subentende-se que o desprezo acontece justamente pelo fato de o sertanejo não ser pertencente à classe privilegiada. É um simples trabalhador, humilde.

No decorrer da obra, situações conflituosas entre personagens diferentes são apresentadas, cenas relacionadas à opressão, a violência e à desigualdade social. Essas situações podem ser percebidas, por exemplo, na postura do personagem Soldado Amarelo.

4.3 Fabiano, a forma de trabalho e os agentes de repressão

O romance *Vidas Secas* tem indícios que nos leva a refletir sobre os donos da terra. Os donos da terra são aqueles que dentro de um determinado setor indicam quais exercerão a função de dominador e conseqüentemente os que se manterão como dominados, ou seja, aqueles que sofrem com a exploração. Tais ações são vistas em grupos de pessoas que possuem credenciais de autoridade, que tem uma escolaridade acima da média, que no exercício de sua função abusa do poder que lhe foi outorgado a fim de mostrar sua superioridade, ou seja, são pessoas que não aceita a igualdade, sentem-se e agem como superiores explorando e abusando. São os detentores de poder.

A crítica que o narrador realiza a respeito dos donos da terra inicia quando a família encontra uma fazenda abandonada: “tudo anunciava abandono” (RAMOS, 1968, p.8). A circunstância do momento é de extrema fragilidade. Os componentes da família já perderam tudo o que tinha, aguardam a morte, contudo, em meio ao caos eminente, se deparam com um preá caçado pela cadela Baleia. Diante disso, suas esperanças renovam-se, uma nova perspectiva de vida renasce:

Ia chover. Bem. A catinga ressuscitaria, a semente do gado voltaria ao curral, ele, Fabiano, seria o vaqueiro daquela fazenda morta. Chocalhos de badalos de ossos animariam a solidão. Os meninos, gordos, vermelhos, brincariam no chiqueiro das cabras, Sinhá Vitória vestiria saias de ramagens vistosas. As vacas povoariam o curral. E a catinga ficaria toda verde. Lembrou-se dos filhos, da mulher e da cachorra, que estavam lá em cima, debaixo de um juazeiro, com sede. Lembrou-se do preá morto. [...]. Uma palpitação nova. Sentiu um arrepio na catinga, uma ressurreição de garranchos e folhas secas. [...]. Eram todos felizes. Sinhá Vitória vestiria uma saia larga de ramagens. A cara murcha de sinhá Vitória remojaria, as nádegas bambas de Sinhá Vitória engrossariam, a roupa encarnada de Sinhá Vitória provocaria a inveja das outras caboclas. [...] A fazenda renasceria - e ele, Fabiano, seria o vaqueiro, para bem dizer seria dono daquele mundo. Os troços minguados juntavam-se no chão: a espingarda de pederneira, o aió, a cuia de água o baú de folha pintada. A fogueira estalava. O preá chiava em cima das brasas. Uma ressurreição. As cores da saúde voltariam a cara triste de Sinhá Vitória. (RAMOS, 1968, p.9)

A família de retirantes agarra-se fortemente àquela oportunidade: “a fazenda renasceria” (RAMOS, 1968, p.9), e conseqüentemente a vida deles também, contudo não se davam conta de que aquelas terras não lhes pertenciam e nunca seria deles. Tinha um dono, ‘o dono da terra’, os coronéis que retornariam em busca do que deles efetivamente pertencia: a fazenda. O narrador evidencia nesse cenário o período vivenciado no Brasil conhecido como o coronelismo. O coronelismo era uma prática no qual “[...] o homem rico — o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra — exerce poder político, num mecanismo onde

o governo será o reflexo do patrimônio pessoal.” (FAORO, 2001, p.737). Ou seja, a elite, os mais poderosos de cada região do país mantinham uma aliança com o presidente que o reconhecia como coronel, um poder local que tinha, digamos, carta branca. O coronel atuava como bem queria, tinha um poder absoluto sobre sua região.

Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe — recebe ou conquista — uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação. (FAORO, 2001, p.738)

Muitas pessoas viviam nas cidades, porém trabalhavam no campo, logo o coronel exercia grande poder sobre uma boa porcentagem da população, estes em boa parte dependiam do coronel uma vez que o coronel mandava e desmandava, sem punição ou investigação, na sua região. Segundo Faoro (2001), a população brasileira passou dos 34 milhões em 1931. Em 1920 51% da população morava nas cidades, porém, “os homens da cidade não exercem, na totalidade, funções urbanas. Com o predomínio das atividades da agricultura e da pecuária, há uma faixa instável, urbana, caracterizando-se o corpo social pela influência de interesses rurais. (FAORO, 2001, p.734)

Fabiano e sua família permanecem na fazenda. O verdadeiro proprietário com a época de chuvas retorna. Diante da nova situação, Fabiano e sua família continuam morando na fazenda, porém não são proprietários, são empregados “Ao ser contratado, recebera o cavalo de fábrica, perneiras, gibão, guarda-peito e sapatões de couro cru, mas ao sair largaria tudo ao vaqueiro que seu substituto.” (RAMOS, 1968, p.13)

O narrador evidencia o poder absoluto do chefe local. Este fazendeiro exercia todo o controle sobre o espaço e sobre aqueles que ali estavam. Fabiano não tinha direito à propriedade, mesmo a tendo encontrada abandonada, caso traísse a confiança do dono da fazenda podia perder o emprego. “[...] E estavam ali de passagem. Qualquer dia o patrão os botaria fora [...]” (RAMOS, 1968, p.14). O dono da fazenda ofereceu ‘favores’ aos seus dependentes: Fabiano e sua família. A família residia naquele pedaço de terra, ali tinham o que o patrão considerava ‘moradia’. Em troca desses ‘favores’ eram subordinados ao patrão, devia fazer tudo o que ele mandava, inclusive por meio de violência verbal:

O patrão atual, por exemplo, berrava sem precisão. Quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, o Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida? Fabiano, uma coisa da fazenda, um traste, seria despedido quando menos esperasse. (RAMOS, 1968, p.13)

O coronelismo, apesar de ter sido extinto, ainda manteve suas características em várias partes do país. O autor deixa evidente essa questão coronelista ao tratar da condição trabalhista na qual o protagonista Fabiano se encontrava. Vemos claramente que o autor nos leva a refletir na dominação embasada em interesses particulares dos grandes proprietários rurais.

4.4 Soldado Amarelo e as Instituições de Manutenção do Controle Social

A figura de um personagem denominado por Graciliano Ramos como Soldado Amarelo é apresentada ao leitor de *Vidas Secas* como um representante da autoridade. Soldado Amarelo no romance não protegia os inocentes, pelo contrário, os maltratava. Assim Ramos denuncia a realidade social. O personagem Soldado Amarelo é o símbolo de poder. Tal personagem humilha e oprime o homem do povo.

Lembrou-se da surra que levava e da noite passada na cadeia. Sim senhor. Aquilo ganhava dinheiro para maltratar as criaturas inofensivas. Estava certo? O rosto de Fabiano contraía-se, medonho, mais feio que um focinho. Hem? Estava certo? Bulir com as pessoas que não fazem mal a ninguém. Por quê? Sufocava-se, as rugas da testa aprofundavam-se, os pequenos olhos azuis abriam-se demais, numa interrogação dolorosa. [...] Era um sujeito violento, de coração perto da goela[...] - "Toca pra frente". Depois surra e cadeia, por causa de uma tolice. [...]. Por que motivo o governo aproveitava gente assim? Só se ele tinha receio de empregar tipos direitos. Aquela cambada só servia para morder as pessoas inofensivas. Ele, Fabiano, seria tão ruim se andasse fardado? Iria pisar os pés dos trabalhadores e dar pancada neles? Não iria. (RAMOS, 1968, p.48)

A maneira como o Estado é organizado mantém uma estrutura na qual o poder colonial permanece na forma de pensar dos detentores de poder. Há uma maneira colonizada de enxergar as relações sociais. A divisão de classes indica a permanência desse pensamento. Quando observamos, por exemplo, o direito que um prisioneiro com nível superior tem de estar detido numa cela especial com algumas regalias que outros presos sem nível superior não terão, temos implícita a ideia de que “o poder deve servir em nossa sociedade como grade de proteção” (KARNAL, 2020, s.p), ou seja, há uma elite detentora de privilégios que perpetua no poder e explora uma massa de explorados. Afinal, o que diferencia ambos sujeitos se perante a lei todos

somos iguais? O conceito de igualdade foi herdado por um pensamento colonial de mundo. Segundo Karnal (2020):

A igualdade do Brasil na colônia até hoje ela é entendida como um defeito, por que ser igual é sofrer como todo mundo, ser diferente é melhor, ser diferente é o meu princípio, ser diferente é a minha vontade a igualdade aqui insulta, a igualdade irrita, a igualdade agride, a república é para os debaixo, a lei igualitária, você deve se submeter à lei. No Brasil faltam leis. (KARNAL, 2020)

O que temos no Brasil atualmente, segundo Karnal (2020), é um conceito equivocado do que vem a ser igualdade, uma maneira dominadora de se enxergar os demais. O poder se transforma no indicativo de estar acima da lei, logo a obtenção de poder não me iguala, mas me faz sobressair diante dos demais.

A obediência do personagem Fabiano embasado em características como o medo e receio podem ser notados na atuação da polícia. Enquanto o medo permeia o subalterno o policiamento está carregado de preconceitos, afinal quem decide quem será punido é o policial que, muitas vezes exerce sua profissão repleta de julgamentos injustos e preconcebidos.

As pessoas oriundas de bairros populares se tornam, na atuação policial, alvo dos mais variados abusos e do rol de ações violentas. As polícias criam um perfil criminoso, levando a crer que pessoas da periferia são potencialmente perigosas. [...] Toda essa truculência e práticas violentas efetuadas pela polícia acabam disseminando o medo nas camadas sociais mais pobres. (BULHÕES; SANTOS; REBOUÇAS, 2016, p.356)

Logo, o mais provável é ver sujeitos sentindo medo da atuação policial. Afinal, são visados de maneira preconceituosa. Essas características são demonstradas claramente no romance *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. Fabiano sente medo justamente por ter consciência de que possui os estereótipos dos que “parecem bandidos”. A visão que nos é apresentada é a de que não há vontade própria, há obediência. Sutilmente observamos a incorporação das ideias do dominador implantada no dominado Fabiano. Justamente por se tratar de uma autoridade e porque ‘mandava’ deve haver inquestionavelmente nada de direito tudo de obediência.

Michel Foucault em seu texto *Segurança, Território, População* nos apresenta os mecanismos de segurança modernos como uma maneira de se ter um controle social do indivíduo. Para Foucault (2008, p.14-15), as obrigações disciplinares que os mecanismos modernos incluem seguem a seguinte ordem: “lei, [...] disciplina, [...] segurança”, contudo a segurança é usada para “fazer funcionar as velhas estruturas da lei e da disciplina” que são os “[...] mecanismos de controle social”. (FOUCAULT, 2008, p.14-15) Logo, é possível concluir que ‘segurança pública’ se vincula mais a um controle público que a uma efetiva segurança do indivíduo.

Segundo o historiador Nicolau Sevcenko (2020), a polícia surgiu na Inglaterra “no contexto da Revolução Industrial”, logo tratava-se de um “controle da camada operária” e que no pós-guerra, segundo Sevcenko, (2020), com a “entrada em massa dos imigrantes ingleses, o comportamento da polícia começou a degradar altamente na direção desses emigrados” logo se tem uma “polícia que é simpática para o cidadão e é terrível com [...] os imigrantes.” SEVCENKO, 2020). Logo, é possível concluir que estereótipos são criados para a efetiva ação policial.

A instituição que devia proteger os grupos estigmatizados se volta contra eles carregando argumentos cheios de preconceitos e estereótipos. Essas ações policiais têm suas raízes ainda no Brasil colônia quando se tinha uma ação policial dupla: “ao mesmo tempo em que a polícia buscava colaborar com a resolução de problemas do dia a dia da população em geral, agia em prol da manutenção do status quo desigual e escravocrata [...]” (ARAÚJO, 2020). O personagem Fabiano é a representação desse grupo minoritário.

No Brasil a história da polícia inicia com a dominação portuguesa. “Desde o início, policiar o Brasil foi um empreendimento predominantemente militar, envolvendo a proteção da colônia contra invasores externos e revoltas internas.” (ARAÚJO, 2020). Inicialmente podemos dizer que a proteção do Estado era a palavra de ordem. A Polícia Militar iniciou-se em 1809 com a criação da guarda real. (BUENO, 2018, p.97). Uma de suas atribuições era a captura de escravos e criminosos. A estrutura militarizada se inspirou no modelo europeu inclusive a missão francesa que instruiu o corpo policial: “Em 1906 a Força Pública recebeu a primeira missão francesa que teve como tarefa a instrução do corpo policial paulista” (BUENO, 2018, p.99). Toda essa instrução estrangeira no início do século 20 fez com que o policiamento militar tivesse o mesmo objetivo das forças armadas: a proteção do Estado. Em consequência, segundo Samira Bueno (2018, p.100) formava-se “quase um miniexército” (BUENO, 2018, p.100).

Com a Proclamação da República em 1889 oficializou-se o policiamento de rua por corporações não militarizadas, contudo “a mentalidade e os treinamentos militares sempre estiveram inspiradas nas polícias europeias” (NERI, 2020). Em 1969 por exemplo, na ditadura militar o governo extingui a guarda civil e incorporou seus integrantes a força pública e criou a polícia militar, logo o policiamento de rua voltou a ser trabalho de militares. A história nos apresenta fatos que corroboram para evidenciarmos que a polícia e o militarismo estão intrinsecamente relacionados um ao outro, forma-se um elo entre eles.

Toda essa história policial tem sido arrastada por séculos até a contemporaneidade. A formação dos policiais utiliza uma lógica militar, é segundo Bueno (2018, p.130-132), a lógica da “caça”

(BUENO, 2018, p.130-132). “Com alguma frequência, transformam-se nos atores dispostos a fazer o trabalho sujo, definindo quem deve viver e quem pode morrer no dia a dia do policiamento de um país que, em tese, não tem pena de morte”. (BUENO, 2018, p.17-18).

Os policiais, segundo Bueno (2018, p.130), possuem uma “satisfação pessoal” com o homicídio, essa empolgação, é “incorporada à vida privada” eles se veem envolvidos e enxergam como pode ser emocionante:

Essa noção fica bastante evidente na trajetória de Pedro, [...] quando atuava na Força Tática. A morte do sujeito criminoso era absolutamente normal e, quando teve a oportunidade de ganhar dinheiro com isso, o ex-policial não pensou duas vezes. ‘Já tinha arrebitado sem nenhum benefício, só por satisfação’, afirma ele sobre o homicídio de um homem jurado de morte, acrescentando que ‘depois fui almoçar, como se nada tivesse acontecido, numa boa’. (BUENO, 2018, p.130)

Diante desses fatos enxergamos explicitamente o autoritarismo dos policiais se fazendo presente e implantado enfaticamente um controle social nas massas subalternas. Percebemos a submissão de Fabiano em diversos pontos, porém o mais evidente no discurso é justamente quando gaguejando Fabiano tenta negar, mas o reconhece como sendo aquele que mandava e era autoridade: “Como é, camarada? Vamos jogar um trinta-e-um lá dentro? Fabiano atentou na farda com respeito e gaguejou[...]” (RAMOS, 1968, p.15)

O personagem Fabiano encontra-se dentro de um processo conflituoso no qual ao mesmo tempo em que quer se libertar daquela situação de opressão sente-se parte dele. “Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta [...] E, pensando bem ele não era homem: era apenas uma cabra ocupado em guardar coisas dos outros.” [...] (RAMOS, 1968, p. 08). Era um sujeito que possuía pouco vocabulário: “Tinha um vocabulário quase tão minguido como o papagaio que morrera no tempo da seca [...]” (RAMOS, 1968, p.31)

O Soldado Amarelo despreza a massa subalterna: “Atravessaram a bodega, o corredor, desembocaram numa sala onde vários tipos jogavam cartas em cima de uma esteira. - Desafasta, ordenou o polícia. Aqui tem gente.” (RAMOS, 1968, p.15). Ao dizer ‘aqui tem gente’ o Soldado Amarelo menospreza aqueles que ali se encontram sentindo-se superior. A superioridade do Soldado Amarelo demonstrada explicitamente no romance evidencia certo interesse particular, ou seja, em suas ações há uma demonstração de efetivo interesse privado misturado ao poder público que lhe foi outorgado. Simultaneamente o Soldado Amarelo torna a lei privada como se fosse pública, a intenção dessa ação é tirar o máximo proveito possível do subalterno.

Ana Paula Pacheco (2008, p.188) comenta essa lógica quando afirma que “após 1930, o sistema das oligarquias rurais estará em xeque, mas, como sabemos, a lógica de conluio entre

interesse público e privado repõe-se na administração centralizada, a que ‘coronéis’ também se adaptaram, tirando proveito.” (PACHECO, 2008, p.188). A intenção dessa mistura entre poder público e privado, notada nas ações do Soldado Amarelo, é contundentemente uma maneira de tirar proveito desse poder de autoridade que lhe foi concedido. A obra *Vidas Secas* busca resgata essa lógica que de maneira sutil tem permanecido ao longo dos anos e, tendo como sujeitos muitos ‘coronéis’ que buscam tirar vantagem nisso.

Preconceito e uso indevido do poder são características dessas pessoas. Eles enxergam os demais que estão a sua volta como inferiores e, diante da ‘autoridade que lhe foi concedida’, apresenta-se como melhor e maior.

Fanon (1968) nos apresenta a mesma ideia ao tratar da maneira como o colonizado é visto pelo colonizador: um sujeito que é desumanizado e animalizado: “Por vezes este maniqueísmo vai até ao fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o.” (FANON, 1968 p.31)

Reações de arrogância vindas de autoridades como retratada no romance são comuns. Desembargadores, policiais, grupos elitizados se apoderam de seus cargos e classe social endeusando-se e com isso justifica seu não cumprimento nos deveres designados a todo cidadão. Humilhar pessoas por considerar-se superior devido ao cargo que assume é uma afirmação de que há atualmente uma permanência desse poder colonial. Este poder colonial se evidencia de maneira estruturada, o preconceito é estrutural. Todos afirmam não serem injustos e preconceituosos, porém suas ações opõem-se a estas declarações. Desta maneira enxergamos na contemporaneidade o mesmo poder colonial muito forte e presente na vida diária de muitos. Dominado e dominador são sujeitos de um ambiente no qual este exerce o mando e passa por cima de tudo e todos, enquanto àquele, a fim de se proteger, cala-se por injustamente serem explorados e menosprezados.

Injustamente Fabiano havia sido preso e passado a noite encarcerado sem ao menos ser ouvido. O Soldado Amarelo era autoridade e mandava, isso bastava para cometer abuso de poder. Este personagem é no romance a representação do poder do Estado. Ele mandava, era autoridade e os demais deviam simplesmente obedecer. “Levantou-se e caminhou atrás do amarelo, que era autoridade e mandava. Fabiano sempre havia obedecido.” (RAMOS, 1968, p.15). O personagem Fabiano não utiliza de nenhum de seus recursos para se defender.

Em determinada ocasião, após ter passado um ano do dia que ocorreu sua prisão reencontra o Soldado Amarelo. Em outras circunstâncias, completamente oposta. Neste momento o polícia dependia do favor de Fabiano, afinal estava numa mata e subentende-se que

estava perdido, era “magrinho e enfezadinho, tremia”. (RAMOS, 1968, p.47). Diante da circunstância Fabiano permanece obedecendo mesmo sendo mais forte:

Viu apenas que estava ali um inimigo. De repente notou que aquilo era um homem e, coisa mais grave, uma autoridade. Sentiu um choque violento, deteve-se, o braço ficou irresoluto, bambo, inclinando-se para um lado e para outro. O soldado, magrinho, enfezadinho, tremia. E Fabiano tinha vontade de levantar o facão de novo. Tinha vontade, mas os músculos afrouxavam. (RAMOS, 1968, p.47)

O personagem Soldado Amarelo usa de injustiças e abuso de poder de tal maneira que os vulneráveis, no romance representado por Fabiano e sua família, já haviam incorporado a ideia de submissão. O policial “ganhava dinheiro para maltratar as criaturas inofensivas. Estava certo? [...] bulir com as pessoas que não fazem mal a ninguém. Por quê?” (RAMOS, 1968, p.48). A crítica está relacionada à maneira pela qual as autoridades que deviam trabalhar para proteger e servir os cidadãos, não utilizam de sua credencial para servir, mas para se aproveitar das circunstâncias e do poder que lhe é outorgado. Graciliano Ramos sofreu com as autoridades, foi preso no período de repressão vivenciado no Brasil acusado de subversão. As injustiças realizadas pelo Soldado Amarelo no romance indicam uma crítica do autor ao inadequado comportamento das autoridades policiais e do Estado.

As instituições modernas são criadas com a aparente finalidade de organizar o Estado, porém exercem um papel de controle, todos os dias somos vigiados e temos normas a seguir. Os policiais aparentemente nos dão a impressão de que estão contundentemente exercendo o papel de proteção. Porém quando se observa quem são as pessoas que em sua maioria estão sendo presas e condenadas conclui-se que não necessariamente trata-se de um Estado de proteção, mas um Estado de controle social. Temos o opressor oprimindo, logo, dominador e dominado respectivamente.

Michel Foucault (1999) em seu livro *Vigiar e punir*, nos dá um vislumbre desse processo do Estado. O Estado cria postos policiais, postos de saúde com a intenção de ajudar e de monitorar a vida de cada um. Para se ter acesso a UPA - Unidade de Pronto Atendimento - necessita-se de um cadastro nacional denominado Sistema Único de Saúde - SUS. Ali há um banco de dados com todas as informações a seu respeito. Foucault (1999) realiza uma crítica a esse sistema que individualiza e sem perceber somos o tempo todo vigiados da mesma maneira que acontece na prisão com a construção em anel. Os guardas veem tudo o que acontece, mas o prisioneiro não.

É possível constatar a utilização do poder de maneira inapropriada. Frequentemente presenciamos pessoas utilizando de autoritarismo a fim de se obter vantagens sobre o cidadão simples, o subalterno. Policiais agredem pessoas que deviam proteger e pessoas consideradas elites tratam autoridades com arrogância e desrespeito. Estes são aqueles que a todo tempo enfatiza seu poder de autoridade. Policiais no exercício de sua função extrapolam em suas medidas utilizando-se de exagerada violência e por outro lado, grupos elitistas arrogantemente se posicionam como dominadores.

Conclui-se que o romance *Vidas Secas*, utilizando-se do personagem Soldado Amarelo, retrata as ações impróprias de um grupo que absorveu ideias e herdou um pensamento europeu dominador de ser e de enxergar o outro. Todo esse ambiente de opressão e exploração é visto na atualidade na postura que o homem branco carrega ao se apropriar de um ‘manto’ de empoderamento. Essa superioridade aconteceu e acontece desde o Brasil colônia. Por se vê vantagem nisso o Estado, diante de um conceito colonial de igualdade, faz a manutenção dessas ações para que haja a perpetuação desse poder por toda uma vida.

4.5 Sinhá Vitória e a representação da mulher em um contexto pós-colonial

Partindo do princípio de que os estudos pós-coloniais em seu aspecto teórico, refere-se a uma investigação relacionada à identidade, cultura, etnia, relação de linguagem e poder dos sujeitos envolvidos na colonização bem como os resultados vistos depois da colonização, nos deparamos com a mulher subalterna. Logo, segundo Spivak (2014, p.85), neste contexto de colonialidade “o subalterno feminino está mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2014, p.85). Ou seja, a figura feminina no ambiente de dominação sofre ainda mais agruras.

A condição da mulher tem feito parte diversos discursos. Debates sobre direitos das mulheres, seu lugar na sociedade e toda essa discussão sobre o papel social sobrepondo o biológico caminham a cada dia por um percurso no qual ao mesmo tempo em que há grandes conquistas enxergam-se muitos outros desafios. Refletindo o Pós-colonialismo podemos dizer que ele tem ocorrido. Atualmente os países colonizados aparentemente são ‘independentes’, a mulher contemporânea também é aparentemente ‘independente’. Diante de uma história carregada de lutas e vitórias e a atual realidade vista na vida social da mulher e do “colono contemporâneo”, dizer que a mulher e o sujeito colonizado são ‘independentes’ torna-se uma afirmação passível de discussão. Observa-se que há uma relação entre Pós-colonialismo e feminismo. Ambos possuem o mesmo ideal: a luta por igualdade. Bonnici (2012) tratando do feminismo

no contexto pós-colonial argumenta esse fato ao declarar que “o feminismo é considerado um tropo [...]” do Pós-colonialismo. (BONNICI, 2012, p.2420)

O autor Graciliano Ramos no romance evidencia a relação da mulher no contexto pós-colonial. Há um capítulo dedicado exclusivamente a falar sobre a personagem Sinhá Vitória. Dona de casa, mãe de dois filhos e esposa de Fabiano, o narrador apresenta essa personagem como uma mulher detentora de um perfil similar a diversas mulheres e a reação destas diante dos desafios da vida social que lhe é imposto. Inteligente, respeitada e admirada pelo esposo e filhos. Ela enxerga o caminho que pode percorrer para alcançar seus objetivos, e as limitações que ela e a família possuem para a concretude de tais realizações. Contudo, seus interesses e sonhos lhe eram ‘duplamente’ arrancados.

Além de ser mulher, Sinhá Vitória era uma mulher subalterna. Tanto Sinhá como a família eram subalternos, vistos como restos da sociedade, e como tais o direito de “dormirem numa cama de lastro de couro, como outras pessoas” (RAMOS, 1968, p.20), lhe era tirado. A duplicidade no que condiz a opressão na vida de Sinhá Vitória é vista ao observarmos uma sociedade que enxergava e ainda vê a mulher com olhos de inferioridade e menos capaz de conquistar seus objetivos.

Sinhá Vitória tinha um desejo acalentado em seu coração, desejava dormir numa “cama de lastro de couro”, dormir numa cama melhor do que a que possuía não era querer demais, pelo contrário era desejar adquirir um objeto que era comum a todos os cidadãos, queria apenas que sua cama fosse como a de “outras pessoas” (RAMOS, 1968, p.20) Graciliano Ramos realiza uma crítica a respeito da desigualdade social. Muitos passarão por uma vida toda sem ter direito ao mínimo. No romance a família tem direito a menos do básico, ou seja, estão abaixo da linha da miséria, da pobreza.

Algo a ser notado na personagem é que, assim como os demais personagens do romance, Sinhá Vitória pouco fala “[...] trouxe de lá uma braçada de lenha. Sinhá Vitória aprovou este ato com um rugido, mas Fabiano condenou a interrupção[...].” É evidente a posição subalterna de Sinhá Vitória, sofria por pertencer a uma família explorada e sofria porque como mulher devia acatar a opinião final do esposo.

Em determinada ocasião quando discute com o esposo a respeito da tão sonhada cama de lastro de couro, este a mágoa. As palavras proferidas a ela por ele a entristece profundamente. Fabiano diz que ao calçar sapatos de verniz na festa “mexia-se como um papagaio, era ridícula.” (RAMOS, 1968, p.20). Ela permanece lembrando dessa comparação o tempo todo, afinal, ela sabia que não tinha habilidades para calçar sapatos como aquele: “Efetivamente os sapatos

apertavam-lhe os dedos, faziam-lhe calos. Equilibrava-se mal, tropeçava, manquejava, trepada nos saltos de meio palmo. Devia ser ridícula, mas a opinião de Fabiano entristecera-a muito.” (RAMOS, 1968, p.20-21). Sinhá Vitória recebeu ofensas que a entristeceu, mesmo assim ela não retruca. Tinha respeito pelo esposo: “[...] e se não fosse o respeito que Fabiano lhe inspirava, teria despropositado.” (RAMOS, 1968, p.20).

Sinhá Vitória como mulher subalterna sofre duplamente. A falta de costume ao usar os sapatos que “apertavam-lhe” os pés ocorriam justamente por não ter costume de usar sapatos, as condições da família não permitiam certo “luxo” de ter sapatos. Acostumou-se a não os usar, logo quando surgia a oportunidade não era tão fácil adaptar-se. As circunstâncias a impediam de calçar um simples calçado feminino, esse direito lhe era negado. Por outro lado, sofria profundamente com as declarações ríspidas do esposo comparando-a a um papagaio. Tinha consciência que não tinha o mínimo e quando tentava por alguma razão amenizar as circunstâncias pelas quais ela e o esposo passavam recebe de volta o desprezo vindo do esposo.

Outro aspecto a ser notado na personagem Sinhá Vitória é o fato de que ela se apresenta com características de uma pessoa intelectualmente superior a Fabiano. Fabiano fazia cálculos “tudo errado”, não enxergava que a possibilidade de economizar era inviável justamente porque já viviam com muito pouco. E ele ainda cometia deslizes que não devia ter ocorrido como quando gastou o dinheiro indevidamente “na feira com jogos e cachaça.”

Fazia mais de um ano que falava nisso ao marido. Fabiano a princípio concordara com ela, mastigara cálculos, tudo errado. Tanto para o couro, tanto para a armação. Bem. Poderiam adquirir o móvel necessário economizando na roupa e no querosene. Sinhá Vitória respondera que isso era impossível, porque eles vestiam mal, as crianças andavam nuas, e recolhiam-se todos ao anoitecer. Para bem dizer, não se acendiam candeeiros na casa. Tinham discutido, procurando cortar outras despesas. Como não se entendessem, Sinhá Vitória aludira, bastante azeda, ao dinheiro gasto pelo marido na feira, com jogo e cachaça. Ressentido, Fabiano condenara os sapatos de verniz que ela usava nas festas, caros e inúteis. Calçada naquilo, trôpega, mexia-se como um papagaio, era ridícula. Sinhá Vitória ofendera-se gravemente com a comparação, e se não fosse o respeito que Fabiano lhe inspirava, teria despropositado. Efetivamente os sapatos apertavam-lhe os dedos, faziam-lhe calos. Equilibrava-se mal, tropeçava, manquejava, trepada nos saltos de meio palmo. Devia ser ridícula, mas a opinião de Fabiano entristecera-a muito. (RAMOS, 1968, p.20-21)

Podemos concluir que Sinhá Vitória era uma mulher inteligente, contudo sofre agressões verbais do esposo. Seu silenciamento quanto aos fatos e a absorção da ideia de que o esposo tinha razão “devia ser ridícula” (RAMOS, 1968, p.20), nos é apresentado como uma característica pós-colonial.

Fabiano, ofendendo Sinhá Vitória com palavras ríspidas que a magoaram profundamente, é uma crítica à opressão que a mulher sofre. Segundo a psicóloga Ana Beatriz Barbosa Silva (2016, p.92), a mulher tem uma grande força, “ela possui uma reserva de força e, ao encontrar a motivação e os propósitos certos, torna-se capaz de quase tudo. (SILVA, 2016, p.92). Privar a mulher de desenvolver suas habilidades e ser de alguma forma reconhecida por isso é um crime contra ela, tal atitude torna-se um abuso. Controlar, dominar, silenciá-la e pior, fazê-la aceitar tal subordinação é oprimir duplamente.

De fato, a mulher sendo subalterna é explorada e dominada, e que tais circunstâncias não são ações vistas num passado distante. Assim como o empoderamento de uma elite dominadora se manifesta dia a dia, o mesmo ocorre no cotidiano de diversas mulheres, logo esta sofre duplamente.

5 CONCLUSÃO

A relação entre dominador e dominado pode ser vista em diversas obras literárias, contudo a análise da obra *Vidas Secas* foi a escolhida para a realização desta dissertação.

As relações de poder é uma característica própria dos estudos pós-coloniais. A presente pesquisa observou mais a fundo o que estudiosos como Fanon (1968), Bonnici (2012), Said (2011), Bhabha (1998), Santos (2013) entre outros dizem sobre o Pós-colonialismo. Em linhas gerais o ponto de vista desses estudiosos pós-coloniais nos fez observar um poder e saber que se mantém permanente em nossa sociedade. Exploração, silenciamento da voz subalterna e descolonização, são alguns termos vistos nos estudos pós-coloniais que comumente são refletidos no romance *Vidas Secas*. Visualizar aspectos pós-coloniais em *Vidas Secas* foi a proposta da pesquisa.

A desigualdade tem sido um problema de cunho social que atinge a muitos em diversos países. *Vidas Secas* à luz dos estudos pós-coloniais, obra estudada e analisada nesta pesquisa, descortina esse problema mais precisamente notado na história do Brasil. O cidadão que hoje ocupa uma posição minoritária na sociedade é pensado pelo Estado brasileiro à luz do discurso colonial. Por isso, é necessário vislumbrar esse discurso para ver sua manutenção, mesmo em países que passaram pela descolonização histórica.

Graciliano Ramos retrata as condições sociais de uma família de retirantes nos anos de 1930. Fabiano, o protagonista, sofre abusos das autoridades pública. O romance explicita essa opressão e o sistema de poder no qual a família de retirantes está inserida.

A presente pesquisa, embasada nas teorias pós-coloniais, buscou desvendar a permanência de estruturas coloniais exemplificada em *Vidas Secas* por Graciliano Ramos. Essa permanência é vista no pensamento e consequentemente nas ações do indivíduo pertencente a países colonizados como o Brasil e alcança nossa realidade contemporânea.

No primeiro capítulo, buscamos analisar o conceito de Pós-colonialismo. A discussão referiu-se ao Pós-colonialismo em seu aspecto teórico indicando a continuidade de um poder dominador mesmo após a independência de países colonizados. Durante o capítulo diversas situações foram abordadas a fim de dá sustentação e evidenciar a permanência das estruturas pós-coloniais.

A princípio a ênfase foi dada ao início da colonização moderna, período no qual diversos países estavam sendo descobertos e consequentemente colonizados por Portugal dentre os quais o Brasil. A ‘necessidade’ de dominação e o desejo europeu pelo controle e

implantação de seus sistemas foi a abordagem que se seguiu, logo foi possível observar que a colonização moderna deixou resquícios que se perpetuou na história de diversos países que sofreram o processo de colonização dentre os quais o Brasil. Uma ferramenta de dominação que serviu de análise foi o termo ‘discurso colonial’. Ela é utilizada por estudiosos pós-coloniais a fim de se analisar a visão que os países dominados têm da Europa. Enxergar a penetração europeia e toda sua dominação com ‘bons olhos’, foi o que se seguiu. Ou seja, o discurso colonial implanta uma sutil dominação na qual a ideia de cultura europeia como superior e por outro lado as demais como inferior implicitamente é penetrada nos pensamentos dos dominados, logo, o pós - colonialismo relaciona-se mais a uma releitura do período colonial e toda sua influência deixada na mente do autóctone. Ao mesmo tempo que a penetração europeia, a princípio, não foi bem quista, seu jogo de poder foi, em grande medida, mudando essa realidade.

O discurso colonial exerceu um sutil controle sobre povos dominados. Sua atuação objetivou a penetração de ideias coloniais no pensamento do colonizado, logo pensamento de inferioridade fez o subalterno enxergar a infiltração europeia como uma necessidade, uma possibilidade de ter acesso ao que, em sua visão, é superior e melhor. À vista disso, observamos que o colonialismo no sentido historicista de fato terminou. Contudo, sua estrutura como organização social tem permanecido e são vistas nas atitudes de indivíduos comuns de nossa sociedade. Cidadãos comuns absorveram de tal forma ideias coloniais em seu pensamento que mesmo sem ter uma percepção clara dessa infiltração exercem contundentemente ideias coloniais em seu modo de enxergar o outro. Atitudes implantadas sutilmente fazem parte do cotidiano de muitos que ou se julgam superiores ou inferiores ao outro.

Vidas Secas faz o leitor repensar essa dinâmica quando retrata cidadãos comuns vivendo a injusta realidade de controle e consequentemente domínio social. Pequenos hábitos escancaram uma visão de mundo, dessa forma, indivíduos assumem a posição de colonizados ou colonizadores contemporâneos. A permanência das estruturas coloniais pode ser vista e sentida na vida de muitos cidadãos. Marielle Francisca da Silva, socióloga e política brasileira, defendia o feminismo, os direitos humanos e denunciou diversos casos de abuso de autoridade. Marielle foi assassinada e investigações enxergam envolvimento de milicianos. Sua morte descortina pensamentos e consequentemente ações de dominação muito evidentes no dia a dia. De um lado uma mulher, que era negra favelada e lésbica, do outro a presença de um opressor que faz calar a qualquer custo a voz do subalterno. Tais situações são reais e permanentes.

O personagem Fabiano, por exemplo, é um tipo afetado pelo Pós-colonialismo. Apesar de ser descrito pelo narrador como branco de olhos azuis é um branco pobre, logo também é afetado pelas relações de dominação.

O poder de fala e o silenciamento, são tópicos que foram abordados durante a pesquisa e que são familiares ao contexto de *Vidas Secas*. Associam-se tanto ao grupo oprimido que tem sua voz silenciada quanto ao narrador que não possui um lugar que possa falar do outro, logo a ênfase no silêncio pode ser considerada um indicativo da impotência desse narrador de descrever o subalterno. A impotência do narrador de falar se dá porque ele não é um subalterno, logo falta um para ocupar esse lugar para que possa descrevê-lo mais precisamente.

Esse possível ocupante faz do narrador, pertencente à elite, um que não consegue enxergar a riqueza que os personagens possuem. Apesar de não serem detentores de poder e riquezas de cunho material, o subalterno possui uma riqueza cultural, por exemplo. Dessa forma, por entendermos que poder de fala, silenciamento e representatividade são características pós-coloniais e que são vistas em *Vidas Secas*, faz sentido analisar Pós-colonialismo na obra.

No capítulo dois buscamos elucidar uma discussão no que se refere a representatividade. Nossa representatividade foi afetada, nossa voz e nossa língua foi vista sob uma ótica colonial desde o início de nossa literatura. Em consequência a isso verificamos que desde o início de nossa história ideias europeias penetraram o nosso modo de vida social. Retratar de forma ficcional a classe subalterna é o que o narrador de *Vidas Secas* buscou. A ênfase no silêncio do subalterno na obra demonstra isso. O silêncio na obra associa - se aos problemas de cunho social enfrentada pelos excluídos bem como ao apagamento da voz pela classe privilegiada e a impossibilidade de escrita do outro que não enxerga completamente esse subalterno.

A colonização no Brasil não foi nada pacífica. O processo civilizatório está relacionado mais a subjugação do outro do que a própria civilização. Concluimos que a colonização no Brasil pode ser vista como a imposição de regras uma vez que foi cruel, desumana e cheia de interesses pessoais. Particularizar o que é público foi a dinâmica que se seguiu. Durante o Brasil Colônia, o Brasil Império e no Brasil República a mesma dinâmica é notada: desinteresse no fim da escravidão. As revoltas ocorridas na história do país tiveram, em sua maioria, pessoas da elite à frente. Estes lutavam não pelo outro, mas por si e seus interesses particulares. Inclusive o início da República marcada por autoritarismo na imposição de ideias. O Brasil, tanto em sua história como atualmente pode ser visto como uma grande fazenda nas mãos de um poder elitizado. A história mostra indícios que corroboram para enxergarmos o Brasil como um

Estado não de direito, mas de privilégios. Toda e qualquer manifestação possui interesses de um grupo elitizado que visa crescer e particularizar o que é público.

Com todo esse contexto concluímos que a literatura é vista como um espaço concedido aos privilegiados. De antemão algumas produções literárias são excluídas, a representatividade que se tem é pequena. Vemos uma margem se movendo, como é o caso de Munduruku, escritor indígena que escreveu diversas obras buscando de alguma maneira se não mudar minimizar essa realidade da literatura brasileira, contudo ainda não é o suficiente, muito precisa ser feito.

O Brasil de 1930 mantinha um poder político conduzido pelo coronelismo. Em 1935 tínhamos o cenário da repressão do governo Vargas e no campo o senhor proprietário de terra. Logo, uma sociedade dividida em rural e urbana. Nesse cenário o controle era absoluto.

Concluimos que apesar de ser uma década marcada pela industrialização e a publicidade de patriotismo e brasilidade, a realidade era outra. No campo o senhor proprietário de terra mantinha controle absoluto sobre homens e escravos. Todo esse controle absoluto visto na década de 1930 se perpetuou e teve seu início bem antes. Tudo começou no início do processo civilizatório do Brasil.

Apesar de se ver ao longo da história lutas por mudanças, o foco sempre recaía nos interesses pessoais e particulares de um grupo privilegiado. A conclusão que se chegou com essas análises foi de que tanto no trabalho quanto na justiça o que se vê é um poder se mantendo vivo ao longo da história.

No capítulo três o estudo concluiu as análises realizando primeiramente um recorte da crítica sobre a obra *Vidas Secas*. Por se tratar de uma obra conhecida e analisada por muitos pesquisadores concluímos que uma revisão seria inviável, porém realizar um levantamento sobre o que os principais críticos revelam sobre a obra fará o leitor enxergar mais claramente o diferencial de nosso estudo. Diante do levantamento que fizemos concluímos que os principais críticos literários atribuem à obra *Vidas Secas* aspectos relacionados ao social, mantém uma visão de mundo opressivo e considera a obra de Graciliano Ramos uma obra que se mantém a todo tempo equilibrada. Bosi (1983) e Miranda (1992), por exemplo atribui a produção de Graciliano Ramos uma produção híbrida na qual história e imaginário misturam-se. Bosi (1983) defende a lógica do capital. Para Bosi *Vidas Secas* é o resultado dessa hibridez: Graciliano Ramos visualiza a história e complementa com sua visão de mundo se utilizando da ficção.

A pesquisa encerra suas análises enfatizando a permanência de um poder dominador revelado no cotidiano dos personagens. Essa ênfase se vê em situações comumente vividas no dia a dia e que de alguma maneira Graciliano Ramos descreve em *Vidas Secas*.

As estruturas de poder são enxergadas na figura do Soldado Amarelo, do empregador dono da fazenda e dos comerciantes. Quanto aos mais vulneráveis o romance descreve Fabiano, Sinhá Vitória e os meninos. Enxergar estruturas de poder nesses personagens foi o que fizemos. E concluímos que de fato é possível defender a ideia de permanência do colonialismo em nossa realidade contemporânea. Ou seja, enxergamos resquícios desse poder em nosso modo de vida social. O Soldado Amarelo faz a vez de policiais milicianos que atualmente age sob paradigmas e estereótipos pré-definidos. Dessa forma exclui àquele que em sua visão preconceituosa deve ser eliminado. Quanto ao empregador, no romance visto como dono da fazenda abandonada, mediante a empregadores que contundentemente explora o outro. Essa exploração pode ser vista sob vários pontos de vista, desde o empregado que não recebe o justo pelos serviços prestados, a conhecida lógica do capital, até a própria situação precária de muitos trabalhadores que disfarçado de empregados, porém vistos mais de perto, sua relação de trabalho configura a escravidão propriamente dita. Um cidadão que não tem como se manter com o mínimo devido à exploração do outro que de maneira vantajosa enriquece às custas de seu trabalho configura escravidão. Não estamos vivendo em um país justo, pelo contrário, injustiças são vistas com frequência no dia a dia. Cidadãos honestos são contundentemente explorados. Dessa forma, não há como diminuir a desigualdade social. Enquanto alguns a cada dia enriquecem outros empobrecem.

Diante dos fatos apresentados na presente pesquisa, e de todas as evidências comparativas feita nas análises, ficou constatado que a obra *Vidas Secas* é uma obra da literatura brasileira rica em detalhes, vista sob a ótica dos estudos pós-coloniais e que possui uma série de indícios que corroboram com a teoria pós-colonial, dando evidências de sua permanência na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, R. **Uma Breve História da Polícia no Brasil**. 20 de Mar de 2020. Disponível em: <https://www.retruco.com.br/post/uma-breve-hist%C3%B3ria-da-pol%C3%ADcia-no-brasil> Acesso em 14 dez.2020.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**. 49ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2007
- BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- SCHWARZ, R. (Org.); BOSI. **Os Pobres na Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BOSI, A. **Dialética da Colonização**. 3ª edição. São Paulo: editora Schwarcz, 1996.
- BONNICI, T. **O Pós-Colonialismo e a Literatura: Estratégias de Leitura**. Editora da Universidade Estadual de Maringá - EDUEM, 1 de jan. de 2012 - 377 pág. [online]. Disponível <http://books.scielo.org/id/zs9jn>. Acesso em: jul.2020.
- BROCA, B. **Uma palestra com Graciliano Ramos: Vidas Secas**. 22 set 2014. SIBILA Revista de poesia e crítica literária. [online] Disponível em: <http://sibila.com.br/mapa-da-lingua/uma-palestra-com-graciliano-ramos-vidas-secas/11117> Acesso em: jul.2019 N 1806-289X
- BUENO, S. **Trabalho Sujo ou Missão de Vida?** Persistência, reprodução e legitimidade da lealdade na ação da PMESP. (Tese) Doutorado em Administração Pública e Governo. 2018. 225fls. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas.
- BULHÕES, J R. S. R. de; SANTOS, J. D. F. dos; REBOUÇAS, S. da. S. L. P. dos. **Infância e segurança pública: desvelando o medo que crianças de tenra idade possuem do aparato policial**. Revista Latitude, [s.l], v.10, nº2, pp.353-381, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2605>> Acesso em 14/abr./2021.
- CANDIDO, A. **Ficção e Confissão**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CASTELO, C. **Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre**. Grupo de pesquisa Nyemba, ano 7 p. 261-280, setembro, 2011. Disponível em <http://nyemba.unilab.edu.br/index.php/cronograma-de-atividades-2017/>. Acesso: 8/02/2020.
- CERNICCHIARO, A. C.; **Entrevista: Daniel Munduruku, Literatura para Desentortar o Brasil**. Revista Crítica Cultural. UNISUL - Palhoça - SC v.12, nº1, p.15-24. Jan./jun.17. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/index Acesso em 15/02/2020.
- COELHO, T. S. da; **Migração Nordestina no Brasil Varguista: Diferentes Olhares sobre a Trajetória dos Retirantes**. 2012. 160 fls. Programa de pós-graduação em História - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DALCASTAGNÈ, R. **Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais**. Iberical, Paris, nº2, p.13-18, março, 2012. Disponível em: <<http://iberical.paris-sorbonne.fr/numeros/numero-2-automne-2012/acessado> em 07/02/2020.

DAVI, T. N. **Subterrâneos do autoritarismo em Memórias do cárcere de Graciliano Ramos e Nelson Pereira dos Santos**. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>Acessado em 19/02/2018

ELIAS, N.; **O Processo Civilizador**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FABRI, Leonardo. **As políticas da desigualdade racial no Brasil: uma república erguida com cotas para os brancos**. [Blog Boitempo]. São Paulo, 30 de jun.2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/30/as-politicas-da-desigualdade-racial-no-brasil-uma-republica-erguida-com-cotas-para-os-brancos/Acesso> em: 20 de jul.2020

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3ªed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTINO, D. M. **Obra de Frantz Fanon traça paralelo entre colonialismo e intervenção militar no Rio**. Rádio Brasil de Fato, 2018. [São Paulo]. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/15/obra-de-frantz-fanon-traca-paralelo-entre-colonialismo-e-intervencao-militar-no-rio>>Acesso em: 10/02/2020

MARTINS, I. G. da S. M. Fl. **Evolução Histórica da Estrutura Judiciária Brasileira**. Revista TST, Brasília, vol. 65, nº1, 85-114, out/dez 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª edição. Recife: Global, 2003.

GARCIA, R. L. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Coord. Literária, comentários e notas - Leandro Rodrigues Garcia). Petrópolis: Vozes, 2019. Edição digital. Disponível em: [books.google.com.br > books](https://books.google.com.br/books). Acesso em 05 de mai.2020.

GOMES, L. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019. E-book Kindle.

_____. 1889: **Como um imperador cansado, um marechal vaidoso em professor injustiçado contribuiu para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. São Paulo: Globolivros, 2013. E-book Kindle.

KARNAL, L. **Microfísica do poder #você sabe com quem está falando?** Youtube, 2020. [São Paulo]. Disponível em: <<https://youtu.be/8SnLpe5WAhY>> Acesso em: 15 de ago. 2020.

KIYOMURA, L. **Vidas Secas denuncia o descaso social e a exploração humana**. Jornal da Usp - Ribeirão Preto, 27 set.2018. Disponível em: <<https://jorna.usp.br/cultura/vidas-secas-denuncia-o-descaso-social-e-a-exploracao-humana/>>. Acesso em:11 nov.2020.

LAFETÁ, J. L.;**1930: A crítica e o Modernismo**. 2ªedição. São Paulo: editora34, 2000.

LEAL, V. N.; **Coronelismo, Enxada e Voto**. 4ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

_____. **Manifesto Comunista**.4ªedição. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

MÉDICO de barraco no Gero diz que briga começou após restaurante se negar a atendê-lo. Santaportal - Folha Press em 28/09/2020 às 14:56. São Paulo: Disponível em: <https://santaportal.com.br> > Acesso em:18 set.2020.

MIRANDA, W. M. **Graciliano Ramos**. São Paulo: editora Publifolha, 2004.

_____. **Corpos Escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.

MORAIS, M. P. A.; LOPES, F. J. A. **literatura de países de colonização portuguesa**. Revista abril - Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana - Niterói, v.10, n.21, p.15-34, jul. dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaabril/about>. Acesso em13/09/2019.

_____. **O Colonial e o Pós-Colonial na Literatura Brasileira. Literatura em Debate**. Revista Literatura em Debate - v.12, n.23, p.26-40, jul./Dez, 2018. Disponível em <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/2975>.Acesso 13/09/2019

NUNES, E. P. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

PACHECO, A. P. **Jagunços e Homens livres Pobres**. Novos Estudos CEBRAP, [S.l] n.81p. 179-188. Jul. 2008.

OLIVEIRA, J. S. de. **O Traço da Desigualdade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

RAMOS, G. **Vidas Secas. Biblioteca do Exilado** [online]. Disponível em: <https://lelivros.love/book/download-vidas-secas-graciliano-ramos-em-epub-mobi-e-pdf/> Acesso em:03/03/2018

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Editora Schwarcz,2019.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. 426p -São Paulo: Schwarcz,2011.

SANTOS, B. S. de.; **O Colonialismo e o Século XXI. Outras Palavras**, 2018. [S.l]. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/>>Acesso em: 14/02/2020.

_____. **Estado e Sociedade na periferia do sistema mundial: o caso português.** *Análise Social*, Coimbra, vol. XXI, nº87-88-89, p.869-901, [s.d], 1985. Disponível em: <https://core.ac.uk/pdf>>. Acessado em 5/12/2019.

_____. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Crítica de Ciências Sociais**, São Paulo, nº78, p.3-46. outubro, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/3143>Acessado em 01/05/2019.

_____. **Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade.** *Novos Estudos CEBRAP*, [s.l],n.66,p.23-53,julho,2003.Disponível em:< <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-66/>>Acesso em 14/05/2018

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil.**4ªedição. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002.

_____.**Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

SILVA, A. M. C. **O Estado e o Campo no Brasil (1930-1964):** Revolução conservadora das elites e luta pela terra na retaguarda do país.3ªed. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

SILVA, A. B. B. S. **Mentes Depressiva: As três dimensões da doença do século.** São Paulo: Editora Principium, 2016.

SOUZA, Renata. **O feminicídio político de Marielle Franco.** El País, 2019. [São Paulo]. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/14/politica/1552562116_307529.html Acesso em 22/01/2020.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** 2ªedição. Belo Horizonte: Editora UFMG,2014

STAIGER, E. **Conceitos Fundamentais da Poética.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.